



**Fatima Gabriela Soares De Azevedo**

**Cidade e Política:  
Reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Bethânia de Albuquerque Assy

Rio de Janeiro  
Agosto de 2015



**Fatima Gabriela Soares De Azevedo**

**Cidade e Política:  
Reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª Bethânia de Albuquerque Assy**  
Orientadora  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. José Maria Gomez**  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Paulo Eduardo Arantes**  
Departamento de Filosofia – USP

**Profª. Mônica Herz**  
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2015.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Fatima Gabriela Soares de Azevedo**

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 2013 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduou-se em História (licenciatura e bacharelado) no ano de 2012 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

### **Ficha Catalográfica**

Azevedo, Fatima Gabriela Soares de

Cidade e política: reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro / Fatima Gabriela Soares de Azevedo: Orientadora: Bethânia de Albuquerque Assy. – 2015.

130 f.;30cm

Dissertação (mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2015.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Benjamin, Walter. 3. Agamben, Giorgio. 4. Reforma Urbana. 5. Megaeventos. 6. Exceção. 7. Narrativa. 8. Memória. 9. Resistência. I. Assy, Bethania de Albuquerque. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD:340

À minha mãe que já foi, ao meu filho recém-chegado. Ao amor e à luta, sempre presentes. À aliança que renovo diariamente com Alisson, sem a qual escolho não mais viver. Ao meu pai.

## Agradecimentos

Agradeço ao meu filho Eduardo; ao meu companheiro amado, que também é marido, Alisson Maldaner; e a meu pai, Manuel Fernando Andrade de Azevedo, a quem me devoto como um super herói desde a infância.

À minha amada sogra, Salete Cavilhão, porque na vida também há encontros prazerosos.

À sempre parceira Thais Diegues, ombro muito mais que amigo.

Ao grande camarada Rafael Vieira, cujo apoio e correção de conceitos e “ss” foram imprescindíveis a este trabalho. Aos amigos Allan Hilani e Rafael Souza, que se dispuseram a ler este texto antes mesmo de seu ponto final.

Às companheiras de maternagem consciente, na pessoa da amiga Helena Fialho, que auxiliaram no processo de ressignificação de minha vida a partir do gestar e do parir Eduardo.

Ao DDH, nas pessoas de Ize Benevides e Thiago Melo.

À CAPES e à PUC-Rio

## Resumo

Azevedo, Fatima Gabriela Soares de; Assy, Bethânia de Albuquerque. **Cidade e política: reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. 130p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho discute o processo da Reforma Urbana no contexto dos megaeventos sediados na cidade do Rio de Janeiro – a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, pelo prisma da exceção. As intervenções praticadas no espaço urbano com vistas à realização dos eventos esportivos negligenciam os desejos e necessidades da população local, sobretudo dos oprimidos. A revitalização, as obras de mobilidade, a construção de equipamentos urbanos de esporte e lazer arregimentam interesses do capital por meio de remoções, demolições e aberturas de vias possibilitadas por um esquema de exceção urbana que conta com a coincidência de programas assistenciais, de segurança e de moradia, que se complementam, no âmbito dos executivos municipal, estadual e federal. O legado da Copa e das Olimpíadas propagandeado pelo partido da ordem pela teia ideológica não atinge a realidade dos oprimidos, que constroem sua própria narrativa da Reforma em seus círculos de memória. O encontro de múltiplas faces da opressão nas vidas ao mesmo tempo que subtrai permite a resistência. As redes de militância articuladas estão presentes na insurgência que retoma as ruas com grandes protestos. As heranças de opressões e lutas se encontram na construção de temporalidade que extrapola a linearidade da história do progresso. Através de metodologia benjaminiana essa investigação compara as construções de narrativa de Reformadores e oprimidos para compreender e criticar as estruturas específicas da exceção urbana na cidade do Rio de Janeiro no século XXI.

## Palavras Chave

Reforma Urbana; Megaeventos; Exceção; Narrativa; Memória; Resistência.

## Abstract

Azevedo, Fatima Gabriela Soares de; Assy, Bethânia de Albuquerque (Advisor). **City and politics: urban reform and exception in Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. 130p. MSc Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This present work discusses the process of Urban Reform in the context of mega-events hosted in Rio de Janeiro – the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Summer Olympics, within the scope of exception. The interventions made in the urban area aiming at the accomplishment of sports events neglects the desires and needs of the local population, especially the ones of the oppressed. The revitalization, the mobility works, building urban equipment for sports and leisure regiments the interests of capital through removals, demolitions and construction of routes made enabled by urban exception negotiations along with the help from security and housing assistance programs that complement each other, at municipal, state and federal extent. The legacy from the World Cup and the Olympics Games advertising for the Party of Order and for the ideological network does not reach the situation of the oppressed, who built their own narrative of reform in their own memory circles. The gathering of multiple facets of oppression on lives as it takes so much away from them allows resistance. The organized networks of militancy are present in the insurgency that takes over the streets with great protests. The heritage from oppressions and struggles are found in the making of temporality that extrapolates the straightness in the history of progress. Through a Benjaminian methodology this investigation compares the construction of narratives of Reformers and oppressed in order to comprehend and criticize specific structures of urban exception in the city of Rio de Janeiro in the 21<sup>st</sup> century.

## Keywords

Urban reform; mega-events; Exception; narrative; memory; resistance.

## Sumário

1. Introdução	11
2. Programas sociais e união do poder constituído: um esforço conjunto para a <i>transformação</i> urbana	17
2.1. Reformando a segurança?	24
2.2. Reforma e moradia subalterna	33
2.3. Reforma, mobilidade e revitalização	44
3. A cidade com vocação	52
3.1. Imagens de modernidade	56
3.2. Progresso ou/e exceção	66
4. A reforma como ruína	82
4.1. Memória e rastros para a história dos oprimidos	85
4.2. Mecanismos de resistência à barbárie	93
5. Considerações Finais	103
6. Referências bibliográficas	110
7. Anexos	121



## **Lista de siglas e abreviações**

PAN – Jogos Pan-Americanos de 2007

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

OCU – Operação Consorciada Urbana

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

MPL – Movimento Passe Livre

CMP – Central dos Movimentos Populares

MEI – Microempreendedor Individual

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

FSU – Fórum Social Urbano

SEOP – Secretaria Especial de Ordem

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CEIV – Comissão Especial de Investigação do Vandalismo

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

*O conceito de progresso deve ser  
fundamentado na ideia de catástrofe.  
Que 'as coisas continuem assim' - eis a  
catástrofe.*

Walter Benjamin

## Introdução

O tema da pesquisa desta dissertação é a ligação entre a Reforma Urbana e o estado de exceção no Rio de Janeiro. Elementos presentes na historicidade carioca, a reforma e a exceção denunciam processos em curso, com proximidades e afastamentos. Suas marcas desejadas e seus rastros indesejados revelam narrativas sufocadas por *slogans* e obras.

A terminologia “Reforma Urbana” não é aqui tomada como um conceito que se disputa. Resguardado o respeito à imprescindível luta dos movimentos sociais organizados que atuam no âmbito da cidade, se compreende que nas Reformas empreendidas na vigência do Estado Democrático de Direito, que governa pela exceção (ou mesmo nas formas de Estado que se reconhecem como autoritárias), não há espaço para mais do que pequenas concessões aos oprimidos. A pauta da moradia e do acesso ao espaço público é essencial e também é mote deste trabalho, mas o conceito de Reforma Urbana não é reivindicado como solução para as questões da cidade, mas identificado como causa de muitos dos impasses atuais.

A cidade passa por inúmeras transformações, cujo fio condutor são os megaeventos. Tais mudanças configuram uma reforma. O Reformador, aquele que faz a Reforma, é o capital com seus representantes diretos e indiretos. Não há espaço para brigar por áreas de investimento, pelo formato das obras. A insurgência contra a exceção que reforma a cidade deve ser destituída de todas as Reformas e suas heranças. A narrativa dos vencidos se controia, segundo Benjamin, na tradição que precisa romper a narrativa do progresso e fundar o tempo dos oprimidos.

A metodologia de investigação própria para o tema parte, portanto, dos vestígios que estão sob os monumentos, mesmo que haja limites no uso de um paradigma metodológico como o indiciário quando se trata de história na

conjuntura brasileira, em que é dado pouco destaque à memória e à construção da perda e do dano. Dialeticamente, é também por isso que se torna urgente o pensamento a partir dos rastros para a compreensão da memória subterrânea. (GINZBURG, 2012, p. 126-130)

A via metodológica da escrita dos capítulos e seus itens parte dos postulados da História do Tempo Presente (HTP), pois que a apresentação dos fatos do presente implica diretamente em sua caracterização com conceitos que, de certa forma, também são por ele ressignificados. A temporalidade do presente, nessa concepção, não pode ser estanque, à medida que revela heranças e reminiscências que carrega consigo. (MAUAD, 2007)

A Reforma traduz a noção benjaminiana de que a modernidade é o tempo do inferno (2009). Um fragmento toca duas temporalidades se não há continuidade entre elas ([N7, 7] 2009, p. 512). Segundo Benjamin, o nexos que une a temporalidade de forma linear está no presente. Cumpre, portanto, romper com a história encadeada, testemunha da narrativa vencedora e recuperar a simultaneidade dos fatos. O tempo histórico, pois, nessa chave de leitura, é “saturado de tensões” (SCHLESENER, 2011, p.60). Benjamin apresenta “um novo paradigma de leitura da história, que busca configurações resultantes não do mero encadeamento causal de fatos, mas da interrelação entre épocas diversas e distantes entre si” (IDEM, p. 83).

Ao mesmo tempo, o conceito benjaminiano de panorama é importante para pensar a cidade e vários momentos-chaves da Reforma. Mesmo sem um autêntico *flâneur* ou guia como Baudelaire, é possível ver a cidade a partir dos moradores que a constituem fora do sonho, que são os oprimidos. (BOLLE, 2012, p.295)

O panorama no qual são buscados os vestígios é a combinação de megaeventos, a saber, Copa do Mundo de 2014 da FIFA e Jogos Olímpicos de Verão de 2016 (e os demais eventos que precederam a escolha da sede e serviram como teste para os de maior porte, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, Fórum Mundial Urbano, Jogos Militares Rio 2011, Rio+20, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações de 2013), que ocorreram e vão ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, interferindo nas esquinas em que deságua sua história, produzindo gentrificação.

Dado que a Reforma Urbana gera um trauma (porque é abrupta, abusiva, violenta para os oprimidos que não tomam parte na mesa de decisões), se aplica a

hipótese de que a memória se traduz em novo imperativo categórico, fundamental para repensar conceitos como verdade, política e moral, reorientando a prática a partir da iminência da barbárie (MATE, 2008, p. 170). Nesse sentido, a obra de Walter Benjamin e a sua construção teórica de necessidade de opção pela tradição dos oprimidos, pela história dos vencidos, é o marco teórico que funciona como fio condutor da investigação.

Diversos autores estudiosos da cidade e suas questões encontram reminiscências do autoritarismo da ditadura empresarial-militar na política de segurança pública fluminense, percebendo, portanto, uma continuidade, com outra aparência (antes formal, agora material), da suspensão da ordem democrática inclusive no pós-constituição de 1988 (DORNELLES, 2003).

Não se pode dizer que a biopolítica levada a cabo pelo Estado seja a mesma de 1964 a 2014, de modo que será necessário destacar os contornos pretensamente democráticos da exceção, de modo a caracterizar sua aplicação no espaço urbano escolhido como recorte espacial a partir de seu *status* de cidade sede de megaeventos

Assim, o capítulo que abre o trabalho faz uma apresentação das políticas públicas em vigor no Município, no Estado e no país, demarcando a sua incidência complementar na Reforma. Ao lado da apresentação do *Minha Casa, Minha Vida*, e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), por exemplo, estão conceitos como barbárie e modernidade.

No segundo capítulo é apresentada a narrativa dos Reformadores. A imagem que o poder constituído faz de si mesmo e de suas obras está na divulgação das opiniões das pessoas que chefiam as diferentes esferas de governo, mas também nos editoriais de grandes veículos de imprensa. Não se trata de mera publicidade partidária, mas de uma defesa de projeto do capital, que fica clara nas mudanças legislativas que apresentam lacunas favoráveis aos desígnios econômicos e colocam princípios fundamentais do ordenamento em suspenso em prol dos monopólios internacionais que organizam os megaeventos esportivos.

Nas divisões do capítulo se percebe a construção da narrativa baseada nos conceitos de *progresso, desenvolvimento, modernização* (em cujo bojo repousa a noção de higiene). E se verifica nas declarações dos porta-vozes do Estado e do

capital, o imperativo da transformação<sup>1</sup> assimilado pelas frações dominantes. Toda a barbárie do presente existe como progresso para superar o passado e encontrar a redenção no futuro, inclusive com um Rio *mais integrado – e competitivo* (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Os megaeventos conformam a *cidade de exceção* (VAINER, 2013) de modo que urbanismo, transformação e poder/direito se entrecruzam no momento olímpico. Segurança é a prioridade para garantir o ambiente de negócios, enquanto que o acesso à moradia popular é uma questão que se resolve (ou não) no casuísmo, a partir da individualização, mesmo que se trate de demanda coletiva.

Benjamin compreende a complexidade das consequências da doutrina do progresso levada a cabo pela modernidade e vê sua extensão na perda da experiência, que consiste, em certa medida, na desumanização do próprio homem – desintegrado de um ambiente adequado (OTTE, 2012, p.68). A extinção da experiência acontece pela substituição da oralidade como meio de transmissão de conhecimento, pela morte da narrativa. Esta é forma de contar que permite complementação e reflexão, ao contrário da informação no sentido de notícia, que curta e enxuta, contém termos próprios para a degustação (BENJAMIN, 1994, p. 165-221).

Não se discute aqui a virada do século XIX para o século XX, com Revolta da Vacina e Pereira Passos (nem tampouco os *intérieurs* da reforma parisiense), mas sim um Rio de Janeiro do século XXI (e suas casas removidas) que novamente se projeta para fora como capital de um projeto político, cuja miséria é outra vez forjada no progresso. É outra forma de modernidade, mas todos esses episódios se encontram, sem dúvida, no tempo de vários agoras.

No último capítulo se colocam as primeiras formas de resistência a essas políticas, entendidas, na conclusão, como *legado* para as manifestações de 2013. Apresenta-se a rearticulação do movimento popular de defesa do direito à moradia, que se deve à ofensiva de desarticulação da forma de morar e viver do pobre pelas necessidades territoriais e estéticas dos projetos firmados entre Estado

---

<sup>1</sup> A aplicação desta terminologia não é recurso de sinonímia para evitar repetição, mas sim se adequa à retórica da propaganda dos megaeventos. Ver: <http://www.cidadeolimpica.com.br/galeria/faltando-dois-anos-para-os-jogos-cidade-se-transforma/> Acesso em: 2 fev 2015 No sítio eletrônico da Cidade Olímpica há mesmo uma aba “Transformações”, que se abre em: “infraestrutura”, “transportes”, “meio-ambiente”, “social” e “instalações olímpicas”.

e capital para os megaeventos. Volta à vida na cidade o conceito de *remoção*, que se pensava enterrado com os anos 1980, e se reconstroem redes populares de defesa do vocabulário de moradia que permeia o ordenamento democrático.

O vocabulário dos direitos humanos utilizado pelos oprimidos (que aqui seriam os trabalhadores, ex-moradores, os despossuídos), supostamente como uma resposta que conserva frente à proposta de *avanço* do legado oferecido pelo Estado, é outro ponto importante da análise. Mesmo que um morador de uma comunidade removida, ao revelar que deseja sair preservando sua *dignidade*, não o faça com a intenção de evocar o peso do discurso do iluminismo jurídico-político, de toda forma ele faz atentar para a preservação da sua condição de humanidade, mesmo após todo o aprofundamento do *progresso* moderno. Quando a *vida digna* é um parâmetro que ele reivindica para si, se verifica uma virada discursiva e de localização dos sujeitos no processo histórico que é importante e que pode irradiar seu significado no tempo que subjaz.

É forte no trabalho a presença de Walter Benjamin e Reyes Mate, com a demonstração da construção das narrativas de vencidos e vencedores sobre um mesmo processo, a disputa pela história, tendo em vista o conceito de tempo benjaminiano (BENJAMIN, 1994) e a construção de história para Marx (2011).

Para os vencidos, há que problematizar o que o discurso articulado entre Estado e grande mídia chama, portanto, de *legado*. Se o que fica de vários capítulos de trauma são alguns prédios (nem sempre públicos) e muita violência, cabe a tentativa de disputa do que significa a política, enquanto classicamente definida por Maquiavel (2007) como o domínio do tempo. A aceleração temporal promovida pelas transformações urbanas, para os oprimidos pode implicar na oportunidade do assalto à pena que escreve a História, para fazer emergir a versão que se constrói por baixo da temporalidade dos vencedores.

Nesse sentido, na exceção é possível aparecer a insurgência; é possível que episódios de resistência se personifiquem no futuro, como outro *legado*, que apareça na abertura da janela do tempo (posto que na aceleração, o domínio é mais dificultoso) como possibilidade de novo presente. Essa ideia de questionamento do *legado* aparece em campanhas dos movimentos sociais, em chamadas para articulação de redes e construção de manifestações de rua.

A nova dinâmica da exceção pode significar mero aprimoramento tecnológico-político ou enunciar seu próprio fim. Cabe reconhecer que

historicamente ambas são possíveis. Não se pode crer que *sociedade* ou *Estado* ou *direito* são categorias que sempre existirão na análise política, isto sim seria anistórico. É possível asseverar que há condições para a modificação da estrutura de poder, mas nem nas considerações finais se apontará possíveis datas, sujeitos e objetos determinantes para próximas mudanças. Este trabalho tem o condão de realizar reflexão sobre os contornos da exceção e das mudanças que ocorrem com a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e com os Jogos Olímpicos (e Paraolímpicos) de Verão de 2016 (embora carregadas de outras temporalidades).

Com este trabalho se espera, portanto, contribuir para o campo de análise da modernidade , no sentido de crítica para a sua ruptura (BENJAMIN, 1994), sobretudo fora das saídas norte-americana e europeia (excluídas as recentes propostas da Syriza e do Podemos), apontando para o aprofundamento de suas contradições, principalmente no espaço urbano. A cidade do Rio de Janeiro como sede desnuda o pleonismo do estado de exceção crítico e alerta para a imperiosidade da insurgência em um horizonte em que a violência substitui todos os demais mecanismos da política.



## Programas sociais e união do poder constituído: um esforço conjunto para a *transformação* urbana

*Estamos Juntos*<sup>2</sup>  
*Somos um Rio*<sup>3</sup>

Pereira Passos não foi o primeiro<sup>4</sup> e muito menos o último a pensar e redesenhar o traçado urbano da cidade. O processo aconteceu em maior ou menor escala ao longo da história do Rio de Janeiro: com ideias que surgiram ainda na colônia e no Império, por medidas tomadas ao longo de toda a Primeira República, na elaboração do arquivado Plano Agache, no Estado Novo, com Carlos Lacerda, com o governo militar e a conclusão da perimetral na década de 1970, e também na atual prefeitura, titularizada por Eduardo Paes.

Embora pareça haver certa continuidade no processo de reforma urbana, é necessário reconhecer suas múltiplas rupturas. Governos sucessivamente reconfiguraram a paisagem natural da cidade – haja vista a construção do Aterro do Flamengo, o desmonte de morros, e o aterro de mangues e beiras de praia – de acordo com seus interesses estético-políticos. Mauricio Abreu, em seu *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, demonstra como o jogo político de cada momento influenciou no planejamento e execução das obras. De comum a todas elas, a partir de Pereira Passos, verifica-se a interferência do entrelaçamento de Estado e capital no urbanismo. (ABREU, 2008, p. 73).

O processo de reestruturação do espaço urbano carioca baseou-se na super valorização das áreas do Centro e da Zona Sul, gerando a explosão demográfica dos subúrbios, desacompanhada de serviços públicos fundamentais, e também produzindo uma situação tipicamente carioca: a exponencial expansão das favelas.

<sup>2</sup> Slogan da campanha ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (reeleição) em 2010, usado em declaração da presidenta Dilma Rousseff em 2013 para reafirmar compromissos políticos de união. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/dilma-declara-apoio-candidatura-de-pezo-governador-em-evento-no-rio.html> Acesso em: 4/2/2015.

<sup>3</sup> Slogan da campanha à Prefeitura do Rio de Janeiro (reeleição) de Eduardo Paes em 2012.

<sup>4</sup> Cita-se este ex-prefeito em razão do simbolismo que acompanha sua figura. Quanto ao projeto de reforma urbana *belle époque* desenvolvida em sua gestão, há que se acentuar que não fora elaborado no calor da República, com a virada dos 1800 para os 1900, mas sim já datava de meados do século XIX e não teve sequer sua execução finalizada por tal Prefeito. Ver: IPP, 2008 e AZEVEDO, 2012.

A precarização das habitações foi combatida com perseguição. As diversas formas da *violência simbólica* utilizadas nas cirurgias urbanas, com a deslegitimação das vidas e formas de viver dos não-úteis para determinada obra, e da violência direta empregada em expulsões e desapropriações fomentaram indiretamente as favelas. Isto porque não fora oferecida alternativa aos moradores desalojados ao longo da história urbana carioca, ao mesmo tempo que ali foram realizadas obras de urbanização. Por outro lado, as favelas foram eleitas inimigas sociais a se extirpar, com intenso uso de propaganda oficial e aparato policial<sup>5</sup>. O processo ora descrito parece desconexo, mas afinal revela nada mais do que um mecanismo de retroalimentação da barbárie, conforme aponta Marildo Menegat (2006). A favela, apesar de ser limite para benesses, está incluída na reforma e já não pode mesmo mais haver cidade sem ela.

A contradição limite das intervenções urbanísticas tem sido, portanto, a favela – enquanto forma de morar dos oprimidos. De acordo com dados dos últimos censos do IBGE, o Rio de Janeiro é a segunda cidade que tem o maior número de pessoas vivendo em favelas no Brasil<sup>6</sup>. E todas as obras de intervenção na cidade, sejam de embelezamento, sejam de mobilidade, sejam olímpicas, passam no caminho das favelas e dos favelados (às vezes sobre eles). Construção de muros em seus entornos, criação de novos bairros nos limites da cidade para abrigar seus egressos e mesmo uma ou outra obra de saneamento: há medidas oficiais de todo tipo que levam as favelas em consideração, mas não há medidas que pensem globalmente a favela como parte da cidade oficial, mesmo sendo certo que elas são uma realidade irrefutável, ao menos em médio prazo nos cálculos dominantes que alimentam certa fantasia de riscá-las.

<sup>5</sup> Benchimol, ao comentar a Reforma Urbana de Pereira Passos já coloca qual era o objetivo das obras para áreas perigosas do Rio: “A Avenida do Cais foi concebida também como um instrumento de ‘polícia’ sanitária e militar para uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro. (...) E, num comentário [do *Jornal do Commercio*] onde transparecia a clássica concepção haussmaniana da avenida como instrumento de coação, [se] concluía: ‘a função da polícia tornar-se-á muito mais fácil nesses bairros hoje tão perigosos’.” (BENCHIMOL, 1990, p. 226). Sabe-se que hoje o pensamento da utilidade das obras em áreas ocupadas pela população pobre é acompanhado do mesmo raciocínio. Neste diapasão, faz-se necessário o destaque para as instalações de UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora) junto a áreas de obras.

<sup>6</sup> Os números do censo de 2010 do IBGE mostram que são cariocas duas das três favelas mais populosas do país – a Rocinha (primeiro lugar com 69.161 habitantes) e Rio das Pedras (a terceira, com 54.793). É certo ainda que 19,1% dos domicílios de favela do país estão concentrados no Rio de Janeiro, que fica apenas atrás de São Paulo, somando 23,2%. Censo disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 30/02/2015. Vale consultar também os dados produzidos pela UN-HABITAT (<http://www.unchsh.org/> Acesso em: 30 fev 2015) agência especializada da ONU em habitação, que já fez inúmeros estudos e alertas sobre violações de direitos humanos em cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro e a projeção de habitantes de favelas em 2020.

A reforma urbana e a precarização da vida hoje são faces da moeda da modernização, no contexto da atualidade do capitalismo. É preciso produzir, mesmo sobre o que já existe, com o menor tempo e gasto possível, com o maior ganho. Trazer novas, belas e desenvolvidas avenidas para a cidade, que esbarram em grandes contingências de miséria e incômodo estético não é contradição para o capital e nem significa sua retração, é mesmo parte de sua necessidade de expansão permanente.

Virgínia Fontes caracteriza esse momento histórico do capital, de crise do político e da ideologia, pelo menos até 2013, a partir da “possibilidade de extrair sobretrabalho sob outras formas [que] jamais desaparece totalmente em nenhuma sociedade capitalista, central ou não.” (FONTES, 2012, p. 89). No pós-Guerra Fria, pós-queda do Muro de Berlim, o sistema está diante de um período de crises, cada vez com intervalos menores, cada vez mais incisivas e denunciando a precarização contemporânea.

O capital no século XXI, que circula sem ser visto, que usa de alta tecnologia na produção, consegue, capilarmente, atingir de maneiras mais precisas e aparentemente difusas a subjetividade, e a própria humanidade do homem. Em tempos de afastamento do Estado da regulação da economia e da “questão social”, o trabalhador se submete a quaisquer condições de trabalho, sob pena de rápido perecimento. (FONTES, 2012, p. 90).

Diante das limitações da aplicação do neoliberalismo num Estado de construção histórica muito específica, emergem esforços de concretização de programas sociais que à primeira vista melhorariam as condições de vida da classe trabalhadora, mas que vistos em contexto possibilitam seu encaixe na dinâmica precarizante atual, como aparato ideológico, porque informam e conformam a existência de grande parte da população.

Verifica-se hoje no Rio de Janeiro que a cidade é pensada para uma classe, uma *burguesia*<sup>7</sup>, uma figura moderna com seu estilo de vida, seu transporte, sua

---

<sup>7</sup> Aqui entendida como uma classe social, ou frações de classe como classe média e média alta, que, valendo-se do aprimoramento de técnicas das formas de produção e de conceitos como o de modernização e progresso, determina o rumo social, tornando-se protagonista de uma versão da história e fazendo valer, no caso do presente estudo, no contexto carioca, seu projeto hegemônico. Não se trata de uma “nova classe média” que teria ascendido nos anos 2000 com os programas sociais a partir da administração do Governo Federal de Lula. Jessé de Souza (2012), afinal, neste específico ponto tem razão: alterações de renda não modificam no curto prazo as estruturas de capital social que se reproduzem. As mudanças produzidas na cidade não se expandem, portanto, para todos os aptos a adquirir produtos domésticos com crédito, mas somente para aqueles que

habitação, seu comércio, suas construções. A modernidade é aparência e o espaço urbano está a serviço de uma classe, algo parecido com o que ocorreu no período da administração de Pereira Passos.<sup>8</sup> Para a gerência desse espaço, defendia-se e apoiava-se a ideia de ver prefeitos técnicos<sup>9</sup>, capazes de conduzir a cidade a seus novos objetivos e funções<sup>10</sup>, não mais como capital oficial do país, mas ainda como sua vitrine, sua “capital turística”. Persiste nas cabeças da elite a ideia de “cidade maravilhosa” cunhada no alvorecer republicano, sendo reapropriada. Não é à toa que a palavra “capital” aparece vinte e três vezes, com diferentes caracterizações, no Plano Estratégico da cidade 2013-2016, dentre elas: “Rio Ambiente de Negócios”, “Rio Capital do Turismo”, “Rio Capital da Indústria Criativa”. O poder constituído plasma para o futuro uma imagem e designa o Rio como capital “verde”, “da educação”, “da saúde”, “da bicicleta”, entre outras adjetivações mais retóricas que objetivas. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013)

---

desenvolvem certos *habitus* urbanos. Assim, é possível aqui pensar o conceito de *classes dominantes* como mais amplo e apropriado que o de *classes médias* ou *burguesia*.

<sup>8</sup> Aqui não se pretende fazer história comparada, mas ter em vista que o tempo histórico não é linear e que a coincidência do tempo da escrita e do objeto da narrativa histórica constitui problema. Para a História do Tempo Presente, cuja matéria prima é o acontecimento, o indício é a fonte a partir da qual se pode analisar como “sociedades históricas se relacionam com o seu passado e projetam o seu futuro” (MAUAD, 2007, p. 229).

<sup>9</sup> Permanece a importância dos bacharéis no Estado. Os bacharéis em direito, cuja implantação dos cursos no Império fora justamente pensada a partir da necessidade de formação de quadros para ocupar postos no Estado, conforme já alertou Sergio Buarque de Holanda (1997), tiveram papel central na construção da República brasileira. Se na prefeitura do Rio de Janeiro da primeira República tiveram mais destaque os médicos e engenheiros, o futuro reservava lugar àquela especialidade. Embora tivesse passado pelo exército e pelo curso de engenharia, o prefeito Cesar Maia, cuja tradição política mantém-se no comando do Executivo Municipal desde a década de 1990, é reconhecido por sua formação em economia, abrindo passagem para os bacharéis das ciências sociais aplicadas, à exceção do arquiteto Luiz Paulo Conde.

<sup>10</sup> É de se ressaltar, neste tocante, os apontamentos de Walter Benjamin, sobretudo nos textos *O Narrador* (1994), *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1994), e na nota das suas *Passagens* (2006) denominada *A boneca, O Autômato*. O autor ilumina a relação existente, na modernidade, entre a técnica e a conformação hegemônica. O aprimoramento das formas de produção serviu, no capitalismo, para destruir certos padrões de relação social tradicionais, seja com a desvalorização da oralidade e, portanto, do contato humano na troca de experiências e na sua realização, seja na massificação das experiências. O cinema e o livro, por exemplo, possíveis a partir do surgimento de novas técnicas, são meios de atender às novas temporalidades modernas. Neste tempo histórico, o homem não pode se deter na construção, no tecer de experiências únicas, mas pode apenas se dedicar a rápidas trocas. Para Benjamin, o desenvolvimento da técnica contribui para a própria desumanização do homem, para a sua alienação de si mesmo, como alertava Marx (2010). Assim, a escolha política técnica é também a escolha não reflexiva, é a escolha que prima pelo tempo acelerado, pela rápida execução de metas, no entanto desprovidas da própria humanidade do homem. É nessa medida que a escolha de prefeitos técnicos significa, no Rio de Janeiro, o florescimento da ideologia moderna burguesa e da execução de seus projetos.

No entanto, o Rio de Janeiro abandonou o posto de lugar de debate da política nacional (e não retomou prestígio econômico) para se tornar “um implacável laboratório de gestão da barbárie”. (MENEGAT, 2013, pp. 12-13)

É na conjuntura de aprofundamento das formas de exploração capitalista, aproveitando-se das já instauradas formas não-capitalistas (FONTES, 2012), que o Rio de Janeiro é escolhido como sede de dois megaeventos no início do século XXI: Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016<sup>11</sup>. Da escolha da sede até o presente momento, a cidade vive um momento ímpar de coincidência política entre o Executivo Federal, Estadual e Municipal, formando uma teia de “proteção social” a fomentar o novo período *desenvolvimentista* que vem no meio de crises. E é precisamente aí que ressurge a retórica do crescimento, do progresso e da civilização, impulsionados por tais eventos, ainda que sob outras roupagens.

O poder constituído constrói seus projetos de modo a fazer sobressair outra avaliação da história. Aos programas *Bolsa Família*<sup>12</sup> e *Minha Casa, Minha Vida*<sup>13</sup> do Governo Federal, que não se distanciam do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*<sup>14</sup>, somam-se os programas de segurança do Governo

<sup>11</sup>Marildo Menegat ilustra bem o preciso momento da escolha e sua comemoração, já alertando para o contexto que este trabalho quer discutir, classificando o presente da história mundial como “uma contínua catástrofe social e ecológica”. “Duas cenas em nossa memória recente ilustram o que aqui vai dito: um dia nem tão memorável em que Lula, Cabral e Paes em Copenhague, e uma multidão nas areias de Copacabana, festejaram no mais explícito estilo *new janota*-populista a escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016, e a inusitada situação do mesmo anúncio foi feito recentemente da sede dos Jogos Olímpicos de 2020. No primeiro caso, uma falsa – que a rebelião de junho não nos deixa esquecer – sensação de segurança em que o *crash* ainda quente da economia mundial foi tomado pelos personagens principais por uma ‘marolinha’; e, no segundo caso, a definição da sede por exclusão: a candidatura de Istambul foi preterida porque a cidade está a alguns quilômetros do olho do furacão que arrasa o Oriente Médio, a de Madri porque é a capital dos Indignados, ramo imediatamente anterior da mesma espécie de protestos que ocupou a praça Zuccotti nas proximidades de Wall Street, em Nova York, e, ao que parece, faz parte da mesma disposição que, da chamada Primavera Árabe às ruas do Brasil, tem incendiado o planeta com protestos, e, por fim, a de Tóquio, que apesar de escolhida, é sempre bom lembrar, está a não muitos quilômetros da radiação em expansão do acidente nuclear de Fukushima. De fato, todos os lugares do mundo andam muito perigosos...” (2014, p.9-10)

<sup>12</sup> Programa de transferência de renda criado a partir da unificação de outros já existentes, que visa fornecer benefício às famílias constituídas nos grupos subalternos, que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, observadas as condicionantes sociais dispostas na Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

<sup>13</sup> Programa de financiamento habitacional que visa facilitar a aquisição da moradia própria pelas famílias que possuam renda mensal de até dez salários mínimos. A medida compreende outros subprogramas e atinge prioritariamente o meio urbano, apesar de também incidir sobre o campo. Foi criado pela Lei 11.977, de 7 de julho de 2009.

<sup>14</sup> Programa que prevê realização de obras e execução de projetos em todas as regiões do Brasil visando melhoria da infraestrutura (mobilidade, energia, água e luz, saneamento, pavimentação), da segurança e da educação, considerando ainda a construção de equipamentos de esporte e turismo. Inclui parcerias com governos locais e uso de recursos públicos ou privados geridos pela

Estadual, sobretudo com a instalação das *Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs<sup>15</sup>)*, de educação (basicamente com a reformulação do currículo e fragilização da carreira de professor), e saúde, a partir, principalmente, da expansão das *Unidades de Pronto Atendimento (UPAs<sup>16</sup>)*. Ainda, no município do Rio, implantam-se, no mesmo bojo, o *Choque de Ordem*, administrado pela Secretaria Especial de Ordem Pública, o *Morar Carioca<sup>17</sup>*, o *Cartão da Família Carioca<sup>18</sup>*, a *UPP Social* e demais programas implementados pelas diversas Secretarias Municipais, sobretudo a de Habitação, a de Urbanismo e a Extraordinária de Desenvolvimento (SEDE). Em um mesmo bairro é possível ver

---

União. É previsto esparsamente em diversos dispositivos legais. Ver o sítio eletrônico oficial do Programa. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/> Acesso em: 25 mar 2015.

<sup>15</sup> As UPP's constituem a nova aparência do modelo belicoso de segurança pública aplicado no Rio de Janeiro e vendido como exemplo para as demais unidades da federação. O início dos anos 2000 ficou marcado por diversas invasões policiais nas comunidades de favela da cidade e seu entorno. Com os Jogos Pan-Americanos de 2007 até mesmo o exército realizou incursões em comunidades e foram levados a público episódios de tortura e execução sumária de jovens, em um único dia o número chegou a dezenove no Complexo do Alemão. Em momento posterior, a ONU enviou ao Estado e à cidade representante que emitiu relatório sobre a situação dos direitos humanos no espaço urbano: ele concluiu que o trabalho da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro nas incursões, é violento e violador de garantias fundamentais. O modelo de guerra ao tráfico e, por extensão, ao favelado, foi ressignificado a partir da criação das Unidades de Polícia Pacificadora, que pretendiam oficialmente, também através da presença da polícia naquele espaço de pobreza, conter a violência e o tráfico, sobretudo a partir do controle social, o que não se sustentou na prática política do projeto. Para maior aprofundamento, ver: BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. In: Anais do 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais, realizado em São Paulo em 23 de julho de 2011. Os recentes dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) dão conta do aumento nos números da criminalidade superior àqueles vistos antes das UPPs. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-no-rio-de-janeiro-retoma-niveis-pre-upps,1161837,0.htm> Acesso em: 25 mar 2015.

<sup>16</sup> Os hospitais do Estado do Rio de Janeiro, dos mais deficitários da federação, não absorvem a demanda pelo atendimento público de saúde. Nessa esteira, em 2007 o Governo Estadual propôs a criação das Unidades de Pronto Atendimento, a serem geridas por Organizações Sociais, modalidade de parceria público-privada. Instaladas sobretudo na região metropolitana, as UPAs são encarregadas dos primeiros atendimentos à população de baixa renda, funcionando como estação de triagem dos doentes. Construídas em edificações temporárias de contêineres, as estruturas não permitem maior acompanhamento dos pacientes e sequer possuem suporte necessário para realização de alguns exames tidos como básicos (para mais informações, ver o sítio eletrônico oficial da Secretaria Estadual de Saúde. Disponível em: [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br) Acesso em: 25 mar 2015). Uma vez que os hospitais continuam os mesmos e com o mesmo investimento público e mesma capacidade de atendimento, o panorama da saúde não mudou no Estado, embora o projeto tenha sido “exportado” para outras localidades recentemente.

<sup>17</sup> Programa municipal de habitação dividido no eixo de urbanização e na parceria com o *Minha Casa, Minha Vida*, federal, que é sua maior incidência.

<sup>18</sup> No plano municipal, a política de desenvolvimento social se foca em programa complementar ao Bolsa Família federal, consistindo na distribuição do *Cartão Família Carioca*, que em 2013 abrangia cerca de 98 mil famílias por mês (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 214). Com esse programa, a Prefeitura pretende “Reduzir em pelo menos 50% a população carioca abaixo da linha de pobreza mais alta da 1ª Meta do Milênio da ONU até o final de 2015, tendo como referência o ano de 2007. Reduzir em pelo menos 100% a pobreza na população beneficiária do Bolsa Família Federal e do Cartão Família Carioca até o final de 2016, tendo como referência o ano de 2010. Garantir que 100% dos beneficiários do Cartão Família Carioca habitantes de áreas cobertas pelo Programa Saúde da Família sejam atendidos pelo programa” (IDEM, p.215).

ações de todas as esferas de governo que se não demonstrarem certa coordenação, não pecam por desarmonia.

A Secretaria Especial de Ordem Pública é a responsável pela organização e realização das operações Choque de Ordem. A ordenação do espaço urbano significa a repressão às vendas de ambulantes na cidade, a participação em desapropriações e despejos forçados, a retirada de moradores de rua de calçadas e, de modo geral, a observação do Código de Posturas do município. A internação compulsória de usuários de drogas como o crack também está associada às atividades das operações. A área de concentração prioritária do choque de ordem é a região do Centro e da Zona Sul da cidade.

Esta avaliação da ligação que se estabelece entre diferentes programas de governo não pretende ser maniqueísta. Não se quer duvidar da importância, por exemplo, do programa *Bolsa Família* no país e de seu caráter algo emancipatório diante da barbárie, apenas se pretende reconhecer as consequências do alinhamento de diversas políticas em três âmbitos executivos distintos, que configuram mesmo a base de sustentação do projeto de poder – e de cidade – vigente. Este aparato ideológico legal do Estado para tocar os grandes eventos<sup>19</sup>, faz valer uma posição hegemônica: põe em prática e defende as políticas dos Executivos na nova modernização da capital turística do país, pretendendo prepará-la para uma posição de destaque e conformar um modo de viver<sup>20</sup>.

O espaço urbano onde acontecem os processos de reforma geridos em meio a programas governamentais complementares é povoado por consumidores de serviços. Sejam turistas ou habitantes, ali há consumidores e há quem faça negócios. Numa partida de um megaevento, na construção de uma obra de

<sup>19</sup> O dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas dá conta de que o saldo dos eventos já é devastador e atinge diferentes âmbitos, como moradia, mobilidade, trabalho, esporte, meio ambiente e segurança pública. É de se destacar que 85% do financiamento das obras que fazem parte da reforma urbana no Rio de Janeiro e em outras cidades é público e federal, dando-se via BNDES. Ver: *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*, de maio de 2013. Tópico 8 “Orçamento e finanças”, página 103 e seguintes. Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie\\_comitepopularcoparj\\_2013.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf) Acesso em: 29 jan 2015.

<sup>20</sup> Os escritos de Benjamin e Brecht dão conta do desenvolvimento de um modo burguês moderno de viver nas cidades europeias de temporalidade acelerada. A reforma urbana carioca do século XXI também pode assim ser explicada. A moradia burguesa talvez seja o bom exemplo: prédios e mais prédios são construídos com a mesma arquitetura, a mesma forma de lazer e com preços que só sobem, em descompasso com a metragem dos apartamentos. É um modo de viver quase plástico que se reproduz em inúmeros empreendimentos que se valem das intervenções urbanas para agregar valor aos seus produtos.

mobilidade urbana e na remoção de moradia popular há prestação de serviço e consumo.

As consequências políticas para uma cidade que vive uma reforma tão intensa num espaço super mercantilizado não são de pequeno porte. A seguir detalhar-se-ão as mudanças em âmbitos como transporte, moradia e segurança pública, ocorridas já no século XXI como fruto da interligação das ações do poder público, além de incursões pela moralidade pública e pelas medidas legais em vigor, para que se possa compreender a transformação dos *deserdados da urbe* em consumidores.

## 2.1

### Reformando a segurança?

O entrelaçamento dos programas sociais municipais, estaduais e federais favorece as operações urbanas que esbarram nas formas de morar subalternas. Duas opções se colocam quando os caminhos se cruzam: quando uma área de favela é alvo das desapropriações, (não?) *justificadas* pelas intervenções urbanas, ocorrem as remoções (melhor detalhadas no próximo subitem), que são de responsabilidade do município.

Se determinada área de favela não será alvo de remoção, conforme sua localização, história e, inclusive, impacto no turismo local, não se pode dizer que esteja excluída do projeto urbano em curso. As *Unidades de Polícia Pacificadora*, de responsabilidade estadual, representam um modelo defasado de policiamento comunitário e são utilizadas em menos de 3% das favelas do Rio (BARREIRA, 2013, p. 145), que ficarão onde estão, apesar da reforma. O complexo da Maré contou com a permanência do exército por mais de um ano até se iniciar, em 2015, a transição para as UPPs.

Em que consiste a ideia de ter o poder *da* polícia no dia a dia das vidas pobres enquanto outras faces do Estado estão ausentes? De onde vem, afinal, esse poder de morte onipresente?

Nos debates precedentes à adoção dessas leis [sobre polícia e segurança, na Revolução Francesa], parecia claro que polícia e segurança se definiam reciprocamente; mas os oradores – entre os quais Armand Gensonné, Marie-Jean Hérault de Séchelles, Jacques Pierre Brissot – não foram capazes de definir nem



uma coisa nem outra. As discussões se mantiveram essencialmente nas relações entre a polícia e a justiça. Segundo Gensonné, trata-se de “dois poderes perfeitamente distintos e separados”; e, portanto, enquanto o papel do Poder Judiciário é nítido, o da polícia parece impossível de definir. A análise do discurso dos deputados mostra que o lugar da polícia é impossível de ser decidido, e deve continuar assim, pois se estivesse inteiramente absorvida pela justiça a polícia não poderia mais existir. É a famosa “margem de apreciação” que ainda hoje caracteriza a atividade do agente de polícia: em relação à situação concreta que ameaça a segurança pública, ele age com soberania. Fazendo assim, não decide nem prepara – como se diz erroneamente – a decisão do juiz: toda decisão implica causas e a polícia intervém sobre os efeitos, isto é, sobre algo que não pode ser decidido. (AGAMBEN, 2014)

As UPPs são a presença prolongada da polícia – que tem seu quinhão de poder discricionário - nas comunidades de favela, ou seja, uma incursão permanente do braço armado do Estado. Seu objetivo é garantir a retomada do território<sup>21</sup>, que se conjuga a um controle da vida – e dos corpos - proibindo, por exemplo, determinadas atividades culturais antes ali desempenhadas. Os efeitos biopolíticos das UPPs estão presentes, por exemplo, na proibição dos bailes funk por meio da resolução 013 de 2007 da Secretaria de Segurança Pública/RJ.

Propalada como uma mudança no paradigma de conflito da segurança, a UPP foi gestada, iniciada e segue gerida pelo mesmo pensamento político afirmado pelo alto escalão que defendia a guerra ao tráfico, a polícia como *inseticida social*<sup>22</sup>, consubstanciada em operações policiais que deixam *corpos jovens e negros no chão*<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> A pesquisa “‘OS DONOS DO MORRO’: UMA AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA DO IMPACTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPs) NO RIO DE JANEIRO”, levada a cabo pela parceria entre LAV-UERJ, Banco de Desenvolvimento da América Latina e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que “De acordo com os documentos oficiais, os seus dois grandes objetivos são a recuperação do controle territorial de áreas que estavam sob o domínio de grupos criminosos armados, e o fim dos confrontos armados. Adicionalmente, o projeto almeja um incremento do investimento público e privado nestes locais (melhora dos serviços urbanos, infra-estrutura, projetos sociais e oportunidades de emprego, etc.), de forma a melhorar a integração entre estas comunidades e o resto da cidade.” Disponível em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf> Acesso em: 29 jan 2015. Disso se depreende que uma ocupação armada ilegal foi substituída por uma ocupação armada legal, que conta ainda com avaliação positiva por setores da academia. No que tange aos investimentos que foram atraídos para as áreas “pacificadas”, é importante contrastar a teoria de integração à cidade com as reclamações dos moradores, que se tornam reféns da companhia de distribuição de energia, conforme demonstra a seguinte matéria da EBC disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-01-16/moradores-de-favelas-reclamam-do-valor-da-conta-de-luz-depois-da-regularizacao-do-fornecimento-de-ene> Acesso em: 29 jan 2015.

<sup>22</sup> Declaração do Coronel Marcus Jardim, de 16 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.jb.com.br/informe-jb/noticias/2012/12/20/a-pm-e-o-melhor-inseticida-social/> Acesso em 4 fev 2015.

<sup>23</sup> Referência ao canto entoado pelas equipes do Batalhão de Operações Especiais quando do treinamento e de operações policiais em favelas, cuja letra conta com o seguinte fragmento:

Vista em panorama, a estratégia da segurança pública revela poucas rupturas, já que mesmo a redemocratização não implicou no fim da intervenção militar na questão. Um exemplo paradigmático dos anos 1990 foi a Operação Rio (COIMBRA, 2001), que num contexto de oposição entre governo federal e estadual se propunha a coordenar Polícia e Forças Armadas para erradicar a violência urbana. As tropas estavam nas ruas e faziam incursões nos morros sem observar garantias constitucionais, a exemplo dos mandados de busca e apreensão genéricos. A histórica associação entre favela e violência embasou a aceitação popular da presença do exército na gestão civil.

Não foram comprovados os efeitos benéficos da intervenção militar para além da *sensação de segurança*, ideia trabalhada pela mídia junto à opinião pública, levando em consideração a ocupação militar do período da ECO-92, em que teriam sido alcançados *momentos de paz*. A imagem positiva da solução armada não se abalou de pronto com as sucessivas descobertas de desvio de armamento<sup>24</sup> e denúncias de que havia cursos para narcotraficantes elaborados por ex-funcionários públicos da segurança<sup>25</sup>. Operações policiais a esmo, sem respaldo jurídico ou plano de segurança se tornaram a regra como medida para controlar (uma vez que erradicar não se mostrou possível) a violência, sendo possível o recurso ao exército a qualquer tempo (BARREIRA e BOTELHO, 2013, p. 115-124).

Quando as figuras do policial e da polícia se desgastaram em meio a construção de um perfil corrupto e estudos reiterados passaram a reconhecer a cisão na cidade, emerge a necessidade de transformar o discurso sobre a

---

“Homem de preto qual é a sua missão? Invadir favela e deixar corpo no chão”. Vale ressaltar o reconhecimento do Estado brasileiro em audiência na CIDH/OEA do atual genocídio da juventude negra em curso no país. Disponível em: <http://global.org.br/programas/brasil-reconhece-exterminio-da-juventude-negra-em-audiencia-na-oea/> Acesso em: 22 mar 2015.

<sup>24</sup> Como, por exemplo, noticiou o Jornal Extra em 7 de fevereiro de 2015: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/armas-somem-do-deposito-da-policia-militar-no-rio-15275875.html> Acesso em: 8 fev 2015 e como também noticiou a Folha de São Paulo, em 01/12/2010:

[www1.folha.uol.com.br/%2Ffsp%2Fcotidian%2Fff0112201001.htm&ei=AvQOVaOgJYmAsQT8u4DoDA&usg=AFQjCNHv9uityIC-ck4uo6RM-klchl1j-w&sig2=gjbzg9inxBPKT5dOK4XSAw](http://www1.folha.uol.com.br/%2Ffsp%2Fcotidian%2Fff0112201001.htm&ei=AvQOVaOgJYmAsQT8u4DoDA&usg=AFQjCNHv9uityIC-ck4uo6RM-klchl1j-w&sig2=gjbzg9inxBPKT5dOK4XSAw) Acesso em: 8 fev 2015

<sup>25</sup> Sobre a temática há diversas reportagens jornalísticas disponíveis. Seguem exemplos publicados na Folha de São Paulo, no portal G1 e no portal R7, respectivamente: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/semana/gd040202a100202.htm>, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1554540-5598,00-EXPARAQUEDISTAS+DO+EXERCITO+SAO+PRESOS+NO+RJ.html> e <http://noticias.r7.com/videos/paraquedista-do-exercito-e-apontado-como-lider-de-treinamento-de-traficantes/idmedia/72cdadf8ba2913357b20d9e54de63e71-2.html> Acesso em 22 mar 2015.

segurança. Os números crescentes da prática de crimes revelavam a falência do combate com incremento no número de ações policiais. A *nova* solução continuava passando pela ação policial, mas agora a partir da retomada da ideia do *policciamento comunitário* (presente nas gestões do Governo do Estado dos anos 1980 e 1990 de Leonel Brizola, a última delas contemporânea da Operação Rio).

Já nos anos 2000, O hoje ex-Governador do Estado, Sergio Cabral Filho (PMDB), de quem o atual Governador foi vice, declarou, quando a cidade ainda era candidata a sediar os eventos, que era necessário olhar para as “questões sociais”. Em entrevista com o então Governador Cabral, um repórter questiona, no ano de 2007: “G1 – A demora para resgatar a ordem pública pode interferir na implantação dos projetos e investimentos do PAC da Segurança nessas comunidades?” E em seguida, enveredando sobre o tema da violência, tem-se a seguinte declaração do chefe do Executivo Estadual, identificando dois modelos de vida na cidade e apontando qual deles deverá permanecer (como se faz na reestruturação urbana), ou seja, qual parte da *cidade partida* deve ser valorizada:

G1 – Mas o Brasil não consegue dar conta do mosquito da dengue. Teremos condições de resolver essa questão das drogas?

Cabral - O Brasil não dá conta do câncer. Não dá conta dos que necessitam de CTIs. Não dá conta de um monte de coisas. Se for partir para isso... São duas questões que têm a ver com violência: uma é a questão das drogas que é mais internacional. O Brasil deve contribuir. A outra, é um tema que, infelizmente, não se tem coragem de discutir. É o aborto. A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência pública. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro "Freakonomics" (Steven Levitt e Stephen J. Dubner). Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela suprema corte americana. Porque uma filha da classe média se quiser interromper a gravidez tem dinheiro e estrutura familiar, todo mundo sabe onde fica. Não sei por que não é fechado. Leva na Barra da Tijuca, não sei onde. Agora, a filha do favelado vai levar para onde, se o Miguel Couto não atende? (...) Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só. (CABRAL, 2007) (Grifos atuais).

A UPP foi/é um projeto dos governos do PMDB de gerenciamento de vidas pobres, “portanto, o que temos, no fundo, são as UPPs como suporte para um processo de instrumentalização da pobreza e da cultura como alavancagem para a valorização imobiliária e fundiária” (BRITO, 2013, p.103).

Por mais que o Estado não *dê conta* do que a favela produz, a *pacificação* quer gerenciar os habitantes e seus hábitos em alguns espaços da cidade, a partir de um programa com objetivos e metas. Essa diferença no planejamento da segurança pública tem impactos na reforma.

O dia 26 de novembro de 2010 é tão importante para as transformações urbanas quanto o dia 2 de outubro de 2009. A segunda data é aquela na qual o Rio de Janeiro foi eleito sede das Olimpíadas de 2016, já a primeira marca a invasão do Complexo do Alemão para a instalação da sua UPP. Esse processo distinguiu-se da implantação da primeira Unidade no Santa Marta<sup>26</sup>, em 19 de dezembro de 2008. O Alemão foi invadido com cobertura midiática em tempo real, com união de esforços governamentais e de corporações armadas. O Alemão, afinal, “*é muito mais complexo*” (BATISTA, 2011).

Na ocasião da ‘retomada’ do Complexo do Alemão, os meios de informação trataram de infundir na população o sentimento de impotência capaz de produzir o estado de espírito adequado às intervenções discricionárias e ao processo de ocupação prolongada das favelas, pois quanto maior a sensação de insegurança, maior a chance de o aparelho estatal impor seu controle sem contestação. (BARREIRA e BOTELHO; 2013, pp. 126)

É precisa a análise de Barreira e Botelho acima referida. Invadir o Alemão com armas para ali permanecer fazia parte da preparação da cidade. Esta UPP é pré-olímpica. (OLIVEIRA, 2013, p. 32) Ela já faz parte de uma configuração específica do controle social estatal, que tem que ver com a proximidade dos megaeventos. Com a *criminalidade controlada*, o Rio pode ser uma cidade destacada no cenário mundial. Isto não quer dizer que o Alemão seja a maior ou a mais temida favela carioca, mas sim suficientemente grande e importante para o Estado dar o seu recado da *retomada*, ao fincar a bandeira da Polícia em seu topo, ao trazer o exército<sup>27</sup> para o dia a dia dos moradores, ao escancarar de vez a barbárie difundida – e defendida! – no processo da reforma.

<sup>26</sup> Não que seja amenizado o viver com a UPP no Santa Marta. Vale a pena conferir, nesse sentido, a Cartilha Popular sobre Abordagem Policial, construída na comunidade com uma série de organizações sociais a partir das violações de direitos denunciadas pelos moradores locais. Ver: <http://global.org.br/programas/cartilha-popular-do-santa-marta-abordagem-policial/> Acesso em: 2 fev 2015.

<sup>27</sup> O governo federal continua avaliando como acertada esta tática, declarando que está auxiliando no resgate da cidadania das comunidades e no estabelecimento da paz social ao contribuir para a instalação de UPPs. Ver em: <http://blog.planalto.gov.br/assunto/morro-do-timbau/> Acesso em: 30 jan 2015.

A naturalização do exército na rua sem que a ordem vigente esteja formalmente comprometida (um campo dentro da cidade em que vigora a exceção de modo permanente) foi possível a partir de todas e cada uma das operações que envolveram as Forças Armadas no controle da violência, posto que há

(...) um processo contínuo de incursões policiais mortíferas nos territórios cariocas de pobreza, elas mesmas tão naturalizadas quanto a propriedade privada dos meios de produção ou a monetarização das relações sociais. (BRITO e OLIVEIRA, 2013, p. 65)

Passar no Complexo da Maré e não se aterrorizar com tanques de guerra é possível porque a população já viu isso antes e assimilou que não se trata de imagem incompatível com a ordem democrática, na esteira do alerta agambeniano da exceção como paradigma de governo das democracias ocidentais atuais (AGAMBEN, 2004, p.13).

Da mesma forma, arranjos inconstitucionais trataram de dar aparência legal (não por coincidência, foram utilizados decretos presidenciais justificados na garantia de lei e ordem, a exemplo do D.6.703/08 e do D. 5.289 de 2004, este último que descreve a atuação da Força Nacional de Segurança Pública) à atuação do exército na segurança civil.

A megaoperação de implantação da UPP do Alemão (com participação de todas as instituições constituintes das Forças Armadas e das polícias locais) não estava prevista nos planos de segurança, mas foi uma resposta conjuntural – a supostos ataques de facções criminosas em vários pontos do estado e ao fato de ter se concentrado naquele território boa parte das funções de distribuição de armamento e drogas – determinante para o desenrolar da política de segurança pública dos anos seguintes. (BARREIRA e BOTELHO, 2013, p. 124)

Os números de violência não diminuíram drasticamente como os defensores do projeto *pacificador* previam. Novamente a pesquisa da parceria LAV-UERJ/ Banco de Desenvolvimento da América Latina/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública é ilustrativa. Essa fonte, que não emerge dos críticos do projeto, faz uma análise dos dados do Instituto de Segurança Pública –ISP (que foram questionados

pela ex-diretora da instituição<sup>28</sup>) em que já aparece a dificuldade de interpretar uma melhoria acentuada.

É claro que esses dados não são de fácil análise. Alguns tipos penais dependem muitas vezes dos registros policiais para serem contabilizados, como nos delitos que envolvem drogas. Por outro lado, enquanto diminuem números de mortes decorrentes de ação policial, sobem os desaparecimentos, situação exemplificada no caso do pedreiro Amarildo de Souza, cujo último registro data de julho de 2013, dentro da UPP da Rocinha<sup>29</sup>. Ou seja, os números não podem ser interpretados apenas objetivamente. O avanço no combate à violência não é aferível por índices divulgados pela Secretaria de Segurança sem se levar em conta que eles revelam também estratégias policiais locais e não só as gerais, como o próprio relatório da pesquisa admite.

O lucro da iniciativa privada, de outro lado, sobressai sem que haja dificuldade na avaliação. Se os números do impacto da criminalidade não são conclusivos, a imagem do morro muda e permite o florescimento de atividades diferentes da moradia e do comércio/terceiro setor voltado para os próprios moradores.

Dentre as empresas participantes da parceria público-privada que criou um fundo para as UPPs se podem citar o banco Bradesco (que cedeu este ano um alto executivo para o cargo de Ministro da Fazenda), a multinacional Coca-Cola, a concessionária de luz Light, e a grande empresa de tabaco Souza Cruz. O fundo contribui com a implantação das UPPs à medida que possibilita a superação de entraves da lei de licitações, segundo o secretário de Segurança Pública. (BRITO, 2013, p. 105) As mesmas empresas, a CBF e o empresário Eike Batista também participaram da construção de sedes para o projeto de policiamento comunitário em certas localidades como a da Ladeira dos Tabajaras.

<sup>28</sup> Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,rio-fabricou-queda-de-homicidios-diz-ex-diretora-do-isp,244267> Acesso em: 22 mar 2015. Ainda sobre a controvérsia acerca dos números da segurança pública, foi divulgada pesquisa do IPEA que denotou “distorções estatísticas” nos homicídios no Rio de Janeiro em 2009. (BARREIRA, 2013, p. 158).

<sup>29</sup> Ver o mapa de homicídios, desaparecimentos e autos de resistência, por exemplo, em: <http://apublica.org/2014/03/rio-de-janeiro-mapa-dos-desaparecimentos/> e <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm> Acesso em: 31 jan 2015. O caso do desaparecimento forçado de Amarildo é objeto da ação de responsabilidade civil número 0271912-17.2013.8.19.0001 que a família move em face do Estado do Rio de Janeiro.

A chegada da UPP aumentou a sensação de segurança e o turismo no morro, mas resta ainda vencer carências básicas (como coleta de lixo e hospitais) e ganhar a confiança dos moradores em relação aos policiais, ostensivamente armados (BARBON, 2014)<sup>30</sup>.

Além das empresas, quem também se multiplica nas comunidades são as Organizações Não Governamentais. O tipo mais comum de atuação de ONG nessas comunidades é justamente nas lacunas deixadas pelo Estado arregimentando trabalho voluntário e fazendo interlocução com o poder público (BOTELHO, 2013, p. 182-184; ARANTES, 2014, p.355). Em menor escala existem as ONGs de monitoramento e denúncia de violações de direitos humanos, que se articulam com movimentos sociais locais no combate à invisibilização dos problemas dos moradores de favelas, silenciados na guerra ao varejo de drogas e na tentativa de erradicação da violência urbana.

Outros programas fazem parte da violência que usurpa a vida das classes subalternas, articulando segurança e *ordem*. As *UPPs* garantem as obras do PAC (em suas várias edições) nas favelas - a “Comunidade Cidadã”, que engloba a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches e pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, Centros de Arte e Esportes Unificados e Centro de Iniciação ao Esporte (CIE).

Após o processo de “pacificação”, as favelas se tornam área de interesse econômico para a atuação de empresas privadas e investimentos públicos, como os previstos no PAC. As obras do PAC, por sua vez geram inúmeras oportunidades de emprego na construção civil. A justaposição dos programas reconfigura mesmo a gestão local das vidas. Mariana Cavalcanti classifica a conjugação desses programas como controle social a partir da “gramática da PACificação” (CAVALCANTI, 2013, p. 197).

O município, por sua vez, contribui com as *UPPs Sociais*, programa que consiste na estratégia municipal para integrar as áreas com UPP à cidade garantindo acesso aos serviços públicos básicos, elegendo portanto essas áreas para sua atenção e preterindo aquelas em que não há UPP.

---

<sup>30</sup> Vale destacar que o Estado se prepara para a recepção dos turistas, como destaca a matéria “Policiais da UPP Vidigal aprendem inglês por causa do turismo”. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/policiais-da-upp-vidigal-aprendem-ingles-por-causa-do-turismo/Vidigal> Acesso em: 29 jan 2015

Por meio dele [o programa], uma unidade de gestão baseada no Instituto Pereira Passos (IPP Rio) dedica-se à coordenação de investimentos e políticas municipais nas comunidades que contam com as UPPs, à articulação de parcerias com outras esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil e à criação de canais permanentes de diálogo e participação social junto às lideranças e moradores das comunidades. A pacificação de novas áreas é acompanhada pela qualificação imediata dos serviços de conservação urbana, iluminação pública, limpeza e coleta de lixo e pela promoção da regularização urbanística e construtiva, abrindo caminho para a elaboração e implantação de planos de integração local, mobilizando os vários setores da Prefeitura, da sociedade e das comunidades para a conquista de novos padrões de serviços públicos – sociais, urbanos e econômicos – em todas as áreas beneficiadas, segundo as demandas e prioridades específicas de cada uma delas (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 114).

Também de responsabilidade municipal são as operações do *Choque de Ordem*<sup>31</sup>, que batem às portas (e também as fecham) das favelas para aplicar multas às irregularidades e apreender material de comércio ambulante irregular, rebocar carros estacionados em desacordo com as normas vigentes e preparar intervenções urbanas como a criação de praças com quiosques padronizados.

A orla da cidade também contou com um *Choque de Ordem* para fiscalizar e reprimir vendas de ambulantes e padronizar quiosques. Tal formalização e fiscalização só fez passar a ocupação dessa parte da cidade que era realizada por frações dos oprimidos para setores do capital, como no caso dos quiosques da orla.

As iniciativas sob o comando da SEOP servem à construção do “discurso sobre ordem/desordem, ou ainda, legalidade/ilegalidade no cotidiano da cidade, elevando à questão de ordem pública práticas e posturas que, ao seu ver, privatizavam os espaços públicos – dentre elas, o comércio ambulante.” (COMITE, RELATORIA, 2014, p.11). Resta uma dúvida acerca do senso de privatização da Prefeitura, que ao mesmo tempo em que investe nas PPPs para a transformação da cidade afirma ser necessário resgatar o espaço público (calçadas) do comércio ambulante.

A ideia de usurpação da vida no âmbito da articulação das ações governamentais no campo da segurança pública tem a ver portanto com um

<sup>31</sup> Os principais jornais dão conta das operações e seus objetivos. Ocorrem operações antes das instalações de UPP e também em momento posterior, numa relação de preparação. Ver, por exemplo, matéria do Jornal O Globo “ Prefeitura leva Choque de Ordem à comunidade do Timbau, às margens da Linha Amarela”, de 01/09/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-leva-choque-de-ordem-comunidade-do-timbau-as-margens-da-linha-amarela-2957395#ixzz3QJux5r7N> Acesso em: 30 jan 2015.



controle biopolítico. A ordem extrapola o significado de normalidade normativa para revelar a busca de uma ordenação de corpos e vontades. Por isso, a Prefeitura pretende

ampliar as ações de ordenamento do espaço público através da integração dos diversos órgãos municipais e de parcerias com outras esferas de governo. Reformar, reequipar e aumentar o efetivo da Guarda Municipal e dos órgãos de licenciamento, fiscalização e controle urbano. Aumentar a coordenação entre entes públicos na conservação de vias, túneis, iluminação, obras de arte (viadutos, pontes, passarelas...). (...) Ampliar a utilização de recursos tecnológicos (câmeras) e de gestão para otimizar a capacidade de ordenamento e conservação da cidade. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DA JANEIRO, 2013, p. 129)

Mais que coibir crimes, a vigilância, tanto das câmeras quanto da revista praticada de rotina com os moradores que entram e saem das favelas, tem como consequência a imposição de limites nos hábitos, em sintonia com as resoluções que regulam atividades culturais, restringindo espaços e atividades para os pobres e negros<sup>32</sup>.

É nesse sentido que é possível compreender a aprovação das UPPs por parcela dos moradores de favela. Tendo em vista a substituição de um controle armado da vida por outro e a manutenção de práticas de desrespeito e violência, só se pode entender a aceitação a partir da ambivalência que apresenta a biopolítica para esses moradores, esses corpos habitados por gente de menos valia exposta à sujeição e a liberdades, essas vidas nuas adaptadas ao arbítrio, que existem entre a dominação e a resistência (AGAMBEN, 1998, p. 120).

## 2.2

### Reforma e moradia subalterna

Quando uma comunidade está fincada onde se quer refazer o traçado urbano, inicia-se *o processo* de sua retirada. Se no texto de Kafka (2003) o acusado não consegue se defender por desconhecer a acusação, na reforma urbana

---

<sup>32</sup> Ver relato de violações de direitos humanos em comunidades com UPPs produzido pela ONG Justiça Global, que recebe denúncias de moradores e movimentos: <http://global.org.br/arquivo/noticias/sobre-violacoes-de-direitos-em-favelas-com-upp/> Acesso em 22 mar 2015.

carioca há comunidades que já se defenderam de inúmeras justificativas<sup>33</sup> dentro de um mesmo processo político de desalojo, como é o caso da Vila Autódromo<sup>34</sup>.

A Vila Autódromo é uma comunidade ribeirinha que abriga egressos de outros despejos, sendo ameaçada de remoção desde os anos 1990. Dentre os motivos já apresentados constam: dano estético e ambiental (1992); remoção compulsória no contexto dos Jogos Pan-Americanos de 2007; além do conjunto de razões desde 2009: “risco de deslizamento ou inundação de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”; suposta exigência do Comitê Olímpico Internacional que fora desmentida; impossibilidade de reurbanizar a área; faixa de segurança para o Parque Olímpico e proteção da Lagoa de Jacarepaguá<sup>35</sup>. Os mais recentes decretos consideram os imóveis bens de utilidade pública<sup>36</sup>.

O exemplo da Vila Autódromo é um em mais de trinta (Ver imagem 4 do anexo). A população pobre é atingida em cheio pela modernidade e pelo *progresso* com as desapropriações. É possível, em verdade, que se reconheça a existência de mais um *bota-abaixo*. As desapropriações no contexto dos megaeventos caracterizam verdadeira limpeza social, a despeito de toda legalidade que deveria reger a retirada, quando necessária, de moradias populares.

Segundo o Plano Estratégico da cidade de 2013 a 2016, as iniciativas (estratégicas) da prefeitura na área de urbanização e habitação se concentram nas realizações do programa Morar Carioca, a UPP Social, o Bairro Maravilha (que prevê intervenções pontuais como recapeamento de vias nos bairros), o *Porto Maravilha*, o *Parque Olímpico*, a Rio Verde – Transformação da Rio Branco e a Revitalização da Cidade Nova (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.42).

<sup>33</sup> Conforme o Dossiê do Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, as remoções estão concentradas “em quatro eixos: (i) as obras viárias associadas aos corredores dos BRTs; (ii) as obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; (iii) as obras voltadas à promoção turística na Área Portuária; (iv) áreas de risco e interesse ambiental” (2013, pag.7). Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie\\_comitepopularcoparj\\_2013.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf) Acesso em: 2 fev 2015

<sup>34</sup> Sobre a comunidade foram produzidos um longa-metragem (Se essa vila não fosse minha – Brasil, 2014. Direção de Felipe Pena. Ver: <http://www.seessavilanaofosseminha.com/> Acesso em: 31/01/2015) e um Plano Popular, este último com apoio técnico da UFRJ e da UFF. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf> Acesso em: 31 jan 2015.

<sup>35</sup> Ver Plano Popular da Vila Autódromo, (2012, pp. 8 e 9). Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf> Acesso em: 2/2/2015.

<sup>36</sup> Ver <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-20/prefeitura-remove-58-imoveis-na-regiao-da-vila-autodromo.html> Acesso em: 22 mar 2015.

Na avaliação do Plano,

Os esforços da Prefeitura na área de Habitação e Urbanização avançaram significativamente nos últimos anos. A criação do programa “Morar Carioca”, com destaque para a fase final no Complexo do Alemão, e as mais de 35 mil unidades já contratadas e em fase de construção para o “Morar Carioca: Minha Casa Minha Vida” são exemplos desses avanços.

(...)

No entanto, a cidade ainda enfrenta desafios nesta área: Déficit habitacional de aproximadamente 300 mil moradias, quadro que pode se agravar até 2025 caso as devidas ações não sejam tomadas. Uma parcela importante dos moradores de favelas ainda não tem acesso adequado a serviços básicos como iluminação pública, abastecimento de água, esgoto e coleta domiciliar de lixo. A Zona Oeste da cidade ainda possui um contingente populacional vivendo em áreas com carência de infraestrutura urbana, tais como pavimentação e saneamento. A rede de drenagem antiga e de baixa qualidade da cidade é uma das principais responsáveis pela vulnerabilidade a chuvas de médias proporções, especialmente em áreas de baixada como Jacarepaguá, Lagoa e Maracanã. Ocupação indevida de margens de rios, lagoas, manguezais, encostas e áreas de reserva e preservação ambiental por falta de opções de moradia. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.106-107)

A solução vai no sentido das PPPs para financiar e construir moradias populares, legalizar assentamentos informais, promover infra-estrutura urbana em favelas e na Zona Oeste, além de investir no *Porto Maravilha* e aproveitar seu “potencial imobiliário”. Por outro lado, fica pontuada a necessidade de vigiar os limites das ocupações subalternas do espaço urbano para moradia (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 107).

No mesmo sentido devem ser pensadas a remoção das famílias indígenas da “Aldeia Maracanã” e dos novos sem teto da “Favela do Metrô Mangueira”, bem como a demolição da Escola Friendenreich, do Parque Aquático Julio Delamare e do Complexo de Atletismo Celio de Barros, justificados pelas obras do Complexo do Maracanã voltadas para a Copa do Mundo FIFA de 2014, que foram realizadas sob a responsabilidade do Governo do Estado, que, por sua vez, entrega por concessão a administração do equipamento esportivo ao capital.

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) produziu dossiês anuais sobre o impacto dos Megaeventos. O documento do ano de 2013<sup>37</sup> tabelou a relação de comunidades removidas no Rio de Janeiro (com número de

<sup>37</sup>Tabela

Disponível

em:

[https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie\\_comitepopularcoparj\\_2013.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf)

Acesso em: 2 fev 2015

famílias e tempo de ocupação) com a justificativa relacionada aos grandes eventos fornecida pelo poder público, conforme imagem 4 do anexo.

O *Dossiê* da ANCOP de 2014 atualizou os números de 2013 para um total de mais de vinte mil famílias<sup>38</sup> (p.35). Os dados permitem a visualização do avanço da reforma sobre a vida dos oprimidos, que passam a ser *os deserdados da urbe*. Segundo Ermínia Maricato, na atual reforma urbana das cidades brasileiras, “os pobres foram expulsos para a periferia da periferia” (MARICATO, 2013, p.24).

Mas o que a Prefeitura afirma no citado Plano Estratégico é que

No campo social, aspiramos ser reconhecidos, em nível nacional, como a capital que reúne simultaneamente a melhor qualidade de vida, um sistema de saúde básico eficiente e que promove hábitos e costumes mais saudáveis para uma população integrada à educação e cultura. Para isso seremos: (...) Referência nacional em redução de déficit habitacional em grandes cidades. Uma capital sem pobreza extrema, sem desigualdades extremas e mais integrada cultural e socialmente. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 14)

Por ora a redução do *deficit* habitacional e a melhora na qualidade de vida não se fazem presentes, a regra na reforma é a inobservância das garantias fundamentais, inclusive nas políticas que geram mais falta de casas. O procedimento de desapropriação tem origem na abertura de processo administrativo e deve ser seguido de decreto de desapropriação, que tem validade de cinco anos. No entanto, na cidade do Rio de Janeiro, as proteções legais estabelecidas nos tratados, nas resoluções de órgãos internacionais, na Constituição da República Federativa do Brasil, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica do Município e em outros dispositivos que abordam a temática da moradia e do trabalho (comércios de baixa renda são bastante atingidos pelas desapropriações igualmente), são negligenciadas em razão da urgência das obras para deixar a cidade com a aparência de limpa, segura e desenvolvida para os megaeventos.

A Constituição estadual estabelece que a retirada compulsória de moradores de determinada área é a última medida de política urbana, devendo existir tão

---

<sup>38</sup> O livro “*SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro*” de Lucas Faulhaber e Lena Azevedo mapea remoções no Rio de Janeiro entre os anos de 2009 e 2013, encontrando um número de mais de 65 mil pessoas atingidas, de modo que a atual prefeitura soma mais despejos do que Pereira Passos e Carlos Lacerda juntos, sendo a maior da história da cidade, em números absolutos.

somente em razão de condições físicas do terreno (art.234, I). O artigo 265 dispõe sobre as remoções involuntárias, decorrentes de algum projeto da Administração pública. Nesse caso, a reinstalação deve acontecer em áreas vizinhas e deve haver acompanhamento social prévio por parte do Estado (art. 265, I, II e III). A lei federal 11.124 de 2005 protege a habitação de interesse social.

As remoções são comumente levadas a cabo com uso da força policial (ver nota 50), comandada pelo Executivo do Estado do Rio de Janeiro; respaldadas por ordens judiciais do Tribunal de Justiça do Estado. Elas não podem acontecer à noite, mas acontecem<sup>39</sup>. Não podem ser comandadas por funcionários de empreiteiras, mas são. O poder público não deve fazer uso de violência física nem psicológica contra os ocupantes de terrenos, mas faz<sup>40</sup>. (ANCOP, 2014, p.35)

O ordenamento jurídico está suspenso, tanto nas áreas de UPP com seus altos índices de desaparecimento forçado como nas comunidades que passam por processo de remoção. A zona de indeterminação dessa exceção dentro e fora do direito está presente no respaldo judicial de uma situação que foge às garantias legais, mas é estabelecida com *força de lei*<sup>41</sup>:

o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (AGAMBEN, 2004, p.48-49).

O arranjo mais ou menos legal das desapropriações traz uma opção prioritária para quem se torna ex-possuidor: alguns meses de auxílio-moradia (“aluguel social, de valor simbólico) e, em seguida, a inclusão no programa *Minha Casa, Minha Vida*. Ou seja, se estabelece um contrato com ex-morador de determinado lugar para que ele, *pagando* uma quantia mensal, venha a ser proprietário de um imóvel, em conjuntos habitacionais dentre as alternativas

<sup>39</sup> Nos arquivos físicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPGE) podem ser consultadas ações patrocinadas pela DPGE em defesa dos direitos das comunidades atingidas pelas operações da Reforma Urbana, como a da comunidade Vila Harmonia.

<sup>40</sup> Ver [www.observatorioderemocoas.blogspot.com.br](http://www.observatorioderemocoas.blogspot.com.br) Acesso em: 12 abr 2015

<sup>41</sup> Agamben descreve que “O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força-de-lei sem lei (...)” (AGAMBEN, 2004, p. 61)

fornecidas pela Prefeitura, normalmente muito distantes de seu antigo lugar de moradia.

Outra possibilidade é a indenização para o possuidor, que via de regra baseia-se nas benfeitorias realizadas por quem mora (desprezando o requisito legal da observação do tempo de posse), em valor muito abaixo do aquecido mercado<sup>42</sup>. No atual cenário de especulação imobiliária, só no período de 2009 a 2012, o aumento no preço dos imóveis na cidade foi de 184% (MARICATO, 2013, p. 24). Com indenizações baixas e mercado imobiliário avassalador, a indenização<sup>43</sup> perfaz nova violência do Estado sobre a família pobre. “Em geral, as pessoas são levadas para uma condição de moradia pior do que estavam, o que vai contra os tratados internacionais pelo direito à moradia adequada dos quais o Brasil é signatário.” (ANCOP, 2014, p. 35)

<sup>42</sup> Nesse sentido, a Relatoria da Plataforma DHESCA Brasil observou que “(...) o Poder Público Municipal trata como irrelevante a posse dos moradores que são atingidos por remoções e reassentamentos. Na maioria das vezes, o fato da posse ser exercida com ânimo de dono pelo morador por, em certos casos, mais de 40 anos, não é levado em conta na hora de se implementar a política de reassentamento ou de indenização pelo poder público municipal. Tanto isso é verdade que o município em alguns casos ajuíza ações judiciais de desapropriação por interesse público em face dos imóveis que são objeto de algum projeto ou empreendimento. Ao morador/possuidor lhe resta somente uma indenização por benfeitorias e que não lhe garante o exercício do direito à moradia no local em que reside. Assim, quem figura como beneficiário da indenização pela desapropriação é o proprietário cujo nome consta na matrícula do registro de imóveis, sendo que este se desinteressou por seu imóvel já há bastante tempo e não é mais a pessoa que detém a posse de fato do bem. Com base nessa lógica, o morador que reside no imóvel, que vive no local por muitos anos, que lá constituiu sua família e que já tem acesso à cidade é visto agora como um invasor que será atingido por uma remoção sem qualquer tipo de direitos, isto porque essa racionalidade jurídica implementada não o reconheceu e, como consequência, lhe negou direitos. No entanto, é preciso dizer urgentemente, que sim, essas pessoas atingidas por essas remoções e deslocamentos têm direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional. Essas posses, muito embora, na maioria das vezes não tituladas, geram sim direitos e obrigações, principalmente obrigações ao Poder Público Municipal. (DHESCA Brasil, 2011, p. 28) (Grifos Atuais).

<sup>43</sup> Há que se citar a Relatoria da DHESCA Brasil: “A Missão constatou que, nessas áreas, as indenizações oferecidas são incapazes de garantir o acesso a outro imóvel situado na vizinhança próxima, tendo em vista que a Prefeitura só indeniza o valor das benfeitorias e não a posse da terra, fato em geral agravado pela valorização decorrente dos investimentos que estão sendo realizados pelo poder público. Tal situação não é revertida nem mesmo com o instrumento da compra assistida, que gera um aumento no valor pago pelas indenizações, em torno de 40%, mesmo assim insuficiente para a aquisição de um imóvel na mesma localidade. Resta a opção de ser transferido para um imóvel distante, nos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em geral na Zona Oeste, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Esse quadro permite caracterizar os processos de remoção em curso como processos de espoliação urbana – nos quais os imóveis em posse das classes populares são adquiridos por outros agentes sociais econômicos a preços aviltados, e através de processos de revitalização ou reurbanização, transformados em novos ativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital, na forma de mais valia fundiária e/ou das novas atividades econômicas as quais vão dar lugar. Em síntese, é preciso reconhecer os novos agentes que se apropriam dessas áreas revitalizadas e/ou reurbanizadas.” (DHESCA Brasil, 2011, p. 37)

Está configurado um impasse político entre segurança jurídica e direitos humanos. O capital estabeleceu contratos para garantir os megaeventos – contratos entre empreiteiras e o Estado, formação de companhias, parcerias público-privadas, entre outros instrumentos. Para assegurar o cumprimento desses contratos, a geração de lucro e efetivar responsabilidades assumidas, o poder constituído – aqui se pode falar dos distintos âmbitos federativos – não observa os deveres a que se submete constitucionalmente<sup>44</sup>.

A questão das remoções deve ser pensada a partir do fato de que elas só ocorrem onde as favelas incomodam parcelas dominantes, sejam velhas ou novas. Setenta por cento das remoções durante o século XX ocorreram nas áreas da Zona Sul, Tijuca e Méier. Hoje, com a expansão da fronteira urbana, há expansão da área de remoção (BOTELHO, 2013, p. 185), que tem se concentrado na Zona Oeste.

Na Zona Sul, as comunidades são atingidas mais pelo encarecimento da vida (“remoção branca”), do que por processos de expulsão “física” (apesar das permanentes ameaças ao Morro dos Prazeres, ao Pico do Santa Marta, a Estradinha. Para além das comunidades removidas na Zona Oeste (sobretudo nos arredores de Barra, Recreio e Jacarepaguá, como Vila Harmonia, Restinga, Vila Recreio II), outras comunidades localizadas no coração do subúrbio carioca, na Zona Norte da cidade, como as do Largo do Campinho, da Rua Quáxima, do Parque Columbia e do Metrô Mangureira, ou no Centro, como aquela que se situava nos arredores do Sambódromo, foram removidas nos últimos anos em razão de ocuparem área nas proximidades de obras de mobilidade (caso das comunidades da Zona Norte) ou de estarem junto a grandes operações urbanas (caso do *Porto Maravilha*, que atinge a Providência e possibilitou, também a expulsão das ocupações urbanas da região portuária como a Flor do Asfalto, a Zumbi dos Palmares e a Chiquinha Gonzaga).

Em todos os casos, as moradias de favela foram retiradas do campo visual de quem chega à cidade, foram empurradas para as franjas daquela nova fronteira urbana, constituindo a *periferia da periferia* a que remete Erminia Maricato. A

---

<sup>44</sup> A barbárie é tal que nem o contrato social constitutivo da modernidade – e propagandeado pelas classes dominantes, é levado em consideração pelo Estado. Com isso não se quer defender a plausibilidade da noção contratualista, apenas reconhecer outra vez que ela não passa de retórica, sendo negligenciada na prática e defendida no discurso sempre que se mostrar conveniente para os interesses do capital. A flexibilidade política se faz presente pela ausência de quaisquer garantias legais para os habitantes dos territórios da cidade em que o estado excepcional é regra.

favela não é um problema para o poder constituído. É sim um elemento usado de acordo com a conveniência política. Urbanização e remoção de favelas conviveram com políticas de moradia popular – quatorze em um século - na historicidade do Rio de Janeiro e para Mike Davis a manutenção da moradia precarizada é mecanismo de gestão da crise urbana *Planeta Favela* afora (2006). O trato com essa forma de habitar não é principiológico, relaciona-se com a estratégia em curso na cidade, com os interesses do capital em determinada faixa do território. (BRUM, 2013) Exemplo atual é o próprio texto do Plano Estratégico da cidade, que fala em coibir e urbanizar, seletivamente, conforme os investimentos na área da cidade – comunidades com UPP social devem ser plenamente integradas, já outras devem ser monitoradas constantemente para não haver expansão da área de ocupação (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, P. 107).

O *bota-abaixo* do prefeito Pereira Passos no início da República patrocinou mais de quinhentas remoções no espaço de dois anos, o que justifica o apelido da política, tendo em vista as proporções no tempo. Em 1927 a favela foi pela primeira vez oficialmente incluída nos planos urbanos, tendo sido registrada no Plano Agache. Dez anos depois, às vésperas do Estado Novo, o Código de Obras (na esteira da Carta de Atenas e do gênio urbanista de Le Crobusier) já considerou que se tratava de “aberração urbana”, proibindo melhoramentos e novas construções. Na década de 1940, a favela entra na agenda política e a disputa de base entre PCB e Igreja Católica (através da Fundação Leão XIII) leva à conquista de serviços básicos para algumas áreas, quando a população favelada já chega a sete por cento da população do Rio de Janeiro. (VITAL DA CUNHA, 2004; 2012)

Em 1956 é criado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), que é o primeiro órgão especializado em urbanização dessas áreas. As lideranças já instituídas e em formação participaram de frentes de mobilização, como a FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) e em 1963 a pressão política exercida na Assembleia Legislativa possibilitou a aprovação de três por cento do orçamento para obras de infra-estrutura nas favelas. (VITAL DA CUNHA, 2004; 2012)

Os governos militares, reconhecidos pelas remoções que empreenderam na cidade, fizeram urbanização e distribuíram títulos de propriedade no morro do



Timbau (área já ocupada na década de 1930 que viria a integrar o hoje chamado complexo da Maré). Na década de 1970, o remocionismo se ligava à liberação de terrenos para o capital e também à desorganização dos subalternos, no contexto ditatorial (em vigor programas como o PROMORAR e o PROJETO RIO). Com o governador Leonel Brizola, já no período democrático, as iniciativas de regularização fundiária significam a identificação do favelado como habitante de moradia popular da cidade, que deve ter acesso aos mesmos direitos dos moradores do asfalto. Daí se seguiram políticas de reconhecimento<sup>45</sup>. Ou seja, Brizola não inovou em política urbana popular, ele assumiu uma estratégia que já estava em curso, aprofundando e expandindo. (BOTELHO, 2013, p. 187-189)

Outro programa de relevo para a moradia popular, de gestão municipal dos anos 1990, foi o *favela-bairro*, concebido com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Caixa Econômica Federal, entre outros, ainda sob efeito da inspiração brizolista. Os empréstimos de empresas como o Banco Mundial para a urbanização permitiram claramente que essas agências do capitalismo impusessem sua política urbanista em diferentes cidades do globo<sup>46</sup>.

O *favela-bairro*, ainda presente na estética da cidade, implanta a ideia de “urbanismo simplificado” de Lu Petersen (secretária na administração municipal de Cesar Maia), em mais de cem favelas do Rio, na esteira do Plano Diretor da Cidade aprovado com Marcello Alencar, em 1992, que determinava como função do poder público a urbanização de favelas. Somada a essa diretriz, o reconhecimento das favelas nos anos 1990, além de melhorar a infra-estrutura das regiões que receberam o programa, também serviu para facilitar o acesso do poder

<sup>45</sup> A terminologia “reconhecimento” tem neste trabalho um emprego prático-literal, distanciado da perspectiva teórica liberal dos auto-intitulados herdeiros da Escola de Frankfurt, Axel Honneth e Nancy Fraser (2003).

<sup>46</sup> Neste tocante, ver as recomendações do Banco Mundial para estratégias de desenvolvimento dos países periféricos em seus documentos oficiais e atuação de empresas de capital estrangeiro, sobretudo a partir das privatizações dos anos 1990, em setores estratégicos e na especulação urbana. Sobre *O Desenvolvimento Guiado por um Elemento Estrangeiro: As relações entre o Banco Mundial e os Países Subdesenvolvidos*, ver a dissertação de Luiza Carnicero de Castro, defendida na UNICAMP em 2004 ([http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/Odesenvolvimentoguiadoporumelementoestrangeiro.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/Odesenvolvimentoguiadoporumelementoestrangeiro.pdf) – acessado em 10 de abril de 2015), na qual a autora analisa documentos como “World Development Report - Knowledge for Development”, 1998, (<http://econ.worldbank.org/wdr/>), “World Development Report - Attacking the Poverty”, 2000/2001, (<http://econ.worldbank.org/wdr/>), “World Development Report - Building Institutions for Market”, 2002, (<http://econ.worldbank.org/wdr/>), entre outros relatórios desenvolvidos pelo banco entre fins dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000.

público aos seus habitantes por meio do alargamento de vielas, algumas das quais passam a comportar carros do porte do famigerado blindado caveirão<sup>47</sup>.

Cesar Maia erigiu parte de sua fama por ter “declarado diversas vezes ser um ‘novo Pereira Passos’” (BOTELHO, 2013, p. 194). O *favela bairro*, cujo impacto deve ser lido em conjunto ao *Rio Cidade*, configura intervenção mínima na moradia popular, enquanto o *bota abaixo* representou o combate à moradia dos pobres. A aparente contradição no fato de Cesar Maia se comparar ao prefeito do início da República se resolve na chave do urbanismo carioca interessado – não se trata de transformar totalmente dada realidade, mas de readequá-la a interesses político-econômicos em voga.

Assim, ao mesmo tempo que hoje Eduardo Paes empreende novas remoções (em números absolutos, a maior da história), são realizadas obras de embelezamento em algumas favelas. Providência e Alemão recebem teleféricos, aquela com recursos municipais do Morar Carioca e administração do Porto Maravilha; este com recursos do PAC (em realização que é parceria do Governo Federal com o Governo Estadual<sup>48</sup>). Os equipamentos não servem propriamente à mobilidade urbana (devido à baixa capacidade de transporte por vez e o funcionamento ainda intermitente), mas se afirmam como pontos de turismo, que não são o resultado de uma consulta pública aos moradores locais<sup>49</sup>.

Na remoção das favelas das áreas da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes para a construção dos corredores de ônibus e de outros equipamentos provisórios como a *Vila de Mídia* das Olimpíadas ou para obras que nunca chegaram a se efetivar (ANCOP, 2014, p.36), a população local também não foi envolvida enquanto sujeito, mas tratada apenas enquanto corpos que não mais deveriam ocupar uma faixa de espaço.

<sup>47</sup> Veículo utilizado em operações policiais nas favelas, todo preto, que ostenta o símbolo da caveira e transporta os policiais da tropa de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro. De dentro do veículo é possível atirar com armamento pesado, de alta precisão. Ver: RAMOS, Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraíso. " 'VIM BUSCAR A SUA ALMA' - a governamentalidade da política Caveirão." Dissertação de mestrado. Orientadora: Gizlene Neder. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito. UFF: 2011.

<sup>48</sup> Ver informe do Governo do Estado disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036873> Acesso em: 10 abr 2015.

<sup>49</sup> Ver <http://rioonwatch.org.br/?p=11751> Acesso em: 10 abr 2015.

No processo de remoção, que se inicia politicamente em 2009, foi empregada a força policial<sup>50</sup> para garantir a saída desnecessária dos moradores<sup>51</sup>, a despeito de todas as medidas judiciais acionadas pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que atende as comunidades em situação de ameaça ou efetivo despejo. Quanto à dinâmica judicial, vale destacar alguns itens da conclusão do Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma DHESCA Brasil, realizado a partir de visitas feitas às comunidades ameaçadas pelos grandes eventos em maio de 2011, no Rio de Janeiro:

(iv) A utilização da justiça como um instrumento contra o cidadão. Tendo como principal instrumento as ações judiciais promovidas pela Procuradoria do Município, o Poder Público Municipal tem sido uma máquina irresponsável de despejos, sem qualquer compromisso com a saúde e a vida das pessoas. A prática da Procuradoria do Município parece ser a de castigar todos os cidadãos que recorrem à justiça para proteger os seus direitos. Todas as liminares derrubadas na justiça são acompanhadas da imediata remoção, determinada pela Procuradoria, sistematicamente realizadas em situações de terror e violação dos direitos humanos. O ser humano – homens, mulheres, idosos e crianças – é gravemente desrespeitado através de práticas tais como a remoção em 24 horas – sequer antes de receber as indenizações ou a sujeição das famílias a condições de vida degradantes, obrigando-as a viver entre os escombros das demolições. (v) Desrespeito à cidadania. O padrão de relacionamento dos agentes públicos é desrespeitoso com a população de baixa renda, tratada como cidadãos de segunda classe, como se os moradores não fossem portadores de direitos, lembrando o fim do século XIX, onde a propriedade era base de todos os demais direitos, ou seja, como são moradores sem propriedades, esses não teriam direitos. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 38).

<sup>50</sup> Não só nas áreas da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes se observa tal padrão, conforme se vê em breve Resumo da Rio On Watch: <http://rioonwatch.org.br/?p=3464> e ainda no ocorrido com a Favela do Metrô Mangueira, na Zona Norte: <http://rioonwatch.org.br/?p=9995>. Conferir também imagens amadoras sobre a presença da polícia nos despejos da comunidade Vila Taboinhas: <http://www.youtube.com/watch?v=9KuOL9rc8AI&feature=youtu.be> e <http://www.youtube.com/watch?v=M5nGPUVMS7c> Acessados em: 27 de maio de 2014. Relatórios de violações de direitos humanos dão conta da frequência assombrosa com a qual se utilizam as forças policiais, inclusive o Batalhão de Choque, para garantir a retirada compulsória de comunidades inteiras.

<sup>51</sup> As remoções ensejaram defesas judiciais dos direitos dos moradores. À época efetiva dos despejos, concentrados sobretudo nos anos de 2011 e 2012, as saídas compulsórias foram garantidas por decisões do TJRJ. Quase três anos após as remoções, já com algumas intervenções urbanas finalizadas, inclusive a grande mídia reconhece a desnecessidade da retirada dos moradores, comprovando que os corredores passam perto, mas não por cima dos terrenos onde restavam edificadas casas, sonhos e vidas. Ver: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-14/brt-remove-194-familias-do-recreio-sem-necessidade.html> Acessado em: 27 de maio de 2014. No calor dos fatos, contudo, a questão recebia um tratamento distinto por parte dos grandes veículos de comunicação, conforme denota reportagem no Jornal *O Globo* que trata da questão como uma *polêmica* em 20 de agosto de 2010. Ver: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html> Acessado em: 27 de maio de 2014.

As remoções das habitações populares no Rio de Janeiro da Reforma Urbana contemporânea ocorrem, como já observado, à revelia do direito e da lei<sup>52</sup>. Conforme mostram relatórios de órgãos de proteção dos direitos humanos, e decisões em ações judiciais, bem como depoimentos de moradores, as demolições desrespeitam os sujeitos de direito que possuem o que vai ser demolido (ANCOP, 2014, p.35). A segurança da posse<sup>53</sup> não está presente entre os princípios modernizantes e progressistas da Reforma Urbana.

O entrelaçamento de todas essas políticas é dado pela própria modernização, ensejada aqui pelos megaeventos, matéria para a qual existem recomendações específicas para a conduta do poder público nos organismos internacionais de direitos humanos. No entanto, o que ocorre é a inobservância dos próprios princípios de direitos humanos constitucionalmente afirmados e dos parâmetros internacionais, conforme apurou a Relatoria da DHESCA Brasil (2011, p. 31). O estado de exceção antes visível principalmente na área da segurança pública passa a saltar aos olhos em outros assuntos, como a moradia.

## 2.3

### Reforma, mobilidade e revitalização

Os esforços atuais de remodelação do espaço urbano na direção dos interesses do capital se evidenciam na elaboração de projetos de mobilidade urbana e infraestrutura em razão da realização dos megaeventos, e não em

---

<sup>52</sup> Internamente o Estado e o município do Rio de Janeiro possuem regulamentação da matéria do direito à moradia (inclusive bastante tímida) e previsão quanto às restritas possibilidades de desapropriações e afins, casos com procedimento próprio. Além disto, conforme ressalta o relatório da missão da Plataforma DHESCA Brasil do Direito à Cidade, o país submete-se a farta regulamentação internacional do tema, que garante proteção legal contra despejos, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; até a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 e o reconhecimento da competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. (DHESCA Brasil, 2011, p. 28-32)

<sup>53</sup> Vale ilustrar com a Relatoria em trechos que define o que seja a segurança da posse e em que analisa a situação do Rio de Janeiro: “Em resumo, uma pessoa ou família terá a segurança da posse quando eles estiverem protegidos contra a remoção involuntária de suas terras ou residências, exceto em circunstâncias excepcionais, e somente pelos meios de um conhecido e acordado procedimento legal, o qual deve ser objetivo, equitativamente aplicável, contestável e independente. Estas circunstâncias excepcionais devem incluir situações em que a segurança física da vida e da propriedade estiver ameaçada, ou quando as pessoas a serem despejadas tenham ocupado a propriedade mediante força ou intimidação” (UNCHS [1999]. Implementing the Habitat Agenda: Adequate Shelter for All, Global Campaign for Secure Tenure, UNCHS, Nairobi. *Apud* DHESCA BRASIL, 2011, p. 28 ).

consideração às necessidades da população e é nesse sentido que se constrói a propagada *Revolução nos Transportes* com a Copa e as Olimpíadas. Os investimentos do PAC se vão para saneamento ou construção de teleféricos, não são resultado do querer dos moradores, como já pontuado.

Os projetos de modernização não foram pensados e não abarcam a maior parte dos habitantes da cidade, mas atendem à lógica de funcionamento burguesa: pistas novas (corredores expressos de ônibus climatizados) que fazem ligação mais rápida de um ponto a outro da cidade, construções centradas no eixo emergente do espaço carioca – para as classes dominantes, dentro do Estado ou não, a cidade; para os demais habitantes, os programas sociais de controle da vida.

É necessário esmiuçar esses projetos para que suas estratégias de poder no urbano não se percam sem memória, para que a modificação da cidade não seja naturalizada como obra de progresso.

O ônibus, ator destacado na mobilidade da *cidade empresa* (VAINER, 2013), não realiza transporte de massa, apenas coletivo, mas é a principal forma de deslocamento dos cariocas. A Rio ônibus, organização das concessionárias das linhas de ônibus no município, define o preço das passagens sem maiores pressões do Estado em detrimento do interesse público e conta ainda com reduções invejáveis nos impostos, que podem chegar à alíquota de 0,01%, como no caso do ISS. Os ônibus poluem mais que outras formas de transporte, contribuem para o caos no trânsito e operam em velocidade mais baixa que o trem. E até recentemente não havia qualquer regulamentação legal da prestação do serviço na cidade. A primeira concessão das linhas de ônibus, que data de 2010, a despeito da ampla concorrência, quedou nas mãos da organização das empresas que já administravam as linhas há décadas<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> As denúncias da concentração de poder econômico das poucas empresas que administram as linhas de ônibus na cidade cresceram até junho de 2013 quando atos de rua de proporções gigantescas exigiam a redução no valor da tarifa (que subira mesmo com o Tribunal de Contas do Município indicando que deveria haver redução). Sobre os benefícios com os impostos ver: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-06/em-tres-anos-renuncia-fiscal-de-empresas-de-onibus-chegara-a-r-188-milhoes.html> Acesso em 25 de março de 2015. O descontentamento popular levou à abertura de uma CPI para investigação das empresas. Contudo, os grandes interesses do capital driblaram o quanto puderam a abertura da CPI, a sua composição, seus objetivos e funcionamento. Ver: <http://cpidosonibus.com.br/site/> Acesso em: 10 abr 2015. As desconfiças da população em relação às concessões de transporte público não se restringem aos ônibus, no estado do Rio as concessões de barcas, metrô e trens geram frequentemente protestos, pedidos de investigação, denúncias junto ao Ministério Público estadual e outros mecanismos de questionamento.

Não é de se estranhar, portanto, que o projeto de transporte no município se centre nas avenidas, sendo construída como alternativa para os engarrafamentos a implantação de corredores expressos de ônibus (BRT - Bus Rapid Transit e BRS – Bus Rapid System) em detrimento de transporte de massa. A implantação de pistas seletivas não mexe com a malha já construída para o tráfego de carros. Transportes ferroviário e aquaviário, os mais indicados para um país de dimensões continentais e com as condições geográficas do Brasil, vem sendo paulatinamente abandonados.

Do Império até a Primeira República se deu a expansão das linhas ferroviárias, tendo em vista, principalmente, a necessidade de transportar o café desde as fazendas até os portos de saída. Para o transporte de pessoas, o trem também é interessante, haja vista sua capacidade massiva e a enorme extensão da cidade. No entanto, desde a década de 1950, a partir da entrada das grandes indústrias automobilísticas no país, foi dada especial atenção ao transporte viário, que se adequava à expansão do capital, mas pouco servia para a população. Hoje, a malha ferroviária do Estado do Rio de Janeiro e da sua capital encurtou-se em comparação ao seu tamanho no início do século passado. Por outro lado, foram criadas linhas de ônibus (que atualmente também estão reduzidas) e duas linhas de metrô sobrepostas (estando em construção ainda a chamada linha 4).

O transporte aquaviário, realizado por barcas, faz prioritariamente a conexão da região central do Rio de Janeiro com Niterói (as outras linhas, da Praça XV para a Ilha do Governador e Paquetá, além do transporte Ilha Grande – Mangaratiba e Angra dos Reis, transportam números bem menores de pessoas e quase todas cumprem funções primordiais de turismo e não deslocamento para o trabalho). E o metrô, em seus atuais pouco mais de 40 km de linhas construídas, atinge parcela pequena da população, concentrada em reduzida área na zona norte, no centro e na zona sul. Os moradores dos subúrbios ainda se utilizam prioritariamente dos trens e suas integrações com os outros tipos de transporte, para além dos ônibus.

A escolha da avenida como elemento transformador não é mero acaso. Benchimol (1990, p. 226) já alertara sobre a “concepção Haussmaniana” da avenida como instrumento de coação, adotada nas intervenções de Pereira Passos e também hoje. É possível, da mesma forma, lembrar o autor para explicar o significado da avenida na modernidade contemporânea a partir das demolições e

desapropriações que ela engendra para sua própria construção. A avenida, no dizer de Benchimol (1990, p. 227), derruba a cidade velha e demole a cidade pobre no início da República. Esta reflexão é importante para a compreensão dos dias atuais.

Os grandes empreendimentos viários sinônimos da modernização atual são os corredores da Transcarioca<sup>55</sup>, da Transoeste<sup>56</sup> e da Transolímpica<sup>57</sup>, cuja intenção é conectar as zonas oeste e norte da cidade através do transporte de ônibus, integrando áreas onde houve eventos da Copa e/ou haverá eventos das Olimpíadas e facilitar a entrada e circulação de turistas na cidade. A construção do corredor Transbrasil<sup>58</sup> deveria facilitar a circulação dos moradores da zona oeste com o Centro da cidade, sobretudo ligando os eventos olímpicos em Deodoro ao aeroporto Santos Dumont, na região central. Contudo, atualmente está em andamento a etapa até o Caju, não havendo previsão de conclusão da etapa que vai até o Centro da Cidade.

Há ainda uma quinta obra viária, que é a construção da Binário do Porto<sup>59</sup>, que substitui a Perimetral, obra de grande magnitude que era traço da reforma urbana de décadas anteriores e cumpria função de facilitar o deslocamento da

<sup>55</sup> A via foi pensada primordialmente para facilitar a circulação de pessoas do Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, na Ilha do Governador, até a Barra da Tijuca. As 45 estações em 14 bairros devem facilitar a mobilidade urbana em ônibus com capacidade para 180 passageiros. É a mais cara obra de mobilidade da Copa (ANCOP, 2014, p. 69) Ver <http://www.cidadeolimpica.com/transcarioca/>. Acesso em 25 maio 2014.

<sup>56</sup> No sítio eletrônico da Cidade Olímpica, pode-se ler que “O Rio está prestes a viver uma nova fase no transporte de massa com a inauguração da Transoeste.” Isto em razão do corredor expresso para BRTs, cuja primeira fase ligando o bairro de Santa Cruz ao Terminal Alvorada, na Barra da Tijuca, já está concluída. Trata-se de meio em que circulam ônibus articulados (já saturados), onde já aconteceram diversos acidentes de trânsito. Disponível em <http://www.cidadeolimpica.com/transoeste/>. Acessado em 25 abr 2015. Ver também: <http://oglobo.globo.com/rio/apenas-seis-meses-apos-inauguracao-brt-transoeste-ja-apresenta-sinais-de-fadiga-7127550> Acessado em: 25 abr 2015.

<sup>57</sup> A Transolímpica é projeto de nova avenida da cidade que se voltará primordialmente para os Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Seu projeto prevê a interligação da Barra da Tijuca a Deodoro, com vias exclusivas para corredores BRT. Ver <http://www.cidadeolimpica.com/transolimpica/>. Acesso em: 25 abr 2015.

<sup>58</sup> A Transbrasil deverá fazer integração com trens, metrô e VLT. As obras estão em andamento e a expectativa é que sejam entregues, ao menos em parte, para os Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Ver: <http://www.riosempre presente.com.br/projetos/transbrasil/>, <http://www.brtbrasil.org.br/index.php/brt-brasil/cidades-com-sistema-brt/rio-de-janeiro/brt-transbrasil#.VSgHxvnF80M> e <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/av-brasil-e-fechada-neste-sabado-para-obras-do-brt-transbrasil-no-rio.html> Acesso em: 10 abril 2015.

<sup>59</sup> A via que substitui a Perimetral pretende facilitar a mobilidade urbana da região central, junto à modernização da Avenida Rodrigues Alves, denominada Via Expressa, cuja construção ainda não fora iniciada. Ver: <http://www.riosempre presente.com.br/projetos/binario-e-via-expressa/> Acesso em: 10 abr 2015.

população de baixa renda da região metropolitana para a cidade. Os impactos dessa obra de apagamento de rastros, cuja efetividade fora fortemente questionada, ensejaram protestos populares e uma ação patrocinada pelo Ministério Público<sup>60</sup>. A Via Binário não tem corredor rápido de ônibus, mas nela passará o VLT – Veículo Leve sobre Trilhos – que deverá fazer o transporte de massa da zona portuária a todo o centro<sup>61</sup>. O VLT será exclusivo desta região da cidade, integrando também os que passam pelo Aeroporto Santos Dumont.

Para além da mobilidade, as cirurgias urbanas se preocupam também com alguns bairros, de localização chave para a reforma, prevendo construções como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio (MAR) e os Jardins do Valongo<sup>62</sup>. Estes monumentos da reforma carregam significados implícitos e explícitos. Constituem mesmo violência simbólica que não decorre de um conceito meramente estético – eles não nascem novos porque “com o abalo da economia de mercado, começamos a reconhecer os monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo de seu desmoronamento.” (BENJAMIN, 2009, p. 51).

Para falar ainda da zona central da cidade, cabe mencionar a revitalização e modernização da região portuária -O *Porto Maravilha* uma Operação Urbana Consorciada (OUCPRJ) coordenada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro e fiscalizada pela Caixa Econômica Federal na área<sup>63</sup>, que quer

<sup>60</sup>Ver <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/justica-do-rj-libera-demolicao-da-parte-remanescente-da-perimetral.html> Acesso em: 25abr 2015.

<sup>61</sup> O VLT contará com quase 30km de malha, percorridos por seis linhas. Haverá 42 pontos fixos. Estas informações estão presentes no projeto da Prefeitura sobre tal equipamento urbano. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspVLT.aspx> Acesso em: 4 fev 2015.

<sup>62</sup> Ramon Carvalho e Luis Cesar Peruci do Amaral analisam a relação dos megaeventos com a inserção de projetos de profissionais internacionais renomados, classificando de *arquitetura de grife*, a que é escolhida para pensar obras de grande porte na cidade, a exemplo da Cidade da Música e do Museu do Amanhã. CARVALHO, Ramon; AMARAL, Luis Cesar Peruci. *Arquitetura de grife – um debate sobre projetos contemporâneos na cidade do Rio de Janeiro*. Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. pp 61-80. São Paulo: Mackenzie, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yzz3gRKAHBMJ:www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/download/Carvalho.2011.1/531+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 6 fev 2015.

<sup>63</sup> O Porto Maravilha é mais um dos projetos de operação urbana da Prefeitura que prevê a construção de obras de infraestrutura e a remodelação do traçado urbano, regulamentado na Lei Municipal 101/2009. O projeto prevê diversas cirurgias urbanas, como intervenções e desapropriações no Morro da Providência (oriundas do programa Morar Carioca), bem como a retirada de diversas ocupações urbanas do entorno do Porto e a construção, em contrapartida, de alternativas habitacionais de classe média. Para mais informações, ver <http://www.portomaravilha.com.br/index.aspx>. Acesso em: 22 abr 2015 e a análise de Luiza Cilente e Bruno Tarin sobre os impactos na população local, “‘Revitalização’ urbana no Rio de Janeiro: o porto das maravilhas privadas”. Disponível em: <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1061> Acesso em: 30 jan 2015. A OUCPRJ pode ser



reconfigurá-la estética, social e economicamente por Parceria Público-Privada (PPP) a partir da administração do território por uma concessionária – a Porto Novo<sup>64</sup>, formada pelas empresas Odebrecht, Carioca Engenharia e OAS.

O Porto está localizado em ponto privilegiado e tem recuperado sua função turística, havendo inclusive aumento do número de cruzeiros passando pela cidade. No entanto, há anos a região vinha sendo ocupada por moradias de baixa renda precárias, que se contrapunham aos amplos armazéns históricos, quase todos esvaziados. Os *rastros* do porto outrora determinante para a economia da cidade e do país estavam empoeirados, encobertos pelos números de violência que avançaram num crescente, pela República adentro.

A *revitalização* da região portuária (que revela, nesses termos, que para o Estado ela estava *morta*) inclui sua retomada cultural, mas servirá, a partir de agora, sobretudo, para a especulação imobiliária, que já projeta centros de convenção e habitações voltadas para os negócios e moradia burguesas, em contraste com a promessa do projeto de beneficiar a população que já ocupava o local<sup>65</sup>.

Nas proximidades de uma das subidas para o Morro da Providência houve um incêndio no *Camelódromo da Central* (que ficava localizado junto ao terminal de ônibus da Central do Brasil). No bojo do *Porto Maravilha* foi construído, como alternativa para os ambulantes, um Mercado Popular Vertical. Os vendedores foram incentivados a se cadastrar como MEI, a se inscrever no CNPJ, mas não têm garantia de autorização permanente para o comércio. (COMITÊ POPULAR

---

consultada eletronicamente. Disponível em : <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/canalInvestidor/prospecto.pdf> Acesso em: 16 abr 2015. O instrumento da operação urbana consorciada aparece no estatuto da cidade como mecanismo de intervenção urbana localizada, sob direção da municipalidade composta pelos interesses da população, do poder constituído e contando com recursos privados. Ermínia Maricato e João Sette Whitaker Ferreira já alertaram dos perigos do instituto, que embora seja pensado para democratizar operações urbanas, está sob a disputa dos grandes interesses do capital e da capacidade de intervenção reduzida do Estado. Nesse sentido, embora tenha funcionado em cidades norte-americanas e europeias, produz desigualdades no Brasil (2002). No caso do Rio de Janeiro, as OUCs possibilitam, durante a reforma, a expansão do controle do capital sobre o território urbano. (BRANDÃO, 2015) Ver item 3.2

<sup>64</sup> A Porto Novo recebeu o controle do território em que atua da Prefeitura, sendo responsável até mesmo pela gestão de serviços públicos na área. Carlos Vainer assevera que o processo é parte da expansão da cidade de exceção. (VAINER, 2013)

<sup>65</sup> Ver o sítio eletrônico <https://portomaravilhaparaquem.wordpress.com>, ferramenta que reúne discussões sobre a *revitalização*. Acesso em: 30/01/2015 e o relatório produzido pela ONG FASE “Cartografia social urbana: transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro”, que dá conta, por exemplo, da remoção de ocupações urbanas locais. Disponível em” [http://issuu.com/ongfase/docs/fase\\_web](http://issuu.com/ongfase/docs/fase_web) Acesso em: 30 jan 2015

DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, RELATORIA DO DIREITO À CIDADE DA PLATAFORMA DHESCA BRASIL 2014, p. 12)

Os projetos paisagísticos e de infra-estrutura, ligados a uma suposta melhoria no sistema de transportes, denotam a íntima ligação do Estado, através das diferentes esferas do Executivo, com a iniciativa privada. É crescente a implantação de PPP para gerir a coisa pública, como hospitais, empresas dos setores estratégicos, revitalização de bairros, construção de equipamentos urbanos para os megaeventos e obras. Em consonância com a forma de gerência adotada pelo Estado, o Plano Estratégico da cidade não foi elaborado apenas pelo poder constituído ou por meio de consulta a representantes dos movimentos sociais organizados ou por representações de bairro:

Para o desenvolvimento deste novo Plano contamos com o auxílio de uma reconhecida empresa global de consultoria estratégica, a McKinsey & Company, que acompanhou a equipe da Casa Civil da Prefeitura ao longo dos sete meses de trabalho. Entre setembro de 2011 e Março de 2012 as equipes da Prefeitura e da McKinsey cumpriram as atividades de uma metodologia comprovada de visão e planejamento, buscando elaborar propostas verdadeiramente ambiciosas para nossa cidade. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 19)

A Revitalização da Lapa consiste prioritariamente no programa *Feira Noturna Lapa Legal*, que conta com a presença/vigilância da Guarda Municipal 24 horas por dia, além da capacitação e uniformização de ambulantes e barracas. Para o programa foi adotada a PPP que já existe no Carnaval: a venda de gêneros alimentícios deve observar a exclusividade dos produtos do patrocinador do projeto: a Antarctica. No Carnaval, a AMBEV conta inclusive com fiscais para observar o que é vendido, enquanto que à Guarda Municipal cabe a apreensão das irregularidades eventualmente verificadas e a repressão aos ambulantes excluídos do processo de legalização. Se trata, afinal, de limpeza urbana em áreas e eventos de turismo. (COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO e RELATORIA DO DIREITO À CIDADE DA PLATAFORMA DHESCA DO BRASIL, 2014, p. 12-14)

Há a previsão de intervenção ainda na Avenida Rio Branco. A antiga Avenida Central, símbolo da modernização republicana agora passa pelo projeto “Rio Verde” que buscará rearborizá-la e inserir o VLT em sua extensão. Outra

área que receberá mais uma camada temporal por cirurgia será a Cidade Nova, que será alvo de revitalização:

Esta iniciativa propõe a criação de uma operação urbana consorciada nos moldes daquela realizada no Porto Maravilha, que inclui a revisão da legislação urbanística do bairro Cidade Nova de modo a promover a revitalização de áreas degradadas, compatibilizando e integrando a região com a atual renovação do Porto e do Centro da Cidade. RESULTADOS ESPERADOS: Melhoria da qualidade de vida da população, revitalização mobiliária e comercial da região, integração da região às áreas do Porto e do Centro, melhoria da infra - estrutura e das condições ambientais na Cidade Nova. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.124)

A revitalização e as modificações no campo da mobilidade reafirmam o caráter excepcional da Reforma, que, por um lado, flexibiliza a legislação para viabilizar seus projetos e, por outro, fortifica-a para os pobres. Assim, a *cidade de exceção* como *cidade empresa* se delineia mais claramente.

## A cidade com vocação

Há uma proteína no DNA do Rio de Janeiro que é muito rara: ousadia. É só olhar para a cidade, que nos últimos tempos se transformou em um canteiro de obras. É preciso ter paciência, é verdade. Mas o término do conjunto de intervenções que a prefeitura está promovendo vai reposicionar a Cidade Maravilhosa no século XXI (PAES, FAJARDO, 2012).

Para o poder constituído, o Rio de Janeiro da reforma segue seus próprios passos em um enredo de transformações, sucesso, *ousadia*. O trecho em epígrafe demonstra o tom da *narrativa* que é construída pelos reformadores, ou seja, aqueles que empreendem a reforma, *os vencedores*. A apropriação da gramática da biologia, de que faz uso o prefeito, já poderia ser alerta para um pesquisador do século XIX<sup>66</sup>.

Segundo o materialismo de Benjamin, a história se relaciona à construção de narrativas fora da linearidade. O historicismo alemão do século XIX, baseado na “noção de um tempo homogêneo, sucessivo e vazio, [que] nasce de sustentação de uma ideia de civilização e de história universal” (SCHLESENER, 2011, p.89) não contempla a teoria benjaminiana do *anjo da história*. A ideia de progresso presente na história que o autor combate e que, de certa forma, é invocada pelo prefeito carioca acima, é a hegemônica.

A crença no progresso, em sua infinita perfectibilidade – uma tarefa infinita da moral –, e a representação do eterno retorno são complementares. São as antinomias indissolúveis a partir das quais deve ser desenvolvido o conceito dialético do tempo histórico. Diante disso, a ideia do eterno retorno aparece como o “racionalismo raso”, que a crença no progresso tem a má fama de representar, sendo que esta crença pertence à maneira de pensar mítica tanto quanto a representação do eterno retorno. [D 10a,5] (BENJAMIN, 2006, p. 159)

Quando o prefeito carioca utiliza um termo como *DNA* combinado com *ousadia* para avaliar a reforma urbana, ele demarca uma perspectiva de história pré-concebida, na qual está inscrita uma característica que resulta em propensão

---

<sup>66</sup> Na sua leitura benjaminiana, a professora Anita Schlesener ressalta que “A crença no progresso inevitável e previsível, resquício do positivismo e do evolucionismo assimilados na teoria política, constitui-se num mito que ofusca as classes trabalhadoras e retira delas a sua força combativa (...)” (SCHLESENER, 2011, p. 79)

para o avanço. O que ele faz é uma menção à história (a história dos vencedores em Benjamin) que se constrói sobre ruínas dos oprimidos, em um tempo sem janelas.

Na reforma, o ato de recorrer ao passado remoto para projetar a cidade no futuro (sobrepondo outros tempos) é uma performance característica, que se encaixa no papel que cabe ao gerente (o prefeito e a teia de governança na qual se insere) acerca da construção do consenso de que o Rio de Janeiro ruma ao progresso, e que se o agora exige paciência, se trata de um esforço de retorno certo.

A máquina carioca de crescimento urbano, em princípio, não funcionaria a pleno vapor não fosse o clima de paz instaurado graças àquele cinturão de segurança<sup>67</sup>. Acresce que se trata de um consenso arduamente costurado desde os tais anos fundadores que teriam revelado uma cidade fraturada e à beira do abismo, consenso solidarizando governantes e governados, todas as classes confundidas, num sentimento comum de crise emergencial pedindo salvação drástica (ARANTES, 2014, p.355-356).

Para a narrativa da reforma como solução, o espaço urbano se converte em oportunidade de negócios e deixa de ser território onde habita dada população, com direitos, deveres e garantias. A coisa pública a ser gerida tem seu significado político transmutado. Nesse sentido, segundo Vainer, a partir dos megaeventos se adota o modelo da *cidade-empresa* para a aludida modernização carioca (2013). Essa adoção não revela parte das supostas prescrições do *DNA carioca*, mas sim uma conexão com o cenário internacional.

O paradigma espanhol de Barcelona influenciou diretamente a reforma atual do Rio de Janeiro, tendo em vista que os catalães foram os consultores da primeira candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas, ainda sob a administração de Cesar Maia e novamente prestaram assessoria na reformulação da candidatura e no planejamento da reconfiguração da cidade (VAINER, s/d). No Plano Estratégico de 2013-2016, Barcelona é citada nominalmente no capítulo do “Legado olímpico”. O documento afirma que o Rio escolheu indubitavelmente o caminho

---

<sup>67</sup> O governo do estado assume a centralidade da segurança para a pauta econômica: “Nada disso seria possível sem a paz. Uma das grandes prioridades do governo Sérgio Cabral é a segurança pública. Vemos esse combate à criminalidade não apenas como essencial para a manutenção da ordem e para a melhoria da qualidade de vida da população, mas também porque esse fator é decisivo para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.” (PEZÃO, 2011)

de que o evento olímpico servirá à cidade e não o contrário. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.229)

A *cidade-empresa* surge como exemplo categorizável, segundo Vainer, justamente no momento de esvaziamento político do espaço urbano local, na sua crise, viabilizando uma “unidade da pátria urbana” quando em “competição com as demais cidades”. (s/d, p. 10). A falta de aderência plena da realidade carioca ao quadro teórico explicativo desta noção talvez tenha sido a responsável por gerar reações políticas de resistência e de insurgência mais rápidas no Rio de Janeiro.

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. (VAINER, 2013, p. 39)

Apesar dos números da violência e das consequências da falta de infraestrutura numa megacidade, o Rio de Janeiro é a capital da beleza e da renovação. Sua historicidade contém episódios de profunda transformação, a partir do domínio sobre sua natureza e suas gentes, para gerar um conceito de estética a estampar na propaganda.

A reforma urbana contemporânea, alinhada ao contexto de desenvolvimento globalizado do neoliberalismo, alimenta um momento de valorização das perspectivas desenvolvimentistas/defensoras do crescimento econômico em curso, especialmente por parte das classes dominantes. O clima geral tem aspecto de empolgação, de superação dos anos tediosos de 1990 e 2000.

Sentimos tédio quando não sabemos o que estamos esperando. O fato de o sabermos ou imaginar que o sabemos é quase sempre nada mais que a expressão de nossa superficialidade ou distração. O tédio é o limiar para grandes feitos. – Seria importante saber: qual é o oposto dialético do tédio? [D2, 7] (BENJAMIN, 2009, p. 145)

Os grandes feitos dos atuais gestores aparecem nas imagens construídas publicamente (por eles mesmos, pelos veículos de imprensa, por demais representantes do capital, como empresas atuantes na reforma), tanto quando o assunto são os monumentos que ergueram – equipamentos urbanos como campos de golfe, quadras, museus e abertura de vias –, como quando se discute a vida na

cidade, que teria sido facilitada pelos programas sociais dos governos municipal, estadual e federal apresentados no capítulo anterior.

Nesse sentido, o Plano Estratégico da Cidade diagnostica um cenário áureo para o desenvolvimento econômico, a partir da combinação da descoberta do Prê-sal com megaeventos, que permitiram o sucesso da Reforma que, com seus investimentos em segurança e infra-estrutura resgatassem a vocação de atração para os negócios da cidade. Para o futuro pós-olímpico são projetadas mais benesses para o capital, que se concretizarão com um melhor ambiente de negócios a partir da realização de um combate à informalidade no mercado de trabalho e às barreiras burocráticas para as empresas, dentre elas: o licenciamento ambiental e a baixa oferta de terrenos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, 180-181).

A reforma, o discurso de desenvolvimento e a centralidade do urbanismo se desenrolam em meio ao que ficou conceituado como “a crise do Estado”, gerida seletivamente, já que, portanto,

não implica sua redução estrutural, pois, conforme demonstram os dados econômicos, mesmo o corte dos direitos sociais, a flexibilização da legislação trabalhista e a privatização no Brasil e no Primeiro Mundo não significaram um enxugamento dos gastos estatais; os serviços com a dívida, a ampliação da repressão interna (policial), a administração carcerária e os gastos militares continuaram a aumentar o peso do Estado sobre a economia. A crise do Estado representa mais adequadamente uma polarização de sua atuação: de um lado, a administração social da crise (programas assistencialistas, bolsas, empregos subsidiados etc) e, de outro, a repressão dos inimigos internos e externos da democracia e do livre mercado (BOTELHO, 2013, p. 180-181).

A explicação dessa crise e de seus manejos seletivos reside no fato de que gerir a crise urbana ou habitacional ou de qualquer outro matiz e seus efeitos é mais interessante que tratar as causas. Daí a necessidade voraz de financiar a segurança. Nada de novo no paradigma moderno, já que

É preciso considerar a implicação filosófica dessa inversão [presente no teorema atribuído a Quesnay – *laissez faire, laissez passer*] que perturba a relação hierárquica tradicional entre as causas e os efeitos: pois é vão, ou de qualquer modo custoso, governar as causas, é mais útil e mais seguro governar os efeitos. A importância desse axioma não é negligenciável: ele rege nossas sociedades, da economia à ecologia, da política externa e militar às medidas internas de segurança e de polícia. É ele também que permite compreender a convergência antes misteriosa entre um liberalismo absoluto na economia e um controle de segurança sem precedentes. (AGAMBEN, 2014)

A partir da compreensão de que “a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação” [N 2a, 3] (BENJAMIN, 2009, p.504), é que se encontram os elementos da narrativa dos vencedores, apesar e/com seus feitos. Através dessa leitura, que é a de mais fácil acesso, se pode, posteriormente, escavar a história dos vencidos.

### 3.1

#### Imagens de modernidade

No âmbito da municipalidade, as composições estabelecidas entre poder constituído e capital, que extrapolam as obras em parcerias público-privadas (PPPs), são visíveis pela cidade. Estampados nos muros de algumas construções aparecem os logotipos da Prefeitura e de empresas privadas como as empreiteiras Carvalho Hosken e Odebrecht.

Na região da cidade que se expande em volta do Centro de Convenções “RioCentro”, onde é construída a vila olímpica para abrigar os atletas durante os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 (empreendimento-bairro denominado “Ilha Pura<sup>68</sup>”, que já está à venda para investidores e futuros moradores), nos tapumes via-se o símbolo da Prefeitura e das construtoras, conforme imagem 2 disponível no anexo deste trabalho. Depois do lançamento do empreendimento imobiliário ao público, e com o avançar da obra, os tapumes foram substituídos por um imponente pórtico com publicidade dos apartamentos.

Nas imediações da Vila dos Atletas, nova fronteira imobiliária carioca, as redondezas antes conhecidas como parte de Jacarepaguá hoje têm CEP de Barra da Tijuca, denotando a ideia de ascensão local. Exemplo disso é a demolição do Autódromo de Jacarepaguá, que já dá lugar às obras do Parque Olímpico da Barra<sup>69</sup>. Em um lado das avenidas Salvador Allende e Aberlado Bueno, veem-se condomínios luxuosos, restaurantes e o RioCentro; já do outro, demolições,

---

<sup>68</sup> A Prefeitura informa que nos 31 prédios de 17 andares haverá um total de 10.064 quartos disponíveis para os atletas em 2016. Ver: <http://www.rio2016.com/noticias/fotos/veja-o-avanco-das-obras-na-regiao-barra> Acessado em 31 jan 2015. No sítio eletrônico de publicidade do empreendimento se destacam os corredores expressos de ônibus e equipamentos urbanos burgueses como shoppings e hotéis renomados, além de escolas e hospitais privados. Ao fundo, a estação de metrô ainda não inaugurada. Ver: <http://ilhapura.com.br/> Acesso em: 31 jan 2015.

<sup>69</sup> Ver em: <http://www.rio2016.com/noticias/noticias/video-obras-do-parque-olimpico-avancam-com-a-demolicao-do-antigo-autodromo-de-jaca> Acesso em: 31 jan 2015.



tapumes às margens mal tratadas da Lagoa de Jacarepaguá e resquícios de favelas como a Vila Autódromo, que insiste na sua narrativa resistente.

As placas em obras da Prefeitura expressavam/expressam noções que fazem parte do ideário de processos modernizadores, como a necessidade de otimização do tempo, de modo que são encontradas mensagens como “Transcarioca: Um Rio cada vez mais veloz pra você”, em publicidade com inscrição da marca Cidade Olímpica, do logotipo da Prefeitura e do logotipo do Governo Federal.

Constrói-se a noção de que o país cresce/se desenvolve, em acordo com sua participação cada vez maior nos mecanismos internacionais<sup>70</sup>. Embora a solidez desse crescimento seja questionável, ele é propagandeado como novo estágio da República, transposto para a cidade, sede de megaeventos que exigem modernização e, porque não, alavancam o *progresso*. As obras da reforma contribuem para a simbiose modernização-embelezamento na “criação de uma fisionomia arquitetônica para a cidade”. (BENCHIMOL, 1990, p. 228).

A pintura de desenhos infantis em painéis ao redor das comunidades de favela existentes no entorno das vias expressas da cidade, pelas quais passam aqueles que desembarcam no aeroporto internacional, é exemplo do embelezamento, feito para esconder o empreendimento da ocupação militar do território em que residem os oprimidos, como no caso do Complexo da Maré, ou seja, que apenas delimita o *campo* em que se aplica a biopolítica.

No esforço da defesa da reforma, o Prefeito escreve, em 20/04/2012, um artigo com o então Subsecretário de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do município, sobre o “reposicionamento da cidade no século XXI”. No texto, ambos fazem declarações sobre as obras que “transformaram a cidade num canteiro de obras” (o que, nos dias atuais é quase um sinônimo direto de progresso), pontuando a inovação do trabalho:

Estamos paulatinamente corrigindo a assimetria da qualidade dos serviços públicos: mobilidade, saneamento, equipamentos de saúde e educação, revitalização de espaços públicos. Estamos criando uma nova rede, mais bem distribuída e com maior coesão e eficiência. É o fim da cidade partida.

<sup>70</sup> Inclusive o Brasil sediou, em junho de 2012, a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que pretendeu, vinte anos depois da ECO-92, avaliar os avanços, retrocessos e possibilidades da sustentabilidade ambiental, tomando por verdadeiro o pressuposto de coexistência entre produção capitalista e manutenção do meio-ambiente. Paralelamente à Conferência realizaram-se diversos espaços de protesto à precarização da vida na cidade, já indicando transformações futuras no cenário político.

O planejamento para os Jogos Olímpicos é criterioso e segue muito bem. Ele é rigoroso, mas não é rígido - é flexível, aberto a inovações e a soluções ousadas e criativas. Está no nosso DNA, é só checar a história. A cidade do Rio já desmontou morros e com a terra fez aterros e aeroportos, construiu parques, abriu avenidas, redesenhou paisagens, edificou estátuas a 700 metros do nível do mar, uniu morros com bondes, afastou o mar e fez a maior obra paisagística do mundo: o Parque do Flamengo.

Os projetos para as Olimpíadas começam a se desenhar com base na premissa fundamental de construção de um legado. Os Jogos devem e vão servir à cidade. E queremos elevar essa capacidade olímpica de transformação à máxima potência. O que estamos propondo em termos de legado é um conceito totalmente novo, que acreditamos ser revolucionário, e cria um novo paradigma para a própria mecânica de produção das Olimpíadas - é a Arquitetura Nômade. Inteligência carioca pura. (PAES, FAJARDO, 2012) (Grifos atuais).

As discussões do texto que foi publicado no jornal impresso de maior tradição da cidade, *O Globo*, em 20/04/2012, foram também abordadas no dia anterior na revista *Época* (disponível em sua versão *online*), pertencente ao mesmo grupo empresarial que o jornal. Merece destaque a produção de escombros inerente à modernização, dinâmica que imprime na memória do Prefeito apenas o novo uso da terra – aeroporto, avenida, parque –, enquanto se dá o esquecimento das vidas e dos destinos desalojados para que a terra se disponibilizasse ao capital.

A cidade ganha com equipamentos urbanos erigidos segundo uma arquitetura reaproveitável, com estruturas que podem ser montadas, desmontadas e remontadas depois. A cidade ganha na estética, em alguns pontos de infraestrutura. Poucos habitantes da cidade saem beneficiados do processo. É certo que os empreiteiros poderão concorrer em mais licitações e o Estado poderá contabilizar mais obras. A ideia defendida pelo prefeito e por seu então sub-secretário traduz a concepção da cidade-empresa, em que a reforma é concebida por negócios fechados entre Estado e capital.

No que pese a declaração do Prefeito no sentido de que as obras teriam por objetivo determinar o fim da segregação entre as áreas da cidade, vale atentar para o anexo IV do Plano Diretor da cidade, que determina, de acordo com as macrozonas de ocupação, que as áreas e bairros prioritários para planos, projetos, obras ou regime urbanístico específico não abarcam igualmente todo o território da cidade, mas se concentram nos eixos em expansão.

No mesmo sentido, os Planos Estratégicos da Cidade de 2009 a 2012 e de 2013 a 2016, ambos com o subtítulo “Pós 2016: o Rio mais integrado e mais competitivo” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009; 2013)

determina os investimentos prioritários, como no *Porto Maravilha* e as ações necessárias à sua garantia, como o choque de ordem.

Nos Planos se define o Conselho da Cidade, que é responsável por avaliação semestral das metas. A composição do órgão consultivo, que conta com pessoas de “reconhecida contribuição pessoal ou profissional, assim como sua dedicação e identificação com a Cidade do Rio de Janeiro” é interessante: Alba Zaluar, Carla Camurati, Carlos Arthur Nuzman, Dom Orani Tempesta (o atual arcebispo do Rio de Janeiro), Fernanda Montenegro, Ferreira Gular, Joaquim Levy (o atual Ministro da Fazenda), Leandro Piquet, José Padilha, Ricardo Medina, João Dionísio Amoedo (o atual presidente do Partido Novo), Marcelo Madureira, Marcelo Neri (ex-presidente do IPEA), Pedro Abramo, Regina Casé, Sergio Bermudes, Sergio Besserman, Paulo Melo, e mais outros cento e dois nomes. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.26) A imagem da cidade para o poder constituído, pode também ser pensada a partir dessa identificação de personalidades.

Meses antes da veiculação do texto assinado por nomes da Prefeitura, é publicado no sítio eletrônico do Governo Estadual o artigo “Um Rio de progresso”, de autoria do atual vice e atual governador, Luiz Fernando Pezão. No documento, Pezão dá testemunho das transformações que acontecem em meio ao alinhamento dos executivos municipal, estadual e federal. Depois do tédio financeiro, ele entende que o Rio cresce e, nesse sentido, “a ação mais importante que o governo Sérgio Cabral está desenvolvendo para alavancar a economia é criar um ambiente favorável ao negócio”. E completa: “o Rio sai na frente graças ao grande momento econômico que vive em função da política empreendedora do governo do estado” (PEZÃO, 2011).

A presidenta Dilma também já fez declarações no mesmo sentido. No ato de sua diplomação para o segundo mandato, quando propôs um “pacto nacional contra a corrupção” revelou que na atualidade os problemas político-sociais deverão ter soluções que alterem somente sua própria dinâmica “e não o crescimento, o progresso e o emprego” no país (ROUSSEFF, 2015).

Em encontro com a presidenta, o presidente do Comitê Olímpico Internacional asseverou que “Nesse momento os Jogos podem funcionar como catalisador de crescimento” (BACH, 2015). Dilma Rousseff, anos atrás também já havia se pronunciado no sentido de entender que crescimento e megaeventos

devem andar juntos. Em oportunidade em que recebeu os então chefes dos executivos municipal e estadual, junto a boxeadores brasileiros, Dilma declarou: “Eu não quero boxear pessoas, mas todas as coisas que atrapalham o crescimento do país” (2012).

A revista *Veja*, pertencente ao Grupo Abril, ligado ao Grupo Globo, é veículo no qual aparece a publicidade do crescimento/desenvolvimento e da reforma em diferentes opiniões e matérias. Além disso, a *Veja* expressa diretamente sua política de apoio ao cenário atual ao criar o prêmio “Jovens Inspiradores”, que tem o objetivo de procurar futuros líderes a partir da análise do momento histórico do país. A notícia é publicada no sítio eletrônico em 7 de janeiro de 2012.

Inspiração para mudar o Brasil

Prêmio "Jovens Inspiradores", realização de VEJA.com e Fundação Estudar, vai identificar e encorajar jovens com espírito de liderança, boas ideias e potencial para ocupar postos-chave para o progresso do país. Vencedores serão premiados com bolsas de estudo no exterior, orientação profissional e iPads

Desde o lançamento do real, em 1994, o Brasil acumulou uma série notável de conquistas políticas e sociais. Os avanços são percebidos tanto no país como no exterior, como mostrou reportagem de VEJA da semana passada. Mas não autorizam ufanismo: nada indica que o país alcançará um padrão de vida europeu "dentro de dez a vinte anos", conforme o otimismo ingênuo do ministro Guido Mantega, da Fazenda, ao festejar a projeção de que o PIB brasileiro superou o britânico.

A verdade é que o país ainda tem um longo caminho pela frente se quiser melhorar seu 47º lugar no ranking de PIB per capita ou o 84º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU. Para o Brasil se tornar um país mais moderno e justo, será necessário deslanchar reformas estruturais e desatar os muitos nós que ainda embarçam o setor privado e público. É tarefa para gente ética, perseverante e que valoriza o conhecimento. (Grifos atuais).

Outro exemplo que transcende a mera publicização de ideias de elogio ao momento econômico (que, por outro lado, nas seções específicas segue caracterizado como de crise), e configura expressão direta da política institucional é do Jornal do Brasil (JB). Percebe-se pelo editorial de 2 de abril de 2012, (divulgado em meio eletrônico, pois atualmente o Jornal é totalmente digital), a crença no crescimento, e também a confiança no chefe do Executivo Municipal, capaz de empreender as importantes obras, a quem o JB confere a caracterização de “Exemplo de Funcionário Público”. É como se os “Jovens Inspiradores” da revista *Veja* devessem se mirar em modelos assim:

#### Exemplo de Funcionário Público

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, além da magnífica administração, que o qualifica para um segundo mandato, com seu empenho e de outros, trouxe para o Rio de Janeiro a Copa do Mundo, a Olimpíada, a Rio+20, a Jornada Mundial da Juventude.

Como se não bastasse, Paes tem se mostrado um desbravador, com a realização de grandes obras, sem preferência por região e nem por empresas.

(...)

Na segunda-feira, três dias antes do feriado de Quinta-Feira Santa, podendo esticar sua estada na Europa com sua família, no caso, sua esposa - fundamentalmente, em Paris, refúgio dos grandes ditadores africanos, que usufruem do dinheiro apropriado de seus pobres descendentes - Paes já estava no Rio, em seu gabinete, reunido com seu secretariado, dando exemplo de como deve ser um funcionário público, principalmente, quando vocacionado, quem sabe, para dirigir o país.<sup>71</sup>

(Grifos Atuais)

A edição 2.250 da revista *Veja*, de 04 de janeiro de 2012, traz como reportagem de capa “O Brasil aos olhos do Mundo”, assinada por Laura Diniz e Kalleo Coura, que descreve, a despeito da oposição política que a revista faz à aliança PT-PMDB (presente nas alianças político-partidárias que elegeram os executivos municipal, estadual e federal), o seguinte: “Alguns estereótipos resistiram bravamente ao tempo, mas o mundo já começa a ver o Brasil com outros olhos: ele está mais rico, mais influente e muito mais famoso.” (p. 66). E mais adiante os comunicadores explicam (p. 67-68):

Metade do mundo já sabe que o Brasil é uma economia relevante e com viés de alta. E quase 60% acreditam que ele nunca foi tão influente na política nem tão ouvido nas mesas de negociação internacionais – ainda que, nesses campos, tenha colecionado bem menos vitórias do que derrotas, sem falar em um ou outro vexame (alô, Irã!). Boas impressões, no entanto, mesmo que não estejam lastreadas na realidade, são um ativo importante para qualquer país. Elas o tornam mais atraente, inclusive do ponto de vista econômico. ‘A boa imagem abre portas’, afirma o sociólogo Demétrio Magnóli. O filósofo Denis Rosenfield concorda com ele: ‘Ainda que em alguns aspectos, a percepção positiva do exterior sobre o Brasil seja inexata, ela é boa porque dá ao país a oportunidade de se transformar naquilo que o mundo pensa que ele é.’ (...) os estrangeiros não deixam de perceber as imensas lacunas da nação – aquelas que fazem da política externa nacional um exemplo de imprevisibilidade, reduzem a produtividade dos trabalhadores, travam o fluxo do progresso e impedem que o futuro do Brasil seja tão claro e luminoso quanto uma praia ensolarada.

No mesmo número, a revista trouxe matéria de Laura Diniz e Giuliano Guandalini, “O Brasil como a sexta maior economia do mundo – Ainda longe de

<sup>71</sup> Disponível em: <http://www.jb.com.br/editorial/noticias/2012/04/02/exemplo-de-funcionario-publico/>. Acesso em 26 abr 2015.

ser um país rico” (p. 77-79), em que traça críticas à política econômica da aliança PT-PMDB, mas se regozija do momento que desfruta o país<sup>72</sup>.

Dentro do Grupo Abril surgiu um movimento denominado “Planeta Sustentável”, debatendo a chamada “economia verde”, pretendendo unir o crescimento, dado como irrefutável, e a “sustentabilidade”, entendida como respeito ao meio ambiente<sup>73</sup>. O sítio eletrônico reúne as seguintes seções: blogs, galeria de fotos, especiais, simuladores, vídeos, infográficos, estante, glossário, artigos (dentre os quais, “Em busca do capitalismo sustentável” de Ricardo Abramovay), entrevistas e planos de aula (com temas como “consumo responsável para o ensino fundamental I”).

A *Veja* separou um tema especial sobre a Rio+20 e abordou, por exemplo, segurança e meio-ambiente: “A segurança da Rio+20: O inimigo agora é outro”; “Brasil já tem mais de 2,9 milhões de empregos verdes”, diz OIT.” A Rio+20 como pequena amostra dos grandes eventos, anterior à Jornada Mundial da Juventude, entra na avaliação das possibilidades de mudança da cidade: em economia, segurança, meio ambiente e urbanismo: estava/está tudo interligado.

O contentamento com as perspectivas de negócios também aparece no setor empreendedorista. No sítio eletrônico da “Rio Negócios”, publicou-se, também em 2012, matéria sobre o *Porto Maravilha*, em que *desenvolvimento* e um novo conceito de “viver, morar e trabalhar” são pautados para o recorte da classe média. Sustentabilidade e a experiência das “metrópoles de diversos continentes” são a receita para o “processo de revitalização, que levaria duas décadas, [mas] certamente teve o seu prazo encurtado”. O pacto pela renovação urbana “estabelece também as diretrizes preliminares para construção e aproveitamento das edificações pelo mercado imobiliário, após os Jogos Olímpicos de 2016”. O evento de assinatura envolveu a presença do Prefeito, de membros do COI e do

---

<sup>72</sup> O fato de o Partido dos Trabalhadores ter colocado, no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, um ex-executivo do Banco Bradesco para titular do Ministério da Fazenda permite que se proliferem opiniões que pessoalizam as críticas e os elogios, desconsiderando o governo como tal – e a própria mudança de perfil do partido. Se, por um lado, veículos como a *Veja* exaltam o Ministro da Fazenda, por outro fazem encarnar em Dilma e o PT tudo que classificam como erro. Ver: “Joaquim Levy disse que Dilma é ineficiente: Já preparou a orelha para o puxão?”, de Felipe Moura Brasil. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/2015/03/28/joaquim-levy-aponta-ineficacia-de-dilma-ja-preparou-a-orelha-para-o-puxao/>  
Acesso em: 16 abr 2015.

<sup>73</sup> A descrição do movimento está disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br/movimento/>. Acesso em: 25 abr 2015.

presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (RIO NEGÓCIOS, 2012)

No mesmo sítio eletrônico é possível ver mais publicidade da revitalização urbana, financiada com investimentos públicos e privados, como oportunidade de negócios:

#### Porto Maravilha

A revitalização da zona portuária da cidade é uma das principais intervenções planejadas pela Prefeitura da Cidade para os próximos anos.

O processo é consequência de uma ação conjunta dos Governos Federal, Estadual e Municipal, em duas fases, a primeira financiada com recursos públicos e, a segunda com recursos privados oriundos de uma Operação Urbana Consorciada com investimentos de até R\$ 3 bilhões.

Esta iniciativa incluirá projetos inovadores de infraestrutura urbana, grandes ações habitacionais (que multiplicarão por quatro a atual população local de 25 mil moradores e com grande melhoria de na sua qualidade de vida), desenvolvimento do um novo polo cultural e de entretenimento (compatível com a forte demanda turística esperada), além do desenvolvimento de novos negócios que atrairão empresas, gerarão 40 mil novos empregos e R\$ 200 milhões em impostos adicionais.

O Porto Maravilha, no coração do centro da cidade, requalificará cinco milhões de m<sup>2</sup> e será fundamental para o projeto das Olimpíadas Rio 2016 (RIO NEGÓCIOS, s/d).

As mesmas ideias estão presentes no Plano Estratégico, em que se define como objetivo da cidade o reconhecimento

pela alta atratividade de negócios, reduzida taxa de desocupação e contínuo crescimento da renda média dos seus trabalhadores. Para isso, seremos: (...)Referência nacional na excelência do ambiente de negócios com destacada liderança na atração e manutenção de investimentos produtivos. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.14)

A narrativa dos vencedores, construída para muito além da tradicional oralidade, encontra, porém uma grande mudança a partir de 2013<sup>74</sup>, quando uma

<sup>74</sup> É ilustrativo ver a declaração do então economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, em 2014, único a amenizar, em uma matéria de balanço do impacto econômico da Copa do Mundo FIFA de 2014 para o país, uma suposta má influência do evento: "O fraco crescimento da economia brasileira em 2014 corre o risco de passar uma visão equivocada do legado e do impacto da Copa do Mundo no Brasil", diz. 'O tão criticado 'padrão FIFA' trouxe uma grande contribuição ao país, ampliando o grau de exigência de qualidade para a organização de novos eventos importantes no Brasil. Acredito que daqui para frente a qualidade de serviços em geral, a mobilidade urbana, a forma de transmissão de eventos, a telefonia, a hotelaria, os esquemas receptivos, o turismo em geral, os aeroportos etc ganham bem melhores perspectivas e padrões superiores de qualidade', avalia." (BARROS, 2014) Embora a popularidade do crescimento e dos eventos tenha sido abalada a partir de 2013, os grandes atores do cenário político-econômico

janela do tempo transforma os megaeventos em oportunidade não só para negócios, mas também para a resistência política dos oprimidos, conforme tratará o próximo capítulo.

Sobre outro contexto, Benjamin já dizia que “As exposições universais são os centros de peregrinação ao fetiche da mercadoria” (2009, p. 57). De fato, os megaeventos, como oportunidade para o crescimento econômico, representam a busca pelo fetiche da mercadoria, *in casu*, a cidade. A reformulação do espaço urbano, contínua, é o fetiche pela produção e reprodução desse espaço, de modo a melhor corresponder às expectativas de lucro do capital.

A cidade se torna também terreno de proliferação da ideologia do progresso que penetrou inclusive na subjetividade de uma parcela das classes subalternas, dos oprimidos. O poder constituído (Estado/imprensa/empresas) publicizam opiniões sobre o momento ímpar de crescimento, os grandes veículos de comunicação atestam em suas páginas o que também aparece nas placas oficiais na cidade: a sensação de modernização.

A teia ideológica, atuante na construção da hegemonia, aparece de forma sólida nas articulações apresentadas, fazendo parecer que determinadas medidas mais do que desejadas eram *necessárias*. Dessa complexa teia de defesa da modernização e suas providências fazem parte diversos atores sociais, na busca da construção de consensos, da *hegemonia*, de forma violenta. (EAGLETON, 1997, p. 107-108).

As imagens de modernidade ilustram a fantasmagoria que se encerra na linearidade, por vezes utilizada para o argumento da inevitabilidade do sucesso, que está no *DNA*, a que se recorre, quando preciso, para alertar da necessidade de superação do tédio, de fantasmagorias “e, enquanto houver fantasmagoria, a humanidade estará presa a uma angústia mítica (SHLESENER, 2011, p.147).

Toda a propaganda da reforma se empenha no esforço de construir uma narrativa que determina um futuro que “vai promover um novo e sustentável ciclo de desenvolvimento do Rio de Janeiro. (...) Cidade Olímpica é construir um Rio mais justo, integrado e desenvolvido. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 229)

---

precisam passar alguma confiabilidade no panorama brasileiro até 2016, com a realização dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016.



Mas o que resta encoberto é que:

O Rio foi o primeiro sintoma de que o desenvolvimento ufanista do Brasil dos anos 1950-1960 não poderia ir além do fracasso de sua própria auto-imagem: um país do futuro em ruínas. Ruínas novas, modernas: um ultraje à ordem do tempo, em que o fim e o início se perseguem em círculo, como um cachorro louco girando em torno do próprio rabo. (MENEGAT, 2013, p.13)

Na leitura benjaminiana, diante da máxima progressista da modernidade e de sua historiografia, se tem a barbárie, que é, para os vencidos, a imagem da Reforma, como descreve a historiadora Cláudia Oliveira sobre a Reforma do início do século XX:

(...) paisagem que parece denunciar o absoluto descaso das autoridades com os trabalhadores da modernidade. As figuras são dispostas e projetadas no ambiente, realçando a densidade da área de população mista – branca, negra e mulata. População constituída por trabalhadores que provavelmente serviam às áreas em torno do morro: ambulantes, lavadeiras, quitandeiras, trabalhadores portuários. A exposição do objeto é literal, e a imagem centra-se nos extremos: nos destroços e nos *debris*, na população desolada que sequer presta atenção ao fotógrafo, Todos olham ao redor; alguns, de braços cruzados, olham para o que restou de suas antigas moradias, outros procuram encontrar o que poderia ter restado (OLIVEIRA, 2010, p. 175).

Contudo, “a superação dos conceitos de ‘progresso’ e de ‘época de decadência’ são apenas dois lados de uma mesma coisa” (BENJAMIN, 2009, p. 503) e implicam, portanto, a superação do próprio capitalismo moderno. O processo de reforma urbana/megaeventos parece entorpecer o capital e seus aliados de tal modo, que eles se esquecem que se vive *o novo tempo do mundo*, em que “o progresso envelheceu” (ARANTES, 2014). Sem a superação, o futuro, tal qual descreve Menegat, já é de ruínas.

Se o projeto da reforma de Pereira Passos e sua propaganda da modernização constituíram uma tragédia para os que foram expulsos, a propaganda do desenvolvimento e do progresso para todos, hoje, não é mais do que uma farsa que retoma uma retórica e executa um drama para os oprimidos.

### 3.2

#### Progresso ou/e exceção?

A atividade de Haussman incorpora-se ao imperialismo napoleônico que favorece o capitalismo financeiro. Em Paris, a especulação está no seu apogeu. As expropriações de Haussman suscitam uma especulação que beira a trapaça. (...) Haussman tenta reforçar sua ditadura colocando Paris sob um regime de exceção. (BENJAMIN, 2009, p. 63).

Ao defender a ideia de que o Rio de Janeiro é uma cidade vocacionada para o progresso e o desenvolvimento, o poder constituído constrói uma narrativa em cima de corpos. A máquina do crescimento é como um trator que puxa rolos compressores, nivelando o terreno da exceção ou destruindo o que seja danoso para o solo econômico.

A versão que aparece no discurso do Prefeito, do Governador, da Presidenta, da *Veja* e também da Rio Negócios se forja enquanto se expandem as áreas em que se pode suspender o ordenamento jurídico. Isto ocorre não porque a reforma urbana se firma em regimes flexíveis, como das Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), que em tese permitem um desendurecimento burocrático para uma viabilização participativa dos processos em curso. Não ocorre também porque o *jeitinho brasileiro* toma conta dos planejamentos de eventos esportivos de grande porte. A justificativa dessa ocorrência é a expansão de um modo de governar.

Como na epígrafe deste item, a reforma é incorporada ao *modus operandi* da política, faz parte dela. Benjamin parece descrever a atualidade carioca quando afirma que as expropriações “suscitam uma especulação que beira a trapaça” (IBIDEM) Nesse sentido, urbanismo e exceção são dados da mesma realidade.

As inserções do capital e sua ressignificação dão especiais traços às reformas urbanas, implicando em determinados impactos<sup>75</sup> de transformação dos espaços e da vida, segundo escolhas econômicas:

<sup>75</sup> Poderiam ser citados como elementos denunciadores do processo: crescimento de pólos produtivos (agrários ou urbanos) que se desenvolvem de forma capitalista antes dos processos massivos de proletarianização, que resultam de sua generalização; na maioria dos países emerge um processo duplo e extremamente desigual de formação de uma classe produtora e uma extensa massa de disponibilizados para o mercado; resistência das formas tradicionais ou originárias mantendo, reproduzindo ou reconstruindo formas de sociabilidade e de propriedade diversas da capitalista, ainda que submersas à dominação do sistema; e finalmente a replicação da semiexpropriação em outros terrenos da vida social, que levam, por exemplo, à expansão das favelas. Assim, não se trata, para a leitura marxista de Virginia Fontes, de um “processo de retorno

A contradição fundamental se torna cada vez mais imediata entre a propriedade capitalista, quer seja exercida pelo proprietário da empresa, pelo proprietário financiador, pelo gestor coproprietário ou pelo Estado, e o conjunto da humanidade. O capital imperialismo (ou o imperialismo monetário), de maneira tentacular, assenhoreou-se da direção dos espaços organizativos econômicos e políticos e reconfigurou-os através da imposição de modificações legais que traduzissem suas exigências através das “concertações” e das “contrarreformas”. Refuncionalizava-se o direito segundo a mesma lógica. As expropriações assim impulsionadas não expressam, pois, qualquer retorno a um tempo prévio, mas traduzem a própria dinâmica permanente do capital. Prefiguram um futuro dramático e não uma suposta renormalização do capital, pois esta é a sua normalidade histórica. (FONTES, 2012, p. 199).

A Constituição, documento político basilar do Estado tal qual se apresenta hoje, traz no *caput* de seu artigo 5º, o mais extenso nas garantias fundamentais, a ideia de que o ordenamento jurídico está a serviço do resguardo da propriedade. As suas diferentes formas serão protegidas e as adequações necessárias, realizadas *a tempo*.

O cronograma olímpico exige do poder público não apenas uma postura permissiva, mas um verdadeiro engajamento na elaboração de mecanismos de exceção, como obras sem licitação que atropelam as legislações ambientais e burlam a regulação jurídica da ocupação da cidade. (BARREIRA, 2013, p. 160)

Na área de política urbana ocorrem inovações legais nos anos 2000. O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, aparece em 2001. No Rio de Janeiro são reelaborados o Plano Diretor da cidade<sup>76</sup> (Lei Municipal 111/2011) e, antes disso, em 2008, o Código de Posturas (Decreto Municipal n.º 29.881 de 2008). O crescimento/desenvolvimento, o progresso e o urbanismo marcam presença nos dispositivos legais, acrescidos do discurso moralizante fomentado tanto no citado

---

a modalidades anteriores, primitivas, mas de um desenvolvimento do capital, que é ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social.” Afinal, “Essa é a marca original do capital – seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social.” (FONTES, 2012, p. 93).

<sup>76</sup> Destaque-se, em matéria de política urbana, o artigo 2º do Plano Diretor (Lei Municipal 111/2011): “A política urbana será formulada e implementada com base nos seguintes princípios: I - desenvolvimento sustentável, de forma a promover o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social; II - função social da cidade e da propriedade urbana; III - valorização, proteção e uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico no processo de desenvolvimento da Cidade; IV - universalização do acesso à infraestrutura e os serviços urbanos; V - democracia participativa, de forma a se promover ampla participação social; VI - universalização do acesso à terra e à moradia regular digna”, bem como a atuação da já referida Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento do Município do Rio de Janeiro, fechando a política de atenção ao desenvolvimento do espaço urbano.

Código de Posturas, como na Lei Orgânica do Município<sup>77</sup>, como pelos programas sociais que entram em vigor, de que é exemplo o *Choque de Ordem*.

O urbanismo *ad hoc*, de inspiração francesa, ora utilizado, remete à troca da regulação pelo casuísmo das negociações e projetos. *Cidade-negócio, cidade-empresa* é o espaço urbano em que conteúdo e a forma são negociáveis, mercantilização que se apresenta nas parcerias público-privadas (PPPs) ou nas já citadas OUCs. A suspensão do ordenamento, a técnica de gerir a democracia pela exceção faz parte de uma específica concepção econômica da cidade.

O que caracteriza essa nova concepção neoliberal de cidade e de governo urbano? Em primeiro lugar, fiel à inspiração neoliberal, o novo modelo levará ao banco dos réus a pretensão estatista e dirigista do planejamento moderno e seus planos diretores, com sua ideia de estabelecer modos, ritmos e direções do crescimento urbano. Na cidade, como na sociedade de modo feral, a intervenção do Estado é vista como algo nefasto, que inibe o livre jogo das forças de mercado, que pelos cânones do liberalismo econômico asseguraria a alocação ótima dos recursos. *Mutatis mutandis*, trata-se de abandonar a pretensão compreensiva e dirigista dos planejadores racionalistas e submeter a intervenção do Estado às lógicas, dinâmicas e tendências de mercado. Trata-se, portanto, de adotar, seguindo a fórmula do Banco Mundial, o “planejamento amigável do mercado” (*market-friendly planning*), ou o “planejamento orientado para/pelo mercado” (*market-oriented planning*). (VAINER, 2013, p. 38)

É na crise urbana, conectada ao momento do capitalismo atual, que o neoliberalismo adentra a administração na cidade, na implementação da *cidade-empresa*, que visa, portanto, à satisfação das necessidades do capital nesse espaço, sem que se leve propriamente em consideração os interesses dos seus habitantes e as funções que o urbano deveria cumprir para o bem-estar comum.

<sup>77</sup> São de se sublinhar, na esteira da preocupação urbanística, os seguintes dispositivos da Lei Orgânica Municipal, elaborada ainda na década de 1990 – artigo 422 “A política urbana, formulada e administrada no âmbito do processo de planejamento e em consonância com as demais políticas municipais, implementará o pleno atendimento das funções sociais da Cidade. § 1º - As funções sociais da Cidade compreendem o direito da população à moradia, transporte público, saneamento básico, água potável, serviços de limpeza urbana, drenagem das vias de circulação, energia elétrica, gás canalizado, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, contenção de encostas, segurança e preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural. (...) Art. 426 - A participação popular no processo de tomada de decisão e a estrutura administrativa descentralizada do Poder Público são a base da realização da política urbana. Art. 427 - O Poder Público garantirá à população os meios de acesso ao conjunto de informações sobre a política urbana, como forma de controle sobre a responsabilidade de suas ações: I - no plano diretor; II - no processo de elaboração e execução orçamentária; III - nos planos de desenvolvimento urbanos e regionais; IV - na definição das localizações industriais; V - nos projetos de infra-estrutura; VI - no acesso ao cadastro atualizado de terras públicas; VII - nas informações referentes à gestão dos serviços públicos. Parágrafo único - O acesso às informações, em linguagem acessível ao cidadão comum, deve ser descentralizado ao âmbito das Regiões Administrativas.”

O poder constituído justificaria sua gerência com a tese de que a história vocacionada precisa se sobrepor a um tédio que dura. Segundo Vainer, está reproduzida na cidade, sob a lógica da empresa, o formato da *exceção*, com a suspensão da forma legal republicana para a gestão do espaço da cidade pelos representantes do capital. Nesse sentido, declarou o o secretário geral da FIFA em abril de 2013: “menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa” (VALCKE apud ANCOP, 2014, p.140)

Sem resgatar toda a historicidade do conceito de *exceção*<sup>78</sup>, vale lembrar a relação de estado de exceção na capital e na República, que Marx delineou na França do XIX: “O estado de sítio de Paris foi a parteira que ajudou a Constituinte no trabalho de parto da sua criação republicana.” (MARX, 2011, p. 46)

A reforma que reposiciona a cidade do Rio de Janeiro, resguardadas as diferenças sócio-históricas, também precisa de auxílio para trazer à luz o que supõe ser o novo. Para Vainer, a *cidade de exceção* implica na gestão da cidade pelo capital (em vários pontos diretamente, sem qualquer intermediário, como se dá na administração das áreas abrangidas pelo Porto Maravilha), de modo que ambos se tornam visões da mesma realidade, que ganha o tom dos megaeventos (VAINER, 2013, p. 38-39). Não se está, necessariamente, portanto, diante de inovação, mas sim de outras roupagens.

Agamben foi o autor que tomou para si a tarefa de cunhar uma teoria do estado de exceção. Segundo ele, a exceção que se torna regra nas democracias ocidentais contemporâneas estaria mais próxima do modelo histórico alemão. Reservadas as rupturas, que, como bem ressalta a História dos conceitos, são mais significativas que as continuidades, a exceção é empregada relacionando o elemento jurídico e a política. Assim é possível entender a combinação dos mecanismos que alteram a correlação política dos oprimidos e das classes dominantes, onde estão suas conexões no próprio tempo presente, em qual campo e território operam, sendo certas as imprecisões das fronteiras da exceção.

---

<sup>78</sup> Afinal, merece razão Paulo Arantes, reconstruir a trajetória conceitual do *estado de exceção* desde a antiguidade não soma ao diagnóstico do agora: “As denominações variam conforme as respectivas tradições jurídicas nacionais e a hora política: estado de sítio, exceção, urgência, emergência, lei marcial, etc. Para o diagnóstico de época que nos interessa, não é preciso recuar até a instituição romana da Ditadura – carta branca para um governante *ad hoc* salvar a República em perdição –, basta remontar à reinvenção liberal da Razão de Estado Absolutista, em nome da qual as novas soberanias que se constituíam na Europa estavam autorizadas a cometer todo tipo de transgressão do direito, da moral etc.” (2013, p. 317)

A tese de Agamben sobre a exceção só é possível a partir da observação de teóricos do porte de Schmitt e Benjamin. Se para Schmitt a exceção interessa porque ela tudo comprova estando fora da ordem jurídica (o autor chega mesmo a compará-la com o que é o milagre para a teologia), enquanto a normalidade nada prova, “ela não somente confirma a regra, mas esta vive da exceção” (2006, p. 15), para Benjamin, ela preocupa à medida que ela se torna a regra (1994, p. 226). E a exceção como regra é a catástrofe e a violência que a conserva, ilegítima, opressora, herdeira da crença moderna do progresso.

A *cidade-empresa* toma vida no Rio, se impondo como modelo, por meio de uma exceção que, apesar de *sui generis*, traz à tona a historicidade de outras reformas urbanas, também violentas e conduzidas pelo querer do capital. Na Reforma Urbana do alvorecer da República brasileira, a decretação do Estado de Sítio foi formal, como em novembro de 1904, para conter a Revolta da Vacina, e como no fechamento do Legislativo Municipal em 1903. Materialmente a exceção também se manifestara com a “notificação compulsória das doenças infecciosas e demolições sumárias de habitações anti-higiênicas” (BENCHIMOL, 1990, p. 295).

A proposição da obra agambeniana postula que o estado de exceção não é apenas questão de fato, ele se encontra numa zona de indeterminação entre o direito e a política,

em que dentro e fora não se excluem mas se determinam. A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica (AGAMBEN, 2004, p. 39).

Essa análise tem que ver, sem dúvida, com uma elaboração complexa das consequências da instauração da exceção, dos seus significados. É ilustrativo desse processo, portanto, que os oprimidos sintam que não há lei vigente no espaço que ocupam –temporariamente<sup>79</sup>.

Na exceção material contemporânea do Rio, como destaca Vainer, todas as instituições permanecem funcionando, atendendo, contudo, a certos interesses do

<sup>79</sup> A esse respeito, ver a entrevista de Michael Souza dos Santos, removido para a construção do corredor da Transoeste em 2010. Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/09/18/remocoesn-transoeste-me-senti-num-lugar-que-nao-tinha-lei/> Acesso em: 23 abr 2015

capital. A Lei Geral da Copa (Lei 12.663, de 5 de junho de 2012), por exemplo, estabeleceu que durante a realização do evento haveria, em determinadas áreas, verdadeira suspensão da autoridade e soberania do Estado brasileiro em prol da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), organizadora da Copa do Mundo, nos termos, por exemplo, dos artigos 11; 16, I; 19- *caput* e § 2º; e 36<sup>80</sup>.

Estes dispositivos se consubstanciam em afronta a princípios e regramentos da Constituição da República Federativa do Brasil, do Direito Penal (inclusive com criação de tipos penais temporários, conforme o referido artigo 36, que encerra o capítulo sobre a matéria na lei), da Propriedade Industrial e Intelectual, bem como da Responsabilidade Civil, levando-se em consideração que, em tese, baliza-se o Estado Democrático de Direito pela supremacia do interesse público e pela soberania do Estado. Até o Estatuto do Torcedor, a normativa viola.

O entrelaçamento entre capital e Estado coordena o direito e a realidade (inclusive por meio do *lobby* no processo legislativo), manejando mesmo os princípios mais liberais presentes na Constituição, como o da livre concorrência<sup>81</sup>,

---

<sup>80</sup> Cujos textos seguem transcritos: “Art. 11. A União colaborará com Estados, Distrito Federal e Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso. (...) Art. 16. Observadas as disposições da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), é obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que praticar, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, entre outras, as seguintes condutas: I - atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles; (...) Art. 19. Deverão ser concedidos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para: (...) XI - espectadores que possuam ingressos ou confirmação de aquisição de ingressos válidos para qualquer Evento e todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os Eventos, contanto que evidenciem de maneira razoável que sua entrada no país possui alguma relação com qualquer atividade relacionada aos Eventos. § 2º O prazo de estada dos portadores dos vistos concedidos com fundamento nos incisos I a X poderá ser fixado, a critério da autoridade competente, até o dia 31 de dezembro de 2014. (...) Art. 36. Os tipos penais previstos nesta Seção terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.”

<sup>81</sup> No regulamento dos ingressos a questão também estava presente. A FIFA não permitiu, por exemplo, que torcedores adentrassem nos estádios com camisetas que promovessem mensagens de conteúdo político, ideológico ou de causas beneficentes, nos seguintes termos: “O Ingresso, e consequentemente a licença para ENTRAR e PERMANECER no Estádio, serão automaticamente REVOGADOS em caso de violação de quaisquer dispositivos dos TCGs, do Código de Conduta no Estádio, do Regulamento de Venda de Ingressos e/ou de quaisquer leis, estatutos, regulamentos, portarias, bem como de instruções das Autoridades da Copa do Mundo da FIFA™. São exemplos de conduta proibida: estar visivelmente sob o efeito de álcool, narcóticos ou qualquer substância entorpecente; expressar mensagens ofensivas, de natureza racista ou xenofóbica, ou que estimulem outras formas de discriminação; PROMOVER MENSAGENS

que por ora foram temporariamente substituídos pelo monopólio da empresa suíça, conforme a conveniência conjuntural. Um estranho esquema de exceção se delineou, em que a figura soberana, aquela que tem o poder de decisão, sequer é o Estado, mas sim uma instituição privada internacional.

Com relação aos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, os desejos do Comitê Olímpico Internacional (COI) foram justificativa (mesmo que temporária) até mesmo para o processo de remoção de uma favela (a Vila Autódromo, conforme já alinhavado), tendo como pano de fundo autorizações legais amplas como o Decreto Municipal nº 30.079/2009, que estabelece que o Poder Executivo se empenhará no sentido de viabilizar a disponibilidade dos bens da Administração Municipal para os Jogos Olímpicos, mesmo que estejam ocupados por terceiros. Nesta esteira foi instituída a Lei 12.035 de 1º de outubro de 2009 que ficou conhecida por Ato Olímpico. A ela se seguiram diversas normativas (entre decretos, resoluções, medidas provisórias e outros dispositivos) como a Lei 12.396 de 21 de março de 2011 (que institui a Autoridade Pública Olímpica).

Da teia hegemônica fazem parte ainda o executivo e o judiciário estadual (o legislativo ficará mais claro a partir dos protestos de junho de 2013), não se podendo esquecer os poderes próprios da cidade:

a Prefeitura e a Câmara Municipal irmanam-se para produzir toda uma nova e generosa (com o grande capital) legislação de isenções e favores fiscais e urbanísticos, transformando a exceção urbanística em regra.

Esta ilegalidade ilegal não constitui nenhum obstáculo, nem constrangimento ao pleno exercício do poder... E o poder se exerce na produção em massa de novas e mais generalizadas exceções. O governo da área portuária, inclusive o poder de concessão de serviços públicos, a pretexto de mais uma parceria público-privada, é, por assim dizer, 'terceirizado' e entregue a um consórcio empresarial. A FIFA não pagará impostos. Todas as empresas que tiverem contrato com a FIFA estarão isentas, assim como também aquelas com contratos com o Comitê Olímpico Internacional.

Os mega-eventos realizam de maneira plena e intensa a cidade da exceção. Nesta cidade, tudo passa ao largo dos mecanismos formais-institucionais. Onde foi aprovado o Plano Olímpico do Rio de Janeiro? Não se sabe nem mesmo onde e por quem foi formulado. Nem falar de partidos políticos.

A cidade dos mega-eventos é a cidade das decisões *ad hoc*, das isenções, das autorizações especiais... e também das autoridades especiais. O Comitê Olímpico, a Autoridade Olímpica... quem os elegeram? (VAINER, s/d, p. 11) (Grifos atuais)

---

POLÍTICAS OU IDEOLÓGICAS ou qualquer forma de caridade; assediar ou incomodar outras pessoas, inclusive jogadores ou oficiais das Partidas; comportar-se (ou demonstrar tendência a se comportar) de forma violenta, agressiva ou de maneira que possa perturbar a ordem pública.” Ver: <http://www.ebc.com.br/esportes/2013/06/FIFA-orienta-torcedor-sobre-conduta-dentro-dos-estadios> Acesso em: 25 abr 2015.



No trecho acima, Vainer destaca a atuação privada na região central alvo do projeto *Porto Maravilha*. O sítio eletrônico da operação urbana, mantido pela CDURP, traz uma explicação sobre o Museu do Amanhã, que destaca a composição da parceria que ergue o equipamento urbano (CDURP, 2015):

O Museu do Amanhã é uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Fundação Roberto Marinho, com o Banco Santander como Patrocinador Master e o apoio do Governo do Estado, por meio de sua Secretaria do Ambiente, do Governo Federal, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e da Secretaria dos Portos. São ainda instituições parceiras do Museu do Amanhã, sob diferentes aspectos, o Smithsonian Institute e a California Academy of Sciences, dos EUA; o Parc de La Villette, da França; o Worldwatch Institute e o World Resources Institute; e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).” (Grifos Atuais)

Quando da inauguração da sala de visitação do museu, em 19 de fevereiro de 2014, evento no qual estavam presentes representantes da parceria, ressaltou o Presidente da Fundação Roberto Marinho (e vice-presidente do Grupo Globo) que

É uma honra para Fundação fazer esse trabalho. Tenho muita identidade com ele, no campo ambiental estou há 30 anos e o museu vem fazer uma reflexão desse mundo que nós queremos e como queremos chegar lá. Vai passar essa ainda pela fase de como chegamos até agora’, declarou José Roberto Marinho (MARINHO, 2014). (Grifos Atuais)

A fala de José Roberto Marinho impressiona por identificar que existe um projeto de mundo, portanto um projeto político, comum à Prefeitura e à Fundação (e aos demais envolvidos no projeto do Museu). Deve haver, nesse sentido, meios para que se alcance o objetivo. Não há neste discurso, e menos ainda na prática, uma incompatibilidade entre o emprego da *exceção* na cidade e o novo mundo.

A *cidade-empresa*, no contexto dos megaeventos, empresta contornos à exceção que serve para controlar a reforma urbana. As parcerias entre capital e Estado, nítidas em empreitadas como a construção do Museu do Amanhã, fazem a gerência de territórios da cidade e de sua própria remodelação. Para Vainer, quanto à forma de exceção da *cidade-empresa* se deve observar que

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se

passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências ‘livres de burocracia e controle político’. (VAINER, s/d, p. 10).

Os mecanismos democráticos não só permanecem funcionando, como também contêm a previsão excecional. Segundo Vainer, a exceção urbanística está mesmo formalmente prevista, e, portanto, acessível nesse formato no artigo 32 do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre as operações urbanas consorciadas:

Art. 32: Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente. (Grifos Atuais)

As Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) podem, a partir do artigo 32, § 2º, II da Lei 10.257/2001, regularizar construções executadas de modo ilegal, conforme grifos acima, que destacam uma lacuna que prevê a exceção.

O Código de Posturas também possui uma previsão lacunar que não prevê a conduta exata, mas estipula um valor de multa a ser aplicado em caso de irregularidade não listada no diploma, no que se refere ao comércio ambulante, em seu Regulamento 2, XIV<sup>82</sup>.

O “*Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil*” produzido pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) no ano de 2014 dá conta de medidas legais de exceção nos Estados e Municípios sedes, que englobam “(i) Criação de estruturas administrativas vinculadas à Copa

<sup>82</sup> Um paralelo interessante seria observar que Marx, em seu *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* já destacava a importância do ordenamento e das lacunas que ele mesmo contem, abrindo a necessária margem para a *exceção*, para ele “isso se deve ao fato de que cada parágrafo da Constituição contém a sua própria antítese, a sua câmara superior e a sua câmara inferior, a saber, na sentença universal, a liberdade e, na nota marginal, a revogação da liberdade” (MARX, 2011, p. 42).

do Mundo e ou às Olimpíadas, (ii) Medidas vinculadas ao acesso aos Locais Oficiais de Competição e ao evento esportivo, (iii) Medidas relativas aos Negócios da FIFA, (iv) Medidas relativas ao controle do cotidiano nas cidades, (v) Mudança na regulação urbana”. Segundo o documento,

Em síntese, esse conjunto de medidas expressa um padrão de intervenção do poder público (i) autoritário, na medida em que adota decisões que não resultam de um debate democrático com as organizações sociais e com a sociedade em geral; (ii) de exceção, tendo em vista que as regras estabelecidas claramente contrariam a legislação existente, aplicada para cidadãos brasileiros e fluminenses; (iii) subordinado aos interesses privados, o que se expressa no vergonhoso papel assumido pelo poder público na proteção de áreas de exclusividade e criação de monopólios para as atividades comerciais e para os negócios da FIFA, do COI e dos seus financiadores. (2014, p. 119)

Dentre as inovações jurídicas para os megaeventos, é possível citar a concessão de tarifa zero para portadores de ingresso no Estado de Minas Gerais (Lei 20711, de 11/06/2013) e no Distrito Federal (Lei 5.104, de 02 de maio de 2013); isenção de impostos Estaduais e Municipais (nos seguintes Estados e Municípios: Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal; Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Recife, e São Paulo) e alteração no calendário escolar no Estado do Rio de Janeiro (Lei 6363, de 19 de dezembro de 2012).

Novidades são também perceptíveis nas normativas sobre segurança, sendo necessário que sejam analisadas conjuntamente a Lei Estadual nº 6.528, de 11 de setembro de 2013 - que proíbe uso de máscaras por manifestantes e abre a possibilidade de condução à Delegacia de Polícia para identificação civil e criminal; a Lei Federal nº 12.850 de 02 de agosto de 2013 que prevê o crime de organização criminosa (disciplinando seu procedimento de apuração), definida, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, como

a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013).

A norma altera o artigo 288 do Código Penal, transformando quadrilha ou bando em associação criminosa, que seria “associarem-se 3 (três) ou mais

pessoas, para o fim específico de cometer crimes”. Ambas as alterações ocasionadas pela lei afetam a liberdade de expressão, sobretudo dos opositores dos megaeventos.

A Lei 12.850/2013 possui diversos procedimentos que não apenas são inconstitucionais, como também colidentes com a legislação internacional, como a quebra de sigilo telefônico. A tipificação de associação criminosa pode ocasionar detenções em massa, sem o apontamento de uma conduta específica a pessoas se manifestando politicamente, de modo a potencializar as possibilidades de criminalização de cidadãos, mesmo que apenas estejam presentes em uma manifestação.

Por último, não se pode esquecer que tramitam/tramitaram inúmeros projetos no Congresso Nacional no que se refere à tipificação de terrorismo, no bojo da realização da Copa do Mundo: o Projeto de Lei do Senado (PLS) 499 de 2013; o PLS 762 de 2011; o PLS 728 de 2011; o Projeto de Lei (PL) 5.773 de 2013; o PL 236 de 2012 (uma proposta de reforma global do código penal); e o PLS 44 de 2014. Um dos problemas envolvendo a tipificação da conduta “terrorismo” é que ela se define, em geral, como aquela que causa “pânico” ou “medo” na população. São definições subjetivas, e a sua constatação varia conforme lugar, o contexto, e as pessoas envolvidas – ou seja, são terreno fértil para a descricionaridade soberana, em geral exercida por um agente policial e passível de confirmação judicial.

Uma das questões que se coloca para o campo jurídico na situação de não normalidade é lidar com as *necessidades* modernizadoras, capitaneadas aqui pela figura do Estado (principalmente da municipalidade), que estão, a um só tempo, *dentro e fora do direito*, pois operam pela exceção. Essa exceção faz a gestão do espaço segundo o padrão da *cidade-empresa* a partir de uma pretensa despolitização. (VAINER, s/d, p. 6).

Em se tratando de Reforma Urbana,

A cidade dos megaeventos precipita, intensifica, generaliza a cidade de exceção e a democracia direta do capital. A FIFA e o COI, verdadeiros cartéis internacionais associados a corporações nacionais e interesses locais, recebem do governo da cidade: isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, monopólio de equipamentos esportivos resultantes de investimentos públicos. São neoliberais, mas adoram um monopólio. (SIC) (VAINER, 2013, p. 39)

A nova consolidação de posturas municipais no momento pré-reforma expõe a postura autoritária da municipalidade, com instituição de multas que servem para partilhar com os mais pobres os ônus da modernização. Práticas populares são coibidas sob a justificativa da necessidade de conformar os hábitos do homem do povo ao estágio civilizatório da modernidade ocidental.

Um lugar comum do moralismo da Administração Pública é tanto a proibição de urinar fora de mictórios como seu intensivo combate. O prefeito Eduardo Paes, através da Guarda Municipal e da Secretaria de Ordem Pública, busca reprimir a conduta. Aqueles que urinam em local público são detidos ou há aplicação de multa, segundo a previsão do artigo 233 do Código Penal (“praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público”) e artigo 61 da Lei das Contravenções Penais (“importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor”).

Vale ainda mencionar a proibição de distribuição de panfletos fora de estabelecimentos (art.53) e a multa para exibir publicidade com erro gramatical (art.99) da Nova Consolidação das Posturas Municipais, que conta com Capítulo sobre a Ocupação das Calçadas no Entorno do Estádio João Havelange<sup>83</sup>, fechado para obras desde 2013, títulos sobre o Uso de Mesas e Cadeiras e sobre o comércio ambulante (que não é de fácil acesso àqueles desprovidos de renda e que mais frequentemente recorrem a tal forma de trabalho, conforme se depreende dos artigos 14 – *caput* e parágrafo único; 21, I a V; 22, II e parágrafo único; 43 I e IX; e 180, XIII, bem como da Lei Municipal 1.876/1992 e os Decretos Municipais 29.881/2008 e 30.587/2009<sup>84</sup>).

Outro exemplo é o da multa para o motorista de ônibus que “trabalhar com roupa suja, sem estar convenientemente barbeado, ou em desacordo com o uniforme previsto neste regulamento”(3.6, Grupo E-3). Mesmo que seja um

<sup>83</sup> Área que sofrerá intervenções urbanas até 2016. O quadrilátero no qual se insere o estádio terá calçadas mais largas e cabeamento subterrâneo, por exemplo, já o restante do bairro suburbano permanecerá tal qual se encontra. Ver: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/requalificacao-entorno-engenhao/> Acesso em: 2 fev 2015

<sup>84</sup> Os decretos posteriores causaram as inobservâncias das garantias da Lei 1.876/1992, cujo número de vagas previsto para ambulantes, contudo, permanece sendo o parâmetro, vinte e três anos depois de sua publicação. É de se sublinhar que a atual possibilidade de aluguel de TUAP produz outros esquemas de exploração de vendedores auxiliares. (COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO e RELATORIA DO DIREITO À CIDADE DA PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2014, p.17)

daqueles dispositivos sem fiscalização, a sua mera existência no código já revela uma vontade política.

Deixar a cidade, suas ruas e trabalhadores mais limpos envolve recolher os *indesejáveis* que pairam pelos logradouros públicos. As pessoas em situação de rua são alvo de políticas da municipalidade que buscam *liberar* os viadutos e entornos de vias<sup>85</sup>. Recentemente cidades brasileiras que se modificaram para receber a Copa do Mundo instalaram pedras pontiagudas para impedir que pessoas em situação de rua descansem nesses locais<sup>86</sup>. O sítio eletrônico do Jornal R7 classificou a política de “Viaduto anticrack” em local da Zona Norte conhecido como cracolândia carioca<sup>87</sup>, um dos locais a receber as pedras.

Para receber os egressos dos viadutos, a Prefeitura Municipal investiu na internação de usuários de crack. Sua compulsoriedade foi amplamente questionada por especialistas no assunto<sup>88</sup> e gerou um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal, que, contudo, não contou com suficiente adesão de vereadores, mas teve apoio da sociedade civil<sup>89</sup>.

Os funcionários da prefeitura aparecem em determinados pontos do Rio com ônibus, nos quais transportam as pessoas em situação de rua usuárias de crack para abrigos em área remota da cidade. A medida contou com pedido de esclarecimento do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura<sup>90</sup> e foi objeto de uma Ação Civil Pública patrocinada pelo Ministério Público Estadual<sup>91</sup>. Seu objetivo final, retirar os usuários de crack das ruas da cidade ainda não foi plenamente atingido.

Todas essas políticas visam a *ordem pública*, tão importante para a cidade em transformação que demandou inclusive a criação de uma Secretaria Especial,

<sup>85</sup> Ver <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/medidas-da-prefeitura-do-rio-contramendigos-geram-polemica,ce9aa21a4572b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>86</sup> Além do Rio de Janeiro, pedras foram instaladas em Belo Horizonte. Ver: <http://www.bhaz.com.br/moradores-de-rua-de-bh-enfrentam-pedras-no-caminho/> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>87</sup> Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/fotos/usuarios-se-equilibram-em-pedras-para-consumir-crack-no-rio-20120704-8.html#fotos> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>88</sup> Ver <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-23/internacao-de-adultos-usuarios-de-crack-do-rio-nao-encontra-apoio-de-especialistas-do-setor> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>89</sup> O manifesto de apoio à CPI está no sítio eletrônico da ONG Justiça Global. Disponível em: <http://global.org.br/arquivo/manifesto-em-apoio-a-comissao-parlamentar-de-inquerito-da-internacao-compulsoria-proposta-pelo-vereador-renato-cinco/> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>90</sup> Ver <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/02/21/internacao-involuntaria-mecanismo-de-combate-a-tortura-vai-oficiar-prefeitura/> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>91</sup> Ver <http://www.valor.com.br/politica/3083728/mp-pede-cassacao-do-prefeito-eduardo-paes-por-remocoes-compulsorias> Acesso em: 5 fev 2015.

responsável pelas Operações Choque de Ordem desde 2008, cuja finalidade deveria ser pôr “um fim a desordem urbana”<sup>92</sup>.

Do comércio informal à propaganda irregular em outdoor<sup>93</sup>, passando pela ocupação subalterna do espaço público: a cidade merece um choque de ordem, que não revela mais do que o esforço de consolidar uma narrativa da cidade limpa, *sem deixar rastros*. O importante é salvaguardar a ordem, mesmo que por meio da *exceção*.

O que significam, por exemplo, ds câmeras implantadas nas favelas com UPPs? Meses antes da morte do pedreiro Amarildo, a Rocinha recebeu um sistema de (banalização da) vigilância em pontos da favela que ainda contaria com *software* de reconhecimento facial<sup>94</sup>.

No mesmo sentido, a SEOP implantou, nos anos de 2009 a 2011, quatrocentas câmeras de segurança na cidade. No seu entender, Ordem publica e conservação: “Não obstante, a cultura da desordem e informalidade ainda não está totalmente superada e existem passivos a serem gerenciados:” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DA JANEIRO, 2013, p. 128)

Novidade ou ruína? Um artefato moderno radicalizado não funcionou para sua finalidade discursiva – prevenção e controle de práticas delituosas. Contudo, obteve sucesso em acentuar a nebulosidade das fronteiras entre público e privado, corpo político e físico, que estão em zona de indistinção.

Essa indiferenciação se materializa na videovigilância das ruas em nossas cidades. Tal dispositivo conheceu o mesmo destino que o das impressões digitais: concebido para prisões, ele tem sido progressivamente estendido para os lugares públicos. Um espaço videovigiado não é mais uma ágora, não tem mais nenhuma característica pública; é uma zona cinzenta entre o público e o privado, a prisão e o fórum. Tal transformação tem uma multiplicidade de causas, entre as quais o desvio do poder moderno em relação à biopolítica ocupa lugar especial: trata-se de governar a vida biológica dos indivíduos (saúde, fecundidade, sexualidade etc.), e não mais apenas exercer uma soberania sobre o território. Esse deslocamento da noção de vida biológica para o centro da vida política explica o primado da identidade física sobre a identidade política. (AGAMBEN, 2014)

<sup>92</sup> Ver <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137> Acesso em: 5 fev 2015.

<sup>93</sup> Ver <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1993993> Acesso em: 2 fev 2015.

<sup>94</sup> O projeto teria a finalidade de promover o bem-estar dos moradores. Os exemplos citados no sítio eletrônico das UPPs para viabilizar esse objetivo, contudo, denotam a concepção de vigilância indiscriminada e efetivo controle dos indesejáveis: prisão de eventuais fugitivos, prisões em flagrante. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/cameras-de-seguranca-comecam-a-funcionar-na-rocinha/Rocinha> Acesso em: 25 abr 2015.

Segundo Benjamin, há situações nas quais não cabe distinção entre exercício do direito e faticidade do poder (1986). A reforma impõe a confusão de ambos como realidade para os oprimidos, não somente pela zona cinzenta que caracteriza o espaço da exceção, mas pelo próprio domínio específico do tempo que a remodelação urbana precisa tocar, de forma violenta.

No contexto reformador, a violência se impõe diversas vezes de forma simbólica, como nas imagens de desenvolvimento e progresso que se expressam na publicidade abordada no item anterior. Mas os processos modernizadores no Rio de Janeiro, no entanto, ultrapassam muitas vezes as barreiras da violência não direta. “Portanto, não é surpreendente que os cidadãos, tratados como criminosos, acabem por aceitar como evidente que a relação normal entre o Estado e eles seja a suspeita, o fichamento e o controle.” (AGAMBEN, 2014)

As intervenções urbanas configuram uma situação de não normalidade, levando as contradições sociais ao extremo e gerando, inevitavelmente, maior ou menor colisão de interesses revelada no confronto explícito e no uso da violência direta para construção do consenso sobre o projeto de cidade, tão inovador quanto ultrapassado.

A violência do Estado contra os de baixo não tem mais o senil papel de impedir que as formas mais razoáveis de distribuição da riqueza na modernidade em expansão se efetive, mas de conter o processo de dissolução de uma modernidade em fim de linha. (MENEGAT, 2013, p. 14)

A reforma quer prolongar o tempo que já não se sustenta, através da biopolítica, da gestão de corpos no território, que é separado em solo fértil para o capital e em solo morto (ou *campo* com gente que se pode matar). O horizonte de expectativa, fora da propaganda, já não é, contudo, o de avanço.

Com o esgotamento de nosso ciclo de desenvolvimento, o que restou não foi uma sociedade com pretensões de inclusão e participação popular, mas uma democracia feita para minorias com poder de consumo e o controle de uma população cuja perspectiva de absorção pelo sistema produtivo é cada vez menor. (BARREIRA e BOTELHO, 2013, p. 127)

Se há um progresso na(s) reforma(s), ele contém sobretudo os elementos da ruína, na qual ele se constrói, e na qual ele mesmo se torna. O esgotamento da



modernidade começa quase que concomitantemente ao seu surgimento, principalmente em decorrência de sua aceleração da vida. A experiência aurática, no sentido da percepção sensorial (JANZ, 2012), da obra da reforma, que é monumento de barbárie (BENJAMIN, 1994, p. 226), é, nesse sentido, estarrecedora.

## A reforma como ruína

Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato  
 Quem não estava presente, quem nada falou  
 Como poderão apanhá-lo?  
 Apague os rastros!  
 (BRECHT, 2000)

Os versos de Brecht fornecem a imagem do viver/fazer moderno, que exige plasticidade e rapidez, impelindo a não imprimir marcas individuais. O regime de exceção que gere a cidade pretende não deixar rastros. Analisando o poeta, por exemplo no *Manual para habitantes de cidades*, Benjamin pensa a cidade moderna e atenta para a constante necessidade, trazida pelas transformações impostas, de apagar os tais rastros (GAGNEBIN, 2012, p. 28).

Nas remoções de grupos inteiros de pessoas para a construção de corredores de ônibus, duplicação de avenidas, grandes prédios ou mesmo para deixar um terreno à disposição do capital, não é diferente. Da mesma forma, as operações *Choque de Ordem*, ao levar hábitos mais “desenvolvidos” e reprimendas à população pobre, como a repressão da mendicância, por meio do recolhimento de pessoas em situação de rua e/ou viciadas no crack para abrigos, também apagam rastros.

As mudanças na vida na reforma carioca, que se dão a partir da violência praticada pelo projeto modernizador do urbano, foram elencadas anteriormente, e dão conta de que o progresso e a ruína, como já sugeria Benjamin, seguem lado a lado, pois a evolução da técnica na modernidade traz a sensação de que, “juntamente com as grandes cidades, cresciam os meios que permitem arrasá-las.” [C7a,4] (BENJAMIN, 2006, p. 136)

De forma violenta, a reforma atinge a experiência dos oprimidos, buscando varrê-la da memória da cidade à medida que descaracteriza os habitantes entre si. A catástrofe constitui a história e gera trauma, a urgência de interpretar o rastro, que embora negado, existe, e é a medida de não apagar a própria violência, de pensar no tempo da narrativa das vítimas (GINZBURG, 2012, p. 115).

O tempo possui múltiplas significações para Walter Benjamin, pois, conforme suas reflexões,

Em vez de passar (*vertreiben*) o tempo, é preciso convidá-lo (*einladen*) para entrar. Passar o tempo ou matar, expulsar (*austreiben*) o tempo: o jogador. O tempo jorra-lhe dos poros. – Carregar-se (*laden*) de tempo como uma bateria armazena (*lädt*) energia: o flâneur. Finalmente, o terceiro tipo: aquele que espera. Ele carrega-se (*lädt*) de tempo e o devolve sob uma outra forma – aquela da espera (BENJAMIN, 2006, p. 148).

O jogo de palavras em alemão, com sentidos que não são plenamente traduzíveis ao português, dá a pista de que a linearidade (que, afinal, esmaga) deve ser abandonada, pois em seu pensamento “salienta-se a necessidade de um novo conceito de tempo para os oprimidos, centrado nas contradições do real, cuja superação dialética torna-se possível somente a partir de uma releitura da história que permita entender seus fracassos” (NETO, 2011, p. 11). Ou seja, o tempo dos oprimidos se constitui na rememoração, na evocação presente das vítimas da história oficial, que traduz-se na afirmação de que existem no hoje os herdeiros dos vencidos e os herdeiros dos vencedores.

As filosofias históricas baseadas na ideia de progresso, que identificam explicações de problemas e suas soluções no passado e no futuro, são, portanto, criticáveis e opostas à racionalidade anamnética. Os problemas e seus sujeitos permanecem num presente que se alonga para além do tempo de agora (MATE, 2008, p. 164).

Na concepção benjaminiana, a “classe oprimida”, sujeito histórico, é constituída dos vencidos. Esta categoria, mais difusa que o proletariado, é importante para se falar dos deserdados da reforma urbana, que são também a camada daqueles que mal possuem o próprio corpo, sem sequer conseguir vendê-lo como força de trabalho, sem sequer conseguir guardá-lo a salvo em um casebre.

A análise de jornais como *O Globo*, de ações de desapropriação e sítios eletrônicos de dados e documentos oficiais demonstram que o gerenciamento da cidade se dá apesar dos desejos dos oprimidos.

Percebe-se que se está diante de intervenções urbanas de grande intensidade, vinculadas à preparação da cidade para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que vem provocando ou tem o potencial de provocar, intensos processos de valorização imobiliária. Em geral essas intervenções não abarcam o conjunto da cidade – são intervenções seletivas em algumas áreas da cidade, em especial sua área central e o eixo Barra da Tijuca – Zona Oeste. Essas intervenções afetam diversas áreas, em geral consolidadas, ocupadas por populações de baixa renda, que apresentam como característica o fato de serem relativamente desvalorizadas e

desprezadas pelo setor imobiliário ao longo dos últimos anos, o que é reforçado exatamente pelo fato de serem ocupadas por populações de baixa renda. Tais áreas passam agora a ser do interesse do setor imobiliário devido às intervenções urbanísticas. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 36).

Do outro lado do processo, os direitos humanos são exigidos inevitavelmente no plano político-jurídico como forma de contenção da barbárie, de discussão da versão da narrativa legitimada pela História. Dada sua internacionalização em razão dos episódios históricos pós-guerra (GOMEZ, 2011), não se pode mais simplesmente fechar os olhos para sua importância.

Ainda que sejam acessados como discurso, os direitos humanos modificam, ou deveriam modificar, qualitativamente a prática política, por ter “função prático-social” (FALBO, 2011, p.2). Daí sua inobservância ser um marco político tão avassalador na atualidade, de modo que na experiência dos oprimidos, mais que monumentos, a reforma produz ruínas, publicizáveis como violações de garantias. Em processo doloroso e necessário, elas precisam, portanto, ser investigadas pois “contemplar a ruína pode contribuir para dar significação à história” (SEDLMAYER e GINZBURG, 2012, p. 10).

Nesse sentido, dossiês sobre violações de direitos humanos, como os produzidos pelo Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas (e/ou ANCOP), e os relatórios da Plataforma DHESCA Brasil, revelam quais são os efeitos e quem são os atingidos da reforma. Por rastros presentes nas falas dos oprimidos é possível vislumbrar essa violência da renovação urbana- às custas da precarização de suas próprias vidas. A observação desses registros vai no sentido da

Historiografia crítica de Benjamin [que] procura por rastros deixados pelos ausentes da história oficial (os oprimidos, *die Unterdruckten*), à revelia da historiografia em vigor e, também, por rastros de outras possibilidades de interpretação de uma imagem imutável dos acontecimentos e das obras do passado, tal como é transmitida pela tradição em vigor (GAGNEBIN, 2012, p. 33).

Ao incidir no urbano, a modernidade também permite que se engendrem formas de resistência na experiência da exceção. A construção dos relatórios supracitados é em si um resultado dos esforços de insurgência que entendem que, como afirmam Harvey e Lefebvre, o direito à cidade se deve transmutar no “direito à vida urbana” (LEFEBVRE apud HARVEY, 2013, p. 28).

Nas “Passagens” (M16a, 4), Benjamin assevera que “o rastro é aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou. A aura é a aparição de algo longínquo, por mais próximo esteja aquilo que a evoca. No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós” (2006, p. 490).

A Reforma pode ser criticada por seus rastros e por sua experiência aurática. A investigação de sua historicidade deve ser feita com rememorações que, a partir da noção de tempo dos oprimidos, escove o presente e revele a atualidade do passado – que não passou.

#### 4.1

#### **Memória e rastros para a história dos oprimidos**

Obras que assinalavam a possibilidade de uma integração talvez menos violenta das classes subalternas à sociedade, ainda inacabadas e já em ruínas, servem de habitação improvisada para indivíduos dessas mesmas classes que não esperam de seus dias mais do que não morrer assassinadas pela polícia. (MENEGAT, 2013, p.11)

O trabalho de escavar nas ruínas da Reforma os rastros dos vencidos é uma investigação de memória subterrânea (enquadrada pela história oficial), ou seja, da memória que circula na oralidade de certo grupo e que, em dado momento, vem à tona, superando o silêncio. Na relação entre vítimas e agressores em um processo histórico, a memória pode conter o elemento do ressentimento, não como vingança, mas como desejo de compreensão pelo outro da magnitude da ação por ele perpetrada. Para compreender a centralidade dessa proposição, é preciso aprofundar o conceito de memória.

A memória é assunto em prestígio nos estudos de Teoria da Filosofia e da História. No pensamento materialista radical de Walter Benjamin, ela tem a função de manter acontecimentos no agora, unindo oprimidos em sua específica temporalidade. Reyes Mate, estudioso do pensamento do filósofo alemão, ressignifica a relação entre memória e história, entendendo que a história é animada pela memória, pois embora ambas olhem para o passado, a última busca

uma certa reconstrução do que já fora, enquanto a primeira quer dar sentido ao presente<sup>95</sup> (MATE, 2008, p.163,176).

As reminiscências estão na memória subterrânea, nas ruínas dos monumentos. A cidade se compõe da sobreposição de tempos, muitas vezes da justaposição. Em cada equipamento urbano residem, portanto, múltiplos rastros e outros presentes. A cada Reforma Urbana, a cidade morre, junto com muitos de seus habitantes e hábitos. É uma morte que pretende ser a busca incessante pelo novo, é a ruptura que não rompe o tempo<sup>96</sup>.

Paralelamente à narrativa vencedora dos jornais e revistas se forma e se altera a versão oprimida da Reforma, uma história constituída de memórias de escombros, de memórias reprimidas (ROUSSO, 1992), como as de outros episódios traumáticos da modernidade, a exemplo da guerra.

No que se refere ao desenvolvimento urbano,

o espaço e o tempo da cidade grande são marcados por choques constantes, de modo que o burguês tem que fugir para a ilha do seu apartamento para, na falta de um referencial universal, garantir um sistema mínimo de referências privadas dentro de suas quatro paredes (OTTE, 2012, p.76).

Já para os oprimidos, deserdados da urbe, aqueles para os quais sequer resta a casa, os referenciais circulam apenas na memória, numa relação de inclusão e exclusão com o âmbito da memória coletiva<sup>97</sup> e da individual<sup>98</sup>. A soma de

<sup>95</sup> Como o autor mesmo reconhece, a relação de simbiose entre ambas se torna cada vez mais intensa. Contudo, ele ainda separa as fontes características de cada uma, como relatos e arquivos. Na realidade, hoje já não se podem traçar esses rígidos limites em razão do desenvolvimento de campos como, por exemplo, o da história oral (em que o depoimento é a fonte primária mais importante) e o da história do tempo presente, que entre si guardam inclusive grandes similaridades e possibilidades complementares. A um só tempo, arquivos e relatos são fontes, relatos são arquivos e arquivos são também relatos, numa dinâmica que, assim como o tempo, não pode estar rigidamente separada em fases incomunicáveis.

<sup>96</sup> Jaime Ginzburg alerta para essa importante consideração benjaminiana: “O tempo é o campo em que a política libertária se realiza, e também a abertura para a potencialidade. A filosofia da história do autor é coerente com sua epistemologia. Nos dois casos, é importante entender que a ruptura pode ter a função de atribuir produtivamente sentido ao pensamento e à existência.” (GINZBURG, 2012, pag. 111) Sendo portanto a reforma impulsionada pelo discurso vencedor, ela não traz consigo a ruptura, mas comporta uma janela na qual pode irromper a potência dos vencidos.

<sup>97</sup> Por exemplo, ver: POLLAK, s/d, p. 200-215; e POMIAN, 2000, p. 507-516. Reyes Mate também trabalha essa relação em sua obra, acentuando a possibilidade da memória coletiva se sobrepor à própria história, posto que incondicionada pelos limites “científicos” (2008, p.158-159).

<sup>98</sup> A memória privada subjetiva pode tornar-se pública objetivável depois do processo de disputa de memória, como, por exemplo, na instituição de dias de recordação, que influem no imaginário comum da sociedade, de modo a tornar pública a memória que é também individual (MATE, 2008, p.162). As disputas de memória pública, que surgem de distintos relatos, são disputas,

memórias enseja a possibilidade de reescrever o discurso a partir daquilo que rompe a linearidade. Mas o que foi não volta, e é por isso que se deve lembrar, sem, contudo, alimentar a esperança de refazer o que já não existe como realidade total.

Embora a memória não seja resgatável e nem plenamente reconstruível, ela existe como uma presença, que permite identificações, ainda que influenciada por esquecimentos majoritariamente temporários. Para a coletividade oprimida, “somente esse trabalho de rememoração e de narração, sob a égide da morte e do túmulo, possibilita, como diz Benjamin em *Rua de mão única*, que se possa esculpir uma outra imagem, a do futuro” (GAGNEBIN, 2012, p. 36)

Assim, matérias como as da *Veja*, que imprimem os interesses do capital e que foram trabalhadas no capítulo anterior, devem ser contrapostas com textos como o que aparece em *A Nova Democracia*<sup>99</sup> de agosto de abril de 2015, que encampa a memória das vítimas:

Disparos de armas de grosso calibre foram os sons que ambientaram a noite de 1º de abril no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, que, segundo as “autoridades”, foi “pacificado” pela Polícia Militar.

Com o apoio de comunicadores locais do Coletivo Papo Reto, a equipe de AND foi ao local com a informação de que quatro pessoas teriam morrido no Complexo em um intervalo de três horas. Às 16h, um tiroteio na Rua 2, na localidade Alvorada, deixou dois mortos e uma jovem ferida. Segundo denúncias de moradores, PMs atiraram contra uma residência, ferindo mãe e filha. A adolescente Maynara Moura, de 16 anos, apesar de baleada, sobreviveu aos ferimentos. Já sua mãe, Elizabeth Moura, morreu a caminho do hospital. Os últimos momentos de vida de Elizabeth foram filmados por moradores.

Na mesma ocasião, o jovem Rodrigo Farinni, de 22 anos, foi baleado na cabeça por policiais quando saía de um beco. As imagens do corpo de Rodrigo revelam sinais de uma execução sumária: um tiro na parte de trás da cabeça à queima roupa.

Horas depois, outros dois jovens teriam sido executados por PMs próximo ao Campo do Sargento, na Rua Canitar, coração do Complexo do Alemão. De acordo com moradores, depois de mortos, os jovens foram colocados no blindado da PM e retirados do local. A cena do crime ficou manchada pelo sangue dos jovens exterminados. Segundo lideranças da favela, à noite, muitos moradores deixavam o Complexo com malas e sem rumo se dizendo fartos da violência.

No dia seguinte, 2 de abril, os agentes de repressão da PM protagonizaram novo banho de sangue. O caso que mais causou revolta foi o assassinato cruel de

---

portanto, de narrativas. O resultado do conflito é a memória dominante, que se forma a partir de um enquadramento- trabalho político do poder constituído que pode mudar com o tempo a partir, inclusive, de negociações de memória (POLLAK, 1989).

<sup>99</sup> Jornal independente que possui versão impressa e eletrônica, que se autodenomina imprensa popular, democrática e anti-imperialista. O editorial destaca a necessidade de constituir a comunicação de cunho nacional, oposta ao “entreguismo”. Desde 2002, *A Nova Democracia* produz matérias que não têm pretensão de imparcialidade, mas compromisso popular. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/linhaeditorial> Acesso em: 1º maio 2015.

Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, na favela da Grotta. A mãe do menino, Terezinha Maria de Jesus, disse à imprensa que estava sentada na sala assistindo TV quando presenciou a morte do filho. Estudante do CIEP Franscisco Mignone, o jovem estava sentado na escada que dá acesso à sua casa, quando, repentinamente, foi atingido por um tiro de fuzil no rosto. As imagens do garoto ensanguentado no chão circularam nas redes sociais provocando profunda indignação em diversos setores da sociedade.

Na tarde do dia 3, moradores do Alemão se manifestaram contra a rotina de terror imposta pela polícia. Por volta das 13h, a população começou um protesto espontâneo e, quando chegou à Estrada do Itararé, foi duramente reprimida por PMs com bombas de gás e tiros de bala de borracha. Várias pessoas ficaram feridas. No dia seguinte, 4 de abril, um novo protesto bloqueou a Itararé, dessa vez com o apoio de ativistas e organizações populares.

O caso obteve tanta repercussão que até mesmo o monopólio da imprensa (especialista em ocultar, distorcer e mentir sobre a violência policial nas favelas do Rio) teve de abordar o assunto sem criminalizar o menino assassinado e sua família. Porém, o show de horrores não parou por aí. Pouco tempo após a morte de Eduardo, Terezinha de Jesus declarou à imprensa que recebeu ameaças por parte da PM. Um policial teria dito para ela que “já que eu matei o filho, a gente também pode matar a mãe”. A denúncia foi publicada pelo portal ‘R7 Notícias’ em publicação de 3/4/2015. (GRANJA, PENELAS, 2015)

No pensamento benjaminiano, a memória precisa se desprender do sentido de tradição que lhe dá a modernidade, para a qual o real se confunde com facticidade. Na crise moderna, a memória deve ser arma de combate (MATE, 2008, p. 161), como na matéria acima exposta. E mais que isso: deve assumir um sentido de teoria do conhecimento.

É preciso pela rememoração enxergar ausências presentes e presenças ausentes, que só se conhecidas constroem positivamente os sujeitos. “O verdadeiro lembrar, a rememoração, salva o passado, porque procede não só à sua conservação, mas lhe assinala um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida” (GAGNEBIN, 2012, p. 35).

Assim, se torna imprescindível revelar que sob a arquitetura da cidade – que intenciona não deixar vestígios dos vencidos em seus grandes prédios, que são monumentos de ruína, repousa a violência e o sangue, presentes no terreno e no trabalho que a ergueu. Nesse sentido, a produção de um documentário como o *Domínio Público* (PAERIBU, 2014), que revive os relatos de remoção e da experiência da cidade militarizada, pavimentados com asfalto de novas vias, ganha contornos de instrumento de combate, de reivindicação de protagonismo.

A memória se converte, portanto, em uma atividade hermenêutica de visibilização do invisível, em conhecimento e dever – para impedir a repetição,



mas, principalmente, para fazer justiça<sup>100</sup>. A concepção de justiça trabalhada a partir da injustiça se relaciona ao conceito de política benjaminiano, que inclui a dimensão do profano e do messiânico, porquanto ambos busquem a felicidade: aquela somente dos vivos, esta também dos mortos, das vítimas da história. A inclusão dos mortos é necessária para que não sejam esquecidos, invisibilizados, apagados, por um presente no qual também estão, ainda que pela ausência (MATE, 2008, p. 181).

Se, no tempo presente, a democracia comporta a prática do desaparecimento forçado por agentes públicos, suas vítimas também devem ser incluídas, rememoradas. Todo desaparecimento forçado se torna político à medida que se revela em estratégia do poder constituído para manter seus projetos com menos indesejáveis.

Na história da Reforma há que sublinhar a cifra negra dos números da segurança pública pós-UPP, os desaparecimentos forçados como o do pedreiro Amarildo e as mortes como a do jovem Eduardo de Jesus, antes jogadas para uma tímida nota de rodapé. O número de famílias removidas e os óbitos que tiveram causa nos despejos forçados<sup>101</sup> precisam ter lugar no *novo tempo do mundo*, que não coincide com a *Cidade Olímpica*, mas com a sua desconstrução.

A cidade dos megaeventos forma uma imagem que se alimenta no tempo mítico das outras reformas, junto à noção de *cidade maravilhosa*. O relato reformador vive o tempo da *máquina de crescimento*, o tempo olímpico, como superação e salvação do tempo de sofrimento que identifica no momento do declínio econômico, em que se instaura o que seria a “crise urbana”. Essa narrativa, clara, não precisa ser reconstruída. Por outro lado, quão distante é preciso ir para chegar ao tempo mítico dos vencidos? O seu sofrimento constante

<sup>100</sup> É impossível, segundo o materialismo histórico, pensar teoria da justiça nos marcos liberais. Por mais inclusivo que seja um conceito liberal de justiça e de democracia, ele não dá conta de responder a todas as rememorações dos oprimidos, sobretudo porque se erige a partir da ideia de justiça e não da noção de injustiça (MATE, 2008, p. 169). A memória só pode ser considerada justiça se concorda em não abrir mão de uma certa experiência.

<sup>101</sup> Ver o exemplo da comunidade do Horto, descrito em “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro” : “A área começou a ser ocupada por funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico, com autorização (formal e informal) das sucessivas administrações do parque. Hoje, com 589 famílias de baixa renda, descendentes de antigos funcionários e em sua maioria pessoas idosas, a comunidade está ameaçada de remoção, justificada pela necessidade de preservação ambiental e de regularização do perímetro do Jardim Botânico, o qual nunca foi oficializado, nem em documentação, nem na prática. Em 2005, tentativas de despejo desencadearam na morte de um morador com problemas cardíacos e na hospitalização de outros cinco.” (2013, p. 29)

embaça perspectivas, tornando a rememoração crucial para que se encontrem os vestígios.

No pensamento de Benjamin estão presentes rastros (*Spur*) e vestígios<sup>102</sup> sensoriais de pré-modernidade como forma de experienciar um passado. As marcas do passado pré-reforma devem decompor a linearidade e o progresso com o processo de barbárie. O rastro, assim, se torna ameaçador e contra-hegemônico porque se opõe à vontade reformadora.

A epígrafe brechtiana deste item se relaciona à ideia moderna de morar sem deixar vestígios que Benjamin observara na Reforma parisiense em que “as moradias podem ser lidas como traços do rosto” (JANZ, 2012, p. 22). É nessa chave que Benjamin interpreta a casa do colecionador, refúgio da grande cidade cuja “expressão maior é o próprio apartamento” (OTTE, 2012, p. 77), que guarda as paixões no final do século XIX<sup>103</sup>. A necessidade de impressão de marcas no processo modernizador se revela, para Benjamin, não só na moradia burguesa, mas em outras escalas, como na caixa de óculos que se torna rastro pré-fabricado.

Na Reforma Urbana carioca, a moradia burguesa está apta a resguardar coleções e paixões. Quanto à moradia subalterna, a caracterização não pode ser a de refúgio, já que o processo reformador dispõe dos arranjos de viver conforme sua própria demanda.

O “Plano Popular da Vila Autódromo” é a tentativa de resguardar e publicizar a memória (que passa por processo de repressão e enquadramento) e a

<sup>102</sup> Rastros e vestígios são importantes para Carlo Ginzburg e Walter Benjamin. Contudo, há diferenças metodológicas e conceituais entre os autores. Para Ginzburg da coleção de vestígios surge uma “totalização conclusiva” (GINZBURG, 2012, p. 125) que Benjamin afasta. A forma como o filósofo alemão lida com vestígios “é uma prática historiográfica” (JANZ, 2012, p. 21). Jeanne Marie Gagnebin destaca o desprezo de Benjamin pelo todo (sem que isto signifique o abandono dos panoramas utilizados pelo próprio autor), que encobre especificidades. A escavação, enquanto processo mais do que pelo seu resultado, ocupa papel central em seu pensamento. (2012, p. 33-35)

<sup>103</sup> Segundo Benjamin, “O desenvolvimento das forças produtivas fez cair em ruínas os símbolos do desejo do século anterior, antes mesmo que desmoronassem os monumentos que os representavam. No século XIX, esse desenvolvimento emancipou da arte as formas de construção, assim como no século XVI as ciências se libertaram da filosofia. O início é dado pela arquitetura enquanto obra de engenharia. Segue-se a fotografia enquanto reprodução da natureza. A criação imaginária prepara-se para tornar-se prática ao colocar-se como arte gráfica a serviço da publicidade. No folhetim, a poesia submete-se à montagem. Todos esses produtos estão prestes a oferecer-se ao mercado como mercadorias. Contudo hesitam ainda no limiar. Desta época originam-se as passagens e os *intérieurs*, os pavilhões de exposição e os panoramas. São resquícios de um mundo onírico. A utilização dos elementos do sonho no despertar é o caso exemplar do pensamento dialético. Por isso, o pensamento dialético é o órgão do despertar histórico.” (BENJAMIN, 2009, p. 51).

moradia dos oprimidos na Reforma, já que os seus planos transformadores definem a área para a construção de hotéis de luxo. Com o apoio da UFRJ e da UFF, os moradores afirmaram seus rastros e o desejo de perpetuar seus traços no terreno da cidade reivindicado pelo capital através da PPP responsável pelas construções na área.

Ainda que a comunidade venha a ser integralmente removida, seus rastros ficarão na forma do primeiro lugar conquistado no prêmio internacional Urban Age Award de 2013, pela sua alternativa de permanência coletivamente construída (ANCOP, 2014, p. 38).

A nostalgia não é acessível aos oprimidos. A necessidade de inscrever suas memórias na história é condição de existência de sua identificação como sujeito coletivo. Assim, mesmo nos diplomas de controle da vida, sobretudo dos oprimidos, é preciso evocar os rastros do modo de viver subalterno, que podem ser encontrados em proibições pró-progresso da cidade, como as descritas no Código de Posturas. Os hábitos e condutas populares são reprimidos mas existem e residem no desejo dominante de sua manipulação e ainda que desse modo precisem ser visibilizados.

O objetivo de “polícia” sanitária e militar para áreas perigosas do Rio quando da modernização foi descrito já por Benchimol na Reforma da Primeira República (ver nota 5). No século XXI, frutificou a ideia de que a instituição policial mantém funções biopolíticas, de apagamento e de silenciamento, implícita num enredo triunfante.

Importante é destacar, mesmo nas mortes (ou seja: quando a vontade reformadora já venceu) que a realidade da militarização de favelas (englobando polícias e exército) conta com relatos dissonantes da narrativa da pacificação e promoção da cidadania. Conforme matéria de *O Dia* de 05 de novembro de 2014:

Moradores do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio, relataram denúncias graves contra militares da Força de Pacificação, que ocupam o conjunto de favelas desde abril deste ano, na tarde desta quarta-feira. Em reunião no Centro de Artes da Maré, moradores e representantes de associações relataram torturas — que incluem passagens pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) — abusos, abordagens hostis, invasão de residências sem mandado, xingamentos e agressões. Um dos relatos é do auxiliar de jardineiro Adalberto Monteiro, 29 anos, que mora na Favela Bento Ribeiro Dantas. Segundo Adalberto, soldados em um jipe o abordaram no dia 9 de julho com truculência. "Eu estava com um amigo. Eles chegaram chutando a gente e abrindo nossas pernas. Questionei: 'Isso é jeito de abordar?'. Na mesma hora jogaram spray de pimenta no meu rosto e deram um tiro

de bala de borracha no meu amigo. Me levaram para um contêiner dentro do CPOR, onde passei a noite. Me induziram a assinar uma folha indicando que fui preso por desacato. Depois, fui levado para a 21ª DP (Bonsucesso) e para Bangu 10, onde fiquei dois dias preso. Só fui solto porque amigos e parentes pagaram uma fiança de R\$ 2 mil", disse.

Um caso mais recente é do entregador de lanches, Roberto da Nóbrega, 31 anos, e seu irmão, Wagner da Nóbrega, 23, que moram na Vila do Pinheiro. No dia 12 de outubro os dois estavam em uma moto e foram abordados por soldados após o veículo parar. Eles começaram perguntando da moto e falaram que iam passar por cima. Um soldado me disse 'cala boca, seu negão'. Além do abuso sofri racismo", contou. "Meu irmão, mesmo por conta própria quis ir para a delegacia, mas foi algemado. Nos levaram para o CPOR, onde prestei depoimento, fiz a queixa de racismo e fui liberado. Eles trancaram meu irmão num container e jogaram gás de pimenta. Ele foi levado para a 21ª DP, depois para Bangu 10 e Bangu 3, onde ficou alguns dias até pagarmos a fiança". Na delegacia, Wagner teria sido chamado de lixo pelos militares. O caso, segundo Roberto, foi encaminhado para o Ministério Público.

Procurada pelo DIA, a Força de Pacificação da Maré informou que vai investigar as denúncias junto à 21ª DP e à Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM). O encontro de 16 representantes das associações de moradores da Maré foi organizado pelo Observatório de Favelas e pela ONG Redes da Maré. As lideranças pediram um encontro com o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, mas ainda não foram atendidos.

#### **‘Essa ideia de pacificação é mentirosa’**

"Esse encontro foi para chamar a atenção para as abordagens feitas na Maré, que estão violando o direito dos moradores. De março deste ano até agora, tivemos 12 mortes no interior da Maré e 16 no entorno. Desde que o Exército entrou aqui só vimos poder bélico. Esta ideia de pacificação é mentirosa. Não há uma inteligência. Só queremos garantir a segurança e direitos dos moradores quando a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) chegar aqui. Eles estão fazendo as mesmas abordagens da PM", disse a presidente da Redes da Maré Eliane Souza Silva. Ainda segundo ela, são investidos diariamente R\$ 1,2 milhão por dia para manter o Exército no conjunto de favelas. "Esse dinheiro deveria ser investido na segurança pública", finalizou.

(...)

O presidente da associação de moradores da Vila do João, Marco Antônio, corroborou a informação. "Há cinco meses os militares invadem casas dos moradores sem mandado. Na tentativa de impedir que entrassem na casa de um amigo na Rua 17, me ameaçaram de levar pra delegacia pelo crime de associação ao tráfico. Qualquer diálogo que tentamos exercer não dá em nada, pois somos ameaçados", relatou.

"Muitas mães não mandam filhos para as escolas por causa do medo. Eles desfilam com tanques de guerra em frente aos colégios. Até garis da Comlurb já foram ameaçados por baterem boca com homens do Exército", contou Claudia Lucia Silva Santana, presidente da associação Parque Ecológico, também na Vila do Pinheiro.

Jonata de Azevedo, representante da associação da Vila Pinheiro denunciou um caso que acabou em morte. "Soldados não sabem controlar uma situação, são despreparados. Recentemente teve uma briga e moradores atiraram pedras. Por falta de preparo, eles atiraram contra os moradores. Um foi atingido na perna e está hospitalizado. Outro foi atingido na barriga e morreu. O nome da vítima é Paulo Ricardo Rodrigues Lima. Ele era trabalhador, montador de estrutura metálica. Isso ocorreu há duas semanas, na Via 1", disse Jonata, mostrando a carteira de trabalho de Paulo.

Vilmar Gomes, presidente da associação do Parque Rubens Vaz, relatou ações arbitrárias dos militares. "Outro dia, após uma confusão, eles atiraram bombas de efeito moral. Isso foi há 21 dias. Uma grávida passou mal e eles alegaram que estavam perseguindo suspeitos. Chamaram os moradores de vermes. Que pacificação é essa, que chega dando tiros para o alto?", questionou Gomes.

Ainda segundo moradores, os militares cercaram com arames a ciclovia da Vila do Pinheiro, tirando o único lazer local. Sacos de areia também foram colocados entre a escola municipal Paulo Freire e a creche Albano Reis. Por causa dos tanques desfilando pelas ruas e assustando moradores professores, alunos e pais, muitas escolas estão suspendendo aulas, entre elas estão a Escola Municipal José de Castro, Quarto Centenário, Gustavo Capanema e Paulo Freire. "Hoje de manha não teve aula na Teotonio Vilela. Isso dá um clima de guerra constante pra gente que passa aqui", disse uma moradora que não quis se identificar.

A cultura local também está ameaçada. Os eventos de funk e forró não estão sendo realizados por ordens dos homens da Força de Pacificação. Há ainda a imposição de toque de recolher às 20h, horário em que os comerciantes locais também começam a fechar as portas. O filho de 17 anos da copeira Angélica Moreira de Jesus, 35, do Conjunto Esperança, foi abordado e agredido por soldados há dois meses. "Ele foi confundido com um traficante. Eles (soldados) chegaram falando 'é você mesmo' e bateram muito nele. O rosto ficou inchado e a orelha foi rasgado. Um raio-x feito na UPA mostrou uma lesão no maxilar. Meu grito hoje aqui é de desespero", relatou Angélica.

"Dias depois ele foi chamado de 'nequinho'. Por sorte o meu marido conseguiu tirá-lo da confusão. Meu filho ainda perdeu dois empregos, pois os militares ficavam passando na porta do seu emprego. Os soldados fotografam as pessoas no CPOR e na rua para marcar e perseguir. Apesar da violência, meu filho sonha em entrar pro Exército e fazer justamente o contrário", disse (VALDEVINO; ANTUNES, 2014).

Sob escombros, emerge a perspectiva dos oprimidos, embaixo do "espetáculo da morte por instituições higiênicas e sociais" (BENJAMIN, 1994, p. 207). As vítimas também vivem na rememoração que alimenta a resistência que se engendra nesta *construção violenta do consenso*.

## 4.2

### Mecanismos de resistência à barbárie

O racionalismo moderno, parte da ideologia reformadora, desencantou mas não redimi a humanidade, trazendo, pela retórica do progresso, avanços e a constante proximidade aterrorizadora da barbárie (MATE, 2008, p. 179). A redenção, nesse sentido, seria a saída para a catástrofe moderna a partir da universalização do acesso à felicidade<sup>104</sup> (e com ele a justiça e a política),

<sup>104</sup> A utilização do termo "direito" (à felicidade) não seria a mais adequada ao que aqui se propõe, sobretudo em razão da metodologia empregada, que desconstrói a imprescindibilidade de um ordenamento jurídico para as sociedades.

abarcando mortos e vivos. Na Reforma, poderíamos falar de um acesso à cidade que congregasse os deserdados da urbe, também herdeiros de outras Reformas.

A proximidade da barbárie se deve à expansão do estado de exceção e ao refino de suas técnicas que geraram, por um lado, o desenvolvimento da gerência da cidade segundo os interesses do capital, e, por outro, a proliferação de mecanismos de resistência no contexto dos megaeventos. Embora essa resistência não abra a janela do tempo na medida da redenção, seus rastros são matéria necessária à superação.

Ao corrigir a tese de Foucault, Agamben coloca que

o estado de exceção, em que a ordem excluía e ao mesmo tempo se apropriava da vida nua, constituía, com efeito, na sua separação, o fundamento escondido em que repousava todo o sistema político; quando as suas fronteiras se esbatem e se indeterminam, a vida nua que aí habitava liberta-se na cidade e torna-se ao mesmo tempo o sujeito e o objecto da ordem política e dos seus conflitos, o lugar único quer da organização do poder estatal, quer da emancipação em relação a ele (AGAMBEN, 1998, p. 18).

O estado de exceção aniquila e mata, mas dialeticamente possibilita que se forme a insurgência contra seus limites, que se destitua a moderna organização das sociedades e se funde o acesso às suas cidades, por exemplo. No contexto Reformador do Rio de Janeiro, em que precarização da vida e megaeventos se entrecortam, surgem experiências de resistência ao longo dos anos 2000, como o Comitê Social do PAN (no bojo da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007); o Fórum Social Urbano - FSU (em paralelo ao Fórum Urbano Mundial, de 2010); o MPL (que após a experiência da rua é fundado em um Fórum Social Mundial em 2005); a Cúpula dos Povos (que denunciou o caráter excludente da Rio+20 reunindo ativistas e movimentos sociais do mundo); a ANCOP; o aumento das ações do MTST, da CMP e do MNLN, entre outros movimentos (VAINER, 2013, p. 39-40). O Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, sendo herdeiro destas experiências e parte da ANCOP, se consolida como uma articulação de

movimentos sociais, ONG's, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos/as pela ações arbitrárias da prefeitura [que] também estão se mobilizando para resistir à construção de uma cidade de exceção e pressionar para estabelecer um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos Megaeventos. (COMITE, 2015)

Algumas das experiências citadas como exemplo de resposta conjuntural aos megaeventos se formam como redes, articulando representações distintas, como está definido na composição do Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas e veiculam produção documental sobre as violações de direitos. As iniciativas que reúnem os atingidos pelos eventos contam com o apoio por exemplo de sindicatos, mas são protagonizadas pelas mulheres e pelos homens que se veem diante de um trator que remove sua casa, ou que são impedidos de habitar o espaço público ou que acordam e vão dormir, de segunda a segunda feira, com a presença de agentes da segurança fardados e armados vigiando sua forma de viver.

Por unir diversas pautas e possuir articulação nacional, o comite popular Rio da Copa e das Olimpíadas é um instrumento de luta popular de destaque. O espaço conta com reuniões semanais (sem espaço fixo) frequentadas pelos diversos atores de sua composição e possui certa estrutura como financiamento para publicações. Para a elaboração das publicações são realizadas missões que coletam denúncias de violações de direitos humanos, que são abertas aos parceiros que frequentam as reuniões e podem contribuir com os *Dossiês* gerais e também com os temáticos, como o dos camelôs.

Uma experiência local foi o *Fórum Comunitário do Porto (FCP)*, que congregara os atingidos e os interessados pelas intervenções urbanísticas na região a partir de 2011. A atuação se divide em três eixos: questão fundiária; violações de direitos e conflitos urbanos; e projetos e concepções de desenvolvimento. O FCP também produziu reflexões acerca das visitas locais, relatórios de violações de direitos humanos e relatório técnico sobre áreas de risco, já que parte da Providência era ameaçada de remoção sob essa justificativa.

Mecanismos outros foram forjados na denúncia de violações do processo da Reforma, como é o caso do *Conselho Popular*, bastante focado na temática da moradia, que se reunia na sede da Pastoral de Favelas, contando com a presença de representações das mais diversas comunidades atingidas, pretendendo uni-las, principalmente às vésperas de remoções anunciadas em determinada localidade. Seu momento de maior efervescência foi nos anos de 2010 a 2012, com as maiores expulsões realizadas no bojo da construção da Cidade Olímpica.

Participam destes espaços profissionais das mais diversas áreas, estudantes e militantes em geral. O objetivo é construir não só uma estratégia política, mas também uma rede de apoio técnico, uma vez que entre as reivindicações dos atingidos está fundamentalmente a informação sobre os projetos que afetam sua área de trabalho, convívio e/ou moradia. Mas o acesso à informação não basta por si, ele precisa vir acompanhado do deciframento dos códigos específicos empregados em planejamentos, projetos e demais documentos que embasam a transformação urbana.

Os coletivos técnicos (formados por engenheiros, arquitetos, geógrafos, juristas e profissionais de numerosas áreas; inicialmente dedicaram-se à elaboração de pareceres, contra-laudos e outros documentos sobre as comunidades que sofriam ameaça de despejo em razão de chuvas ocorridas no ano de 2010, tendo participado desde então de diversas demandas de moradia) têm a função de além de decodificar os documentos que subsidiam os argumentos da Reforma também empregar a gramática técnica aos desejos dos oprimidos (e contra-argumentar com o poder constituído, portanto). Assim, são formados por profissionais independentes dispostos a visitar as muitas áreas atingidas para estudá-las quanto às demandas locais.

Os vínculos insurgentes criam solidariedade entre os oprimidos diferente de qualquer definição durkheiminiana, pois que envolvem rememoração e identificação do problema do outro como seu também, a exemplo dos mutirões organizados nas vésperas de ameaça de despejo forçado, como ocorreu a partir das reuniões do Conselho Popular ao longo de 2009 e 2010 nas comunidades da região da Barra da Tijuca, com Vila Taboinha, Arroio Pavuna, Vila Recreio II e Vila Autódromo. As lideranças e moradores de outras favelas se juntavam no ponto fragilizado na data em questão para apoiar politicamente com os seus corpos a vontade insurgente.

Juridicamente, as comunidades atingidas pelas intervenções urbanas dos megaeventos se socorreram na Defensoria Pública, em seu Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), sendo, contudo, a batalha judicial a mais ineficaz para os oprimidos. O órgão da Defensoria especializado na defesa coletiva do direito à moradia atendeu até abril de 2011 mais de 99 mil famílias (SANTOS, 2013, p.10). Em razão da especificidade da matéria, o trabalho da equipe do núcleo é diferenciado em relação aos demais.



Os despejos forçados e em situações não previstas na lei (como em horários noturnos) levaram, muitas vezes, os profissionais a ter que comparecer ao plantão noturno do Judiciário, a fim de defender as garantias básicas dos cidadãos aviltados em sua dignidade. É de se sublinhar, por exemplo, a elaboração e entrega de Notificação ao Comitê Olímpico Internacional sobre proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo (para definição de um período de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016) pelo NUTH em maio de 2010.

Em favorável coincidência aos planos do poder constituído, a equipe do Núcleo foi destituída em maio de 2011 (momento de grandes remoções), mudando seu perfil de atuação. Deste momento até janeiro de 2015, quando nova direção geral da instituição tomou posse, as comunidades atingidas tiveram maiores dificuldades para se defender, pois não fora mais possível rearticular um corpo de profissionais coeso com as necessidades dos assistidos. O fato foi pouco noticiado, mas as mídias dos movimentos sociais logo se pronunciaram, a exemplo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia<sup>105</sup>.

Segundo a ANCOP, ao menos 250 mil pessoas ou perderam seu direito a moradia ou o tiveram sob ameaça nas doze cidades que sediaram a Copa do Mundo da FIFA de 2014 (2014, p. 7). Além da moradia, outros campos sofreram ataques diretos ou indiretos, como trabalho, mobilidade, acesso à informação e segurança pública, conforme já discutido neste trabalho. A propaganda de crescimento e ascensão do país contrasta com o dia-a-dia de precarização da vida dos subalternos.

Pensadores brasileiros identificam por diferentes terminologias frações da classe trabalhadora que se formam no contexto de precarização do capitalismo atual. Para Jessé Souza, se poderia distinguir a ralé dos batalhadores (2009 e 2010), já para Ruy Braga se destacaria a noção de precariado (2012 e 2013, 81-82), na qual se inserem os operadores de telemarketing. A questão é anterior à escolha do país como sede, mas o entrelaçamento dos programas aplicados conjuntamente na Reforma Urbana favoreceu a transversalidade das pautas específicas num ponto comum: essa precarização da vida.

---

<sup>105</sup> Ver <http://mnlmrj.blogspot.com.br/2011/05/ausencia-de-atuacao-do-nuth-quase.html>. Acesso em: 27 abr 2015. Ainda em 2014, as profissionais que tentam atuar na contra-mão da política estatal, em defesa das comunidades como a Vila Autódromo, encontram dificuldades institucionais. Ver: <http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=19492> Acesso em: 27 abr 2015.

Os problemas na área de moradia e segurança, por serem questões inerentes à cidade atingem mais que as categorias tradicionais que ocupam há gerações as ruas com suas reivindicações, como estudantes e sindicalizados, afinal todos precisam morar e se movimentar no espaço público. Movimentos populares, como os de moradia, são os primeiros, em se tratando de oposição a medidas da Reforma Urbana, a reivindicar bandeiras. Isto não opõe os sujeitos, pois na verdade uns são herdeiros de outros, na trincheira dos vencidos.

A identificação dos movimentos populares é mais imediata porque a Reforma atinge de modo difuso os trabalhadores - a remoção de uma favela pode implicar na falta de moradia para dez pessoas de categorias trabalhistas diferentes e de outras tantas sem qualquer emprego, com uma frágil renda. Se por um lado essa característica parece enfraquecer os oprimidos como tal, justamente por estar separada da dinâmica do trabalho *stricto sensu*<sup>106</sup>, por outro lado permite que diversas seções de movimentos organizados se unam, como quando os atingidos deixam de estar restritos a uma área da cidade, conforme demonstraram os protestos multitudinários a partir de junho de 2013.

A resistência, como contingente da exceção, se forma contra a violência que expulsa, ela faz parte, portanto, do próprio processo da Reforma Urbana. No que tange ao movimento de moradia, suas lideranças são majoritariamente de mulheres negras, justamente porque o espaço inferiorizado da casa é relegado à administração feminina. Mas os movimentos feministas (em geral ou mesmo aqueles que notadamente discutem as especificidades do feminismo negro) não incorporaram a bandeira da moradia subalterna. Aqui, além da relação entre o necessário protagonismo local e o apoio organizado, entra em questão uma face da modernização - o processo de invisibilização que essa parcela da população sofre também interfere no auto-reconhecimento (SANTOS, 2013).

Esses locais, em que habitam muitos corpos negros, são alvos de remoção na Reforma, inclusive da já citada *remoção branca*. E os corpos são assim vistos, são individualizados quando das negociações para a saída compulsória, não

<sup>106</sup> A Reforma não aparece como justificativa formal para cortes no orçamento público ou reduções salariais. Contudo, o principal investidor da reforma, impulsionada pelos megacontratos dos eventos esportivos, é o Estado, basta ver a origem dos recursos gastos com a Copa no Brasil: financiamento público: 50,6%, investimento público direto: 49%, investimento privado: 0,4% (ANCOP 2014, p. 98). E não é outro o ator que apresenta um pacote de medidas para lidar com a necessidade *capital de crescimento/desenvolvimento*, de modo que a relação causal está estabelecida. Uma coincidência digna de nota é a presença simultânea de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda e no Conselho da Cidade.

formam uma coletividade às vistas do poder constituído. São apequenados, fragilizados, separados violentamente da sua casa e também da sua potência política. Os variados instrumentos de luta, dentre os quais as redes, têm função no processo de emancipação dos corpos e sua auto-identificação como sujeitos.

Há uma relação que se estabelece entre a resistência e os meios de formação de consciência. Há reminiscências fossilizadas na consciência política popular, uma herança histórica, que conta também com ideias opostas à moralidade dominante. O surgimento ou reforço de formas de narrar memórias subalternas, de contestar a versão vencedora da modernização carioca como triunfo vai no sentido de fomentar a sua cultura política. Se podem citar diversas mídias alternativas, a exemplo da *Revista Vírus Planetário*, do *Jornal A Nova Democracia*, como também a construção de sítios eletrônicos<sup>107</sup> de movimentos sociais com o objetivo de divulgar as arbitrariedades cometidas pela Prefeitura e salientar as formas de resistência.

Não é pouco que está em jogo, pois a Reforma abre a possibilidade de naturalização do que não fazia parte de uma dada realidade política. O trabalho de desconstrução e desnaturalização é concomitante à narrativa dominante<sup>108</sup>.

Em contrapartida às violações do poder constituído se colocam as denúncias dos oprimidos, veiculadas, sobretudo, nas mídias alternativas, que expressam os consensos políticos formados nos espaços de articulação. Essas denúncias são o oposto do rastro pré-fabricado. Embora os procedimentos de remoção atuais por vezes conquistem as páginas dos grandes jornais, o viés da notícia é condizente com a política de seus editoriais e colunistas, pró-Reforma.

Subterraneamente à narrativa oficial se constrói a memória e a versão dos oprimidos, carregada da sua tradição. O contraponto à política da modernização atual aparece em meios como *A Nova Democracia*, que não edita as falas de moradores removidos. Como demonstra o exemplo abaixo:

<sup>107</sup> Há também a construção de ferramentas de comunicação digital, que armazenam documentos oficiais, documentários, depoimentos, imagens, registros de movimentações políticas e outros episódios conexos às remoções e à sua resistência, como o <http://pelamoradia.wordpress.com/>. Havia também o domínio Olimpicleaks.com, já fora do ar, mas que servia de repositório. Acesso em: 1º maio 2015.

<sup>108</sup> Gramsci já afirmava que a “trincheira formidável” erguida pelas classes dominantes deve ser combatida à altura: “tudo isto requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana.” (2004, p. 79)

— Temos que aproveitar o espaço aqui para demonstrar toda a nossa indignação e mostrar para o prefeito que se ele continuar nos enrolando, nós vamos começar a tomar atitudes radicais. Aqui são pais e mães de família, são pessoas que têm que ser respeitadas, mas não estão sendo. Infelizmente, nós que moramos em comunidades, somos discriminados. É assim que nós somos tratados pelos governantes, pela Rede Globo e a grande mídia. E aí companheiros, se a gente não aumentar a mobilização, se a gente não vier em peso aqui pra porta da prefeitura o tempo todo, como fizemos hoje, a prefeitura vai continuar nos desprezando. Essa discussão de moradia, para o Estado, é a mesma discussão da segurança pública, onde a vida não é levada em consideração, onde os trabalhadores são desrespeitados o tempo todo — desabafou o morador da favela Céu Azul, Rodrigo Reis, de 44 anos. Há três gerações sua família ocupa o local, na zona Norte da cidade.

— É um absurdo a gente construir a nossa casa durante anos, com muita dificuldade e muito suor e a prefeitura chegar e tirar a casa da gente, oferecendo vaga no projeto Minha Casa, Minha Vida. Porque nós temos que sair das nossas casas, que a gente levantou, e ir para esses apartamentos, tendo que pagar por eles. Ou senão você ganha 200 reais por mês do aluguel social e aluga outro barraco em uma favela qualquer. Sem contar que muitas pessoas aceitaram, se mudaram e agora vão para a rua porque a prefeitura está suspendendo o aluguel social. Não adianta negociar. Dia 14 de outubro nós tínhamos uma reunião com o subprefeito da Barra e ele teve a capacidade de não comparecer. A prefeitura está nos tratando como animais — disse a moradora do Parque Colúmbia, na Pavuna, Claudete Porto, de 65 anos, há 29 no local. (GRANJA, 2010)

A reforma não quer deixar rastros. Viver em meio à multidão na cidade capitalista é ser impelido a não deixar rastros. Mas esse existir profundamente perturbador – o ser aquilo que não se deve ser – persiste e as pistas e rastros alimentadas pelas redes de articulação de resistência se consubstanciam nos diferentes materiais apresentados nesse trabalho como filmes, livros, dossiês, o Plano Popular da Vila Autódromo e sua respectiva premiação, além de debates e espaços de discussão nas universidades e nas praças, que contam com a vocalização própria dos oprimidos, sem interlocutores. A produção e a preservação da memória<sup>109</sup> e dos vestígios que a própria cidade grande se encarrega de apagar é a condição da construção do novo tempo.

Das rearticulações políticas no contexto dos eventos esportivos, o movimento de moradia organizou, até 2012, diversas manifestações que se consubstanciaram em atos de rua, tanto na frente da sede da Prefeitura como nas comunidades, quando da data marcada para remoções ou em reuniões com agentes da prefeitura.

<sup>109</sup> Nesse sentido há que sublinhar o campo “As memórias dos moradores” construído na ferramenta eletrônica do Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas. Disponível em: <http://www.portaldopopulardacopa.org.br/vivaavila/> Acesso em: 8 maio 2015.

Se entre 2009 e 2010 era possível ouvir das lideranças comunitárias, tanto nos espaços de articulação como em entrevistas e reuniões, declarações como “*nós não queremos impedir o progresso, apenas sair com dignidade*” (DAZZI, 2010), isto foi se tornando menos freqüente conforme as articulações de resistência foram se condensando, inclusive com a participação do movimento de moradia em espaços de construção de resistência ampliados, para além da questão da cidade (de que já tinha sido exemplo o Fórum Social Urbano), como o espaço da *Cúpula dos Povos*. É possível apontar uma tímida retomada do espaço público (e também do auto-reconhecimento) a partir daí.

Outra forma de intervenção de resistência no espaço urbano foi a de ocupação de áreas-chave do território, inspiradas no estrangeiro modelo de *occupy*. A área da Cinelândia, na região central da cidade sediou o “Ocupa Rio (occupy Rio)” já em 2011. As pautas locais apareciam nos ciclos de debate, nas faixas que ficavam à mostra na praça. A estratégia insurgente de simplesmente estar naquela faixa de espaço com ânimo prolongado denunciava a biopolítica em curso.

A partir do Ocupa Rio, outras ocupações foram pensadas, como o Ocupa Câmara. No mesmo bojo de ocupação do território e de debate público foram criadas, depois de 2013, assembleias populares pela cidade (como por exemplo, no Grande Meier, na Grande Tijuca e no Largo do Machado), que deveriam pensar coletivamente os micro e macro problemas políticos no contexto de resistência e exceção forjado pelos megaeventos. As iniciativas de caráter autonomista não ultrapassaram os círculos da classe média de modo a permear os oprimidos, mas denunciam as políticas excludentes em curso.

Os megaeventos não são a única condição de transformação política no Rio de Janeiro, mas sua existência pode ser relacionada como catalisador de relações conflituosas em plena exceção, tornando possível a contestação do que antes se acatava por se tratar de *progresso*. Neste tocante, vale revisitar Benjamin em suas *Passagens*, para verificar que, afinal,

o conceito de progresso precisou opor-se à teoria crítica da história a partir do momento em que deixou de ser usado como medida de determinadas transformações históricas para servir como medida da tensão entre um lendário início e um lendário fim da história. Em outras palavras: tão logo o progresso se torna a assinatura do curso da história *em sua totalidade*, o seu conceito aparece associado a uma hipótese acrítica, e não a um questionamento crítico. Este último

se reconhece, no estudo concreto da história, pelo fato de conferir ao retrocesso contornos tão nítidos quanto a qualquer progresso. (Assim em Turgot e em Jochmann) (BENJAMIN, 2009, p. 520).

A rememoração das formas de viver (e se expressar) dos oprimidos, no contexto do gerenciamento da cidade pelo capital, realça a perspectiva destituínte proposta por Agamben, na esteira da violência pura descrita por Benjamin:

Diante de tal Estado, é preciso repensar as estratégias tradicionais de conflito político. No paradigma securitário, todo conflito e toda tentativa mais ou menos violenta de reverter o poder oferecem ao Estado a oportunidade de administrar os efeitos em interesse próprio. É isso que mostra a dialética que associa diretamente terrorismo e reação do Estado numa espiral viciosa. A tradição política da modernidade pensou nas transformações políticas radicais sob a forma de uma revolução que age como o poder constituinte de uma nova ordem constituída. É preciso abandonar esse modelo para pensar mais numa potência puramente destituínte, que não fosse captada pelo dispositivo de segurança e precipitada na espiral viciosa da violência. Se quisermos interromper o desvio antidemocrático do Estado securitário, o problema das formas e dos meios de tal potência destituínte constitui a questão política essencial que nos fará pensar durante os próximos anos (AGAMBEN, 2014).

A *Cidade Olímpica* se estrutura na espiral autoritária da segurança e da violência. A cidade pós olímpica ou a cidade anti-olímpica, a terminologia demarca que inevitavelmente os eventos se tornaram um marco político para pensar o espaço urbano, sua ocupação e organização, busca destituir a tradição dos Reformadores, seus megacontratos e interesses com os rastros que os oprimidos conjuram e rememoram, no processo de encontrarem a si mesmos em sua narrativa.

## Considerações Finais

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso [a partir de junho de 2013] e o contexto apropriado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e os governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. (VAINER, 2013, p.37)

Os anos pré-olímpicos contaram com vários ensaios de reorganização popular. Atos de rua paulatinamente ocuparam o espaço público e o noticiário com as pautas transversais da precarização da vida potencializada nos megaeventos, a exemplo de moradia e transporte. Os anos de 2013 e 2014 representam um processo, com continuidades e rupturas, de amadurecimento da construção da narrativa *subalterna*, de tomada do espaço político por uma quantidade enorme de deserdados da urbe articulados com outros tantos oprimidos e oprimidas, vítimas do progresso.

Esporte, moradia, meio ambiente, mobilidade e trabalho são áreas problemáticas no cumprimento dos megacontratos e inobservadas, enquanto direitos, pelo capital. (ANCOP, 2014). As intervenções urbanas olímpicas são seletivas e não determinam o fim da cidade partida conforme afirmava Eduardo Paes, em texto já discutido neste trabalho. Mesmo as remoções que se justificavam pela construção de obras, especialmente de mobilidade, se mostraram como mera disponibilização de terrenos para o capital, haja vista que os corredores de ônibus foram construídos a muita distância da área onde os lares oprimidos estavam fincados (CONSTANÇA, DEL PIVA, 2015).

Dos equipamentos esportivos erguidos especialmente para as Olimpíadas de 2016, apenas o Complexo esportivo de Deodoro se situa fora da área prioritária de investimentos, que é a região da Barra da Tijuca<sup>110</sup>. Deodoro sediará provas de 11 modalidades olímpicas e 4 modalidades paraolímpicas. Sua estrutura foi

---

<sup>110</sup> O Sambódromo, na região do Centro da cidade, também passou por obras e recebeu o nome de Novo Sambódromo. A capacidade de público foi ampliada para que o espaço tradicional de carnaval possa receber provas olímpicas como a maratona e a prova de tiro com arco.

concebida com uma parte fixa e outra temporária, que não servirá à cidade depois de passado o tempo olímpico, a exemplo do Circuito de Bicicleta e da área para a prática de Rugby.

O Parque Olímpico, definido como o “coração dos Jogos de 2016” no sítio eletrônico da Cidade Olímpica, está sendo construído na área do velho Autódromo de Jacarepaguá (disponibilizando parte do terreno da comunidade Vila Autódromo para o capital) e servirá para provas de 16 modalidades olímpicas e 9 paraolímpicas. O conceito de arquitetura nômade é implementado no Parque – as suas piscinas serão desmontadas e remontadas em outros locais no pós-olímpico.

Na mesma região está o Parque dos Atletas, que terá a função de ser o local de lazer para os competidores hospedados no empreendimento que fica do outro lado da rua - a Vila dos Atletas (ver nota 68). A área, que será ocupada pela classe média alta no momento pós-olímpico vai contar então com espaço com quadras esportivas e espaço para shows. Como a região recebeu apenas os corredores de ônibus como intervenção de mobilidade e está bastante afastada tanto da região central como dos modais de massa, os novos moradores serão os mais alcançados pelas novas opções de lazer.

Outro equipamento a ser construído para os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 é o Golfe Olímpico, também na região da Barra. A obra se torna polêmica porque a cidade já possui dois campos de Golfe, um no Itanhangá e outro na Gávea. A área escolhida para o novo campo conta com uma reserva ambiental, que é a Reserva de Marapendi. Militantes denunciaram o caráter meramente especulativo do empreendimento, que implicaria em destruição da mata atlântica e disponibilização irregular de terreno, devidamente arrumada por meio de instrumento legal que modificou, sem estudo anterior, a Área de Proteção Ambiental de Marapendi e do Parque Natural Municipal de Marapendi, a Lei Complementar Municipal nº 125/2013<sup>111</sup>.

O grupo do “Ocupa Golfe”, através de permanência no local realizou a denúncia política da irregularidade da construção do equipamento esportivo, caracterizando como grilagem a cessão de parte do terreno para um particular. A

---

<sup>111</sup> Por mais que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tenha ajuizado Ação Civil Pública (0273069-88.2014.8.19.0001) contra o Município e a empresa construtora, com o objetivo de paralisar as obras irregulares, baseando-se no ordenamento jurídico em vigor, os contornos da cidade de exceção permitiram o manejo prático-legal do empreendimento, que segue com a anuência do legislativo (que elaborou a Lei Complementar Municipal 125/2013) e do judiciário, que apenas definiu a proteção da mata.



viabilidade da obra, haja vista todos os seus desencontros com o direito, só se torna possível no âmbito da cidade de exceção. Quanto ao suposto legado, a prática de golfe, que já é elitizada, não conta com qualquer incentivo para se tornar uma opção para os habitantes comuns da cidade após as Olimpíadas.

A concentração de investimentos aduba, portanto, a crítica ao acesso à cidade e a noção apresentada na epígrafe dessas considerações – a de que os megaeventos são megacontratos. Para seu cumprimento, ocorre o alargamento do *campo*, que deve se relacionar com as promessas e garantias estatais, em âmbito internacional e nacional.

Nesse sentido, existe uma disputa *no e pelo* território, em espaços diferentes do urbano, em que oprimidos resistem à precarização total da vida perpetrada pela biopolítica implementada pelos programas apresentados no primeiro capítulo, na tentativa de impor sua presença e sua concepção de cidade. O uso da exceção (urbana) para a garantia dos eventos não é, contudo, especificidade carioca, mas acompanha a tendência ocidental contemporânea de governar, sobretudo diante de um espetáculo global.

Na Reforma parisiense de Haussman, Benjamin afirma que se o *flâneur* seguir pistas, inevitavelmente estas o levarão ao crime. Essa ideia ilustra a compreensão do espaço da rua na exceção urbana. Se o observador seguir as pistas da cidade encontrará as violações, as transgressões praticados pelo Estado, ornadas com monumentos. Por outro lado, o observador, o oprimido ou o passante, qualquer um e todos juntos podem ser presos/ podem ser vítimas do progresso que a transformação dos megaeventos pretende trazer para a cidade. Nas manifestações que ocorrem a partir de junho de 2013, aquele que se manifesta tem grande chance de ter uma conduta tipificada por um agente da lei (tendo em vista as alterações legais que permitiram tipos genéricos como a Lei 12.850/2013). Isto porque

O princípio secreto que comanda a nossa sociedade pode ser assim formulado: todo o cidadão é um potencial terrorista. Mas que tipo de estado é este que se rege por um princípio desses? Podemos ainda designá-lo de estado democrático? Podemos ainda considerá-lo político? Em que tipo de estado vivemos hoje? (AGAMBEN, 2013)

Historicamente, o Estado capitalista não apresenta preciosismos democráticos. Segundo Benjamin, o capitalismo é um culto infinito da culpa, sem

dogmas (2013). Assim, os atributos do Estado se tornam menos importantes, desde que assegurados os negócios. Assim, é preciso que se evoquem os direitos para realçar as suas violações, diante de um quadro trágico de violações dos direitos humanos revelado no processo da Reforma. Contudo, não estará na elaboração de pactos, regras ou quaisquer outras normativas a solução para os oprimidos.

O embate prático de diferentes visões da cidade na Reforma apareceu portanto na rua, como parte dos processos de resistência gestados desde a escolha da cidade como sede (e muito antes). A rua – e não o judiciário – se reafirma como espaço político e demonstra a expansão da violência própria da exceção urbana. De junho de 2013 até 2014 ocorreram 24 mortes nos protestos (ANCOP, 2014, p.124). Fora deles, nas favelas cariocas, a militarização impôs a lógica de vigilância da vida, tudo patrocinado pelo partido da ordem (ver item 3), tratado como medida de concessão de cidadania (em áreas militarizadas) ou como (i)legítima defesa do patrimônio (no asfalto).

Há relações de preparação entre a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, tendo em vista o desenraizamento do espaço e a caracterização da cidade fora da experiência, como cenário e ambiente de lucro, político e financeiro. O acesso à cidade é pleiteado pelos oprimidos a partir das possibilidades de reconstrução do sujeito político no cenário da exceção.

As manifestações<sup>112</sup> de rua multitudinárias – em junho de 2013 um milhão de pessoas foram às ruas em um só dia contra o aumento da tarifa de ônibus - são o ápice das mudanças na relação entre Estado e oprimidos gestadas desde 2009, se perfazendo em consequência da alteração da dinâmica da política do Rio de Janeiro.

As redes de movimentos e os descontentamentos individuais também se alimentaram da exceção que os aniquilava e às vésperas da Copa do Mundo de 2014 irromperam atos de rua a partir do aumento da tarifa, mas que expressavam

---

<sup>112</sup> A opção teórico-metodológica por não utilizar conceitos como *Jornadas de Junho* ou *Revolta do Vinagre* para fazer menção às manifestações ocorridas no Brasil no ano de 2013 se deve à compreensão de que são eventos que merecem ser estudados em suas particularidades reveladoras. Da mesma forma, fechar as manifestações de rua em um pacote que recebe o nome de uma *Revolta* conferiria a episódios distintos um significado político-histórico que talvez não possa ser dado no calor do momento, até porque não são fruto de um só movimento político com seus líderes, metas e métodos, tal qual classificações clássicas. A escolha deste trabalho por continuar chamando as manifestações tão somente de manifestações mostra que aqui eles são entendidos como pistas, que são fundamentais no marco teórico desta pesquisa.

desejos de moradia, segurança, de trabalho, de educação, de qualidade de vida. As manifestações, inclusas aqui as greves de professores e funcionários da limpeza urbana, significam, portanto, uma mudança de comportamento dos oprimidos na cidade. Já havia exceção no Rio de Janeiro antes de 2013, e um cenário próximo da barbárie, como alertava Marildo Menegat (2006). Contudo, a dinâmica de poder não obedece a um *continuum*, não tem uma linearidade, ela conhece alterações sensíveis a partir de condições já existentes que fazem uso da oportunidade dos megaeventos.

Na avaliação pública da política a partir dos protestos de 2013, o vocabulário da violência foi apropriado pelo estado para criminalizar os oprimidos, identificados como inimigos da ordem e dos eventos, líderes de quem classificaram como vândalos. O poder-como-violencia<sup>113</sup> do direito, do Estado sobrepôs-se à violência-como-poder, a partir da sua taxaço.

As proporções das ruas, assustadoras pelo quantitativo de pessoas que reocuparam o espaço público e pela extensão dos atos – no calendário e no território, são correspondentes ao tamanho das intervenções na vida dos oprimidos que a Reforma olímpica realizou. Os novos mecanismos de exceção, presentes num campo que se alarga juntamente com o conceito rua no espaço urbano, extrapolam em muito a favela que é o território da exceção por excelência. Da mesma forma, medidas de exceção e de biopolítica se conectam em áreas para muito além da segurança pública ou, ao menos, da segurança pública *stricto sensu*: passam pela cultura, moradia, saúde, trabalho e pela educação, qualquer pauta é inserida na segurança e, portanto, na força do Estado, como demonstraram os atos e episódios de resistência a partir de 2013.

Os registros de ocorrência (com suas respectivas denúncias e processos penais), os novos tipos penais criados e aqui utilizados e as reuniões de setores diferentes do poder constituído (sob a supervisão dos executivos alinhados)

---

<sup>113</sup> É de se ressaltar a ressurreição da Lei de Segurança Nacional em São Paulo quando das manifestações anteriores à realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014. De igual importância é ainda a Lei estadual 6422 no Rio, que estabelece que as Delegacias Legais podem efetuar Registro de Ocorrência de fatos que tenham ocorrido fora de sua circunscrição. Além disso, a instalação da Comissão Especial de Investigação dos Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e a tentativa de emplacar uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do vandalismo na ALERJ. A resposta estatal a uma suposta violência nas ruas, entre manifestantes e destes para com o patrimônio público justifica o solapamento de garantias legais e a perseguição de inimigos, de modo a resguardar a imagem do lugar onde se cumprem os contratos – as sedes e sub-sedes da Copa, a Cidade Olímpica.

articulam uma resposta do Estado que é diferente das experiências anteriores da exceção, que sublinha os contornos que nascem com os eventos. Nesse sentido, na manifestação popular do dia 15 de outubro de 2013, ligada ao dia dos professores e à sua greve, que acontecia na cidade no momento, foram detidas a um só tempo 190 pessoas. As delegacias que recebiam os detentos registravam associações criminosas entre educadores do ensino básico, carteiros, adolescentes, professores de Pós graduação, estudantes universitários, microbiólogos, e outras pessoas que não se conheciam, mas que foram conectadas pelo simples fato de estarem na escadaria da Câmara Municipal no mesmo momento – qualquer um pode ser um *flâneur* e qualquer um pode ser um vândalo.

Diante do recrudescimento da exceção urbana, novas dinâmicas de luta são criadas, como as assembleias populares e os “ocupas”, abordados no último capítulo desta pesquisa, que são instrumentos que se constituem para destituir. Mas os militantes tradicionais e suas organizações têm a importância de terem contribuído com a experiência transmitida, presente como herança em outras formas de lutar (BADARÓ, 2013).

A partir da dinâmica da violência, da confusão do direito e da força

nessa atmosfera sobrecarregada por meses de lacrimogêneo, pimenta e borracha – para nos restringirmos aos ingredientes básicos do coquetel servido ao supracitado público-alvo – que foi se armando um raciocínio enviesado e não menos tóxico do que a mistura de gás e ordem que respiramos desde junho, pelo menos com intensidade e frequência inéditas para o alvo da vez (ARANTES, 2014, p. 353).

Na iminência da barbárie, se forma a insurgência. A narrativa dos vencidos da reforma, a voz que grita em atos e manifestações políticas, seja na frente de um trator que vai demolir uma casa de favela, seja ao esbravejar palavras de ordem junto a outros movimentos na rua, é o ensaio revolucionário, de duração incerta. Os atos não são precursores (muito menos precursores imediatos) de uma revolução, mas os sujeitos que os constituem são os herdeiros da tradição dos oprimidos, que estiveram/estarão presentes no momento de rompimento da história.

O conceito de exceção não é mera retórica em que se encaixa qualquer conteúdo, transformando em imutável a realidade de domínio sobre a vida. Ao contrário, aqui se demonstrou como é possível visualizar mudanças sensíveis na dinâmica da exceção, que revela seu esgarçamento e suas fraturas, de onde

surgem episódios de resistência e aparece a insurgência que se constrói num tempo que amadurece lentamente até que, em uma oportunidade, forja a chance de emergir.

A partir da investigação da resistência e do legado efetivo da reforma é possível concluir que o atual projeto de modernização – e quem dele está à frente – não é mais que uma *farsa*, decorrente de uma *tragédia* já há muito anunciada na historicidade carioca. A Reforma que se implementa pelo direito/pela violência encontra a superação fora do ordenamento, fora do positivismo e do naturalismo. A partir de uma visão histórico filosófica do direito (BENJAMIN, 2011, p.124) se pode indicar suas próprias ruínas, a serem também destituídas na construção do novo tempo.

## Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer** – O poder soberano e a vida nua. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

\_\_\_\_\_. **Uma cidadania reduzida a dados biométricos** - Como a obsessão por segurança muda a democracia. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568> Acesso em: 27 jun 2015.

ANCOP, Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares de. **O Rio Civiliza-se; O Rio se desenvolve** – A Modernidade no espaço urbano do Rio de Janeiro. Monografia de graduação em história. Orientação: Prof. Dr. Pedro Spínola Caldas. Co-orientação: Prof. Dr. Joaquim Justino Moura dos Santos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2012, mimeo.

BACH, Thomas. In: **Rio-2016 pode ser ‘catalisador’ para economia brasileira, diz presidente do COI**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/rio-2016-pode-ser-catalisador-para-economia-brasileira-diz-presidente-do-coi/> Acesso em: 16 abr 2015

BADARO, Marcelo. **A multidão nas ruas**: construir a saída de esquerda para a crise política, antes que a reação imprima sua direção. Disponível em: [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=articl](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=articl)

[e&id=8528:submanchete250613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1555230-chegada-de-upp-aumenta-turismo-em-favela-carioca.shtml) Acesso em: 5 maio 2015

BARBON, Julia. **Chegada da UPP aumenta turismo em favela**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1555230-chegada-de-upp-aumenta-turismo-em-favela-carioca.shtml> Acesso em: 29 jan 2015

BARROS, Octavio. In: ALVARENGA, Darlan. **Veja quem ganhou e quem perdeu com a Copa na economia**. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/veja-quem-ganhou-e-quem-perdeu-com-copa-na-economia.html> acesso em 16 abr 2015

BARREIRA, Marcos. Cidade olímpica: sobre o nexo entre reestruturação urbana e e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: **Até o último homem**. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).

BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: **Anais do 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais**. São Paulo, 23 de julho de 2011.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio Lima. O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana. In: **Até o último homem**. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural e Divisão de Editoração, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura – Documentos de Barbárie** (Org. e Trad. Willi Bolle). São Paulo: Cultrix, 1986.

\_\_\_\_\_. **Mágia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Narrador.** Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_ **Mágia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Primeira versão. In: \_\_\_\_\_ **Mágia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Rua de mão Única.** Obras Escolhidas Vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.** Obras Escolhidas. Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994

\_\_\_\_\_. **Passagens.** São Paulo; Belo Horizonte: Imprensa Oficial; Editora da UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921).** São Paulo, Duas Cidades, Editora 34, 2011.

BOLLE, Willi. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das *Passagens*. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BOTELHO, Maurilio Lima. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização. In: **Até o último homem.** BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Ana Carolina Brito. **A Expulsão das Prostitutas do “Prédio da Caixa” na Cidade de Niterói:** um estudo sobre a produção do espaço e das



relações de gênero e sexualidade. Dissertação de mestrado. Orientadora: Thula Rafaela de Oliveira – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2015.

BRASIL. **Lei Federal 12.850 de 2013.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm) Acesso em: 25 mar 2015.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: **Até o último homem**. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. In: **O Social em Questão** - Ano XVI - nº 29 – 2013. p.179-208. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf> Acesso em: 25 mar 2015.

CABRAL defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. G1, 24 out. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL155710-5601,00%20CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html> Acesso em 25 maio 2015.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 6, N. 2, abr/mai/jun 2013, p. 191-228. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-2-Art1.pdf> Acesso em: 25 mar 2015

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO; RELATORIA DO DIREITO À CIDADE DA PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Dossiê violações ao direito ao trabalho e à cidade dos camelôs no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Setembro de 2014

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e Violações Dos Direitos Humanos no Rio De Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

CONSTANÇA, DEL PIVA, 2015 <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-05/familias-sao-removidas-a-troco-de-nada-nas-zonas-norte-e-oeste.html> Acesso em: 5 mai 2015.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAZZI, Zelia. Fala pública em reunião do Conselho Popular em 5 de fevereiro de 2010.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. **Conflito de Segurança**. Entre Pombos e Falcões. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: UNESP, Boitempo, 1997.

FALBO, Ricardo Nery. Direitos humanos, ciências sociais e poder judiciário. In: **Revista Direito e Práxis**. Vol. 02, N. 01, 2011. p.2-13.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: REMOÇÕES NO RJ OLÍMPICO**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ, 2012.

FRASER, Nancy. HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York; London: Verso, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GINZBURG, Jaime. A interpretação do rastro em Walter Benjamin. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMEZ, José Maria. Justiça transicional, humanitarismo compassivo e ordem global liberal pós-guerra fria. In: ASSY, Bethânia; MELLO, Carolina C.; DORNELLES, João Ricardo; GOMEZ, José Maria. **Direitos Humanos: Justiça, Memória e Verdade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 2, 2004.

GRANJA, Patrick. Os mega-eventos e a cidade de exceção. Entrevista: Carlos Vainer, urbanista e professor da UFRJ. **A Nova Democracia**, Ano X, nº 90, junho 2012. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-90/4024-os-mega-eventos-e-a-qcidade-de-excecaoq>. Acesso em: 27 maio 2015.

\_\_\_\_\_. O 'Dia D' contra os obscuros planos de Eduardo Paes. **A Nova Democracia**, Ano X, nº 71. Disponível em <http://www.anovademocracia.com.br/no-71/3160-o-dia-d-contra-os-obscuros-planos-de-eduardo-paes>. Acesso em 17 maio 2015.

GRANJA, Patrick; PENELAS, Roberto Gomes. RJ: mortes e execuções sumárias no Alemão. **A Nova Democracia**, Ano XIII, nº 148, 1ª quinzena de Abril de 2015 Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/NO-148/5841-RJ-MORTES-E-EXECUCOES-SUMARIAS-NO-ALEMAO> Acesso em 17 maio 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). **Planos Urbanos** - Rio de Janeiro - O Século XIX. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

JANZ, Rolf-Peter. Ausente e presente: sobre o paradoxo da aura e do vestígio. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KRUPPA, S. M. P. O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. **24ª Reunião anual da ANPED**. Caxambu: [s.n.]. 2001.

LAGROU, Peter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.). **História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 2007. p. 31-43.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias São Paulo: Centauro, 2001

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Erminia [et al.] **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das “Teses sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_; BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Erminia; WHITAKER FERREIRA, João Sette. OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia (Org.) **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre/São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

MARINHO, José Roberto. In: CARDOSO, Cristiane. Sala do Museu do Amanhã é inaugurada na Zona Portuária do Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/sala-do-museu-do-amanha-e-inaugurada-na-zona-portuaria-do-rio.html> Acesso em: 18 abr 2015.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATE, Reyes. **La herencia del Olvido**. Madrid: Errata Naturae, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.). **História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 2007. p. 223-262.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENEGAT, Marildo. **O Olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Prefácio. **Até o último homem**. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).

\_\_\_\_\_. Prefácio. Um Intelectual diante da barbárie. In: ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

NETO, Paulo Leão da Costa. Apresentação. In: SCHLESENER, Anita Helena. **Os tempos da história: leituras de Walter Benjamin**. Brasília: Liber Livro, 2011.

OLIVEIRA, Claudia. A iconografia do moderno: a representação da vida urbana. In: OLIVEIRA, Claudia; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 111-266.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Golpes de vista. In: **Até o último homem**. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).

OTTE, Georg. Vestígios da experiência e índices da modernidade: traços de uma distinção oculta em Walter Benjamin. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PAES, Eduardo. Encontro de história, memória, ousadia e orgulho. **Porto Maravilha**, Rio de Janeiro, N° 6, Dezembro 2011.

PAES, Eduardo; FAJARDO, W. **Arquitetura nômade**. Disponível em: [http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl\\_24\\_04\\_7.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl_24_04_7.pdf) Acesso em: 25 maio 2015.

PEZÃO, Luiz Fernando. **Um Rio de progresso**. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/vgovest/exibeconteudo?article-id=727246> Acesso em 15 abr 2015

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (DHESCA BRASIL). **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma**. Rio de Janeiro. 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p. 200-215.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.3, 1989.

POMIAN, Krystzof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 42. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000. p. 507-516.

RIO NEGOCIOS. **Renovação urbana**. Disponível em: <http://rio-negocios.com/renovacao-urbana-2/> Acesso em: 16 abr 2015

\_\_\_\_\_. **Porto Maravilha**. Disponível em: <http://rio-negocios.com/oportunidades/porto-maravilha/> Acesso em: 16 abr 2015

\_\_\_\_\_. **Museu do Amanhã**. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspMusAmanha.aspx> Acesso em: 18 abr 2015.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson. (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. La mémoire n'est plus ce qu'elle était. In: **Écrire l'histoire du temps présent**. Paris, CNRS, 1992.

ROUSSEFF, Dilma. In : AQUINO, Yara. **Dilma quer boxear tudo que atrapalhar tudo que atrapalha o crescimento do Brasil**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-14/dilma-quer-boxear-tudo-que-atrapalha-crescimento-do-brasil> Acesso em 16 abr 2015

\_\_\_\_\_. In: MONTEIRO, Tania; BULLA, Beatriz; ROSA, Vera. Durante diplomação, **Dilma propõe ‘pacto nacional contra corrupção’**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,durante-diplomacao-dilma-propoe-pacto-nacional-contra-corrupcao,1609454> Acesso em: 28 jun 2015

SANTOS, Carolina Camara Pires dos. **A raça do gênero?** As guerreiras da Estradinha e a luta pelo direito à moradia adequada. Monografia. Orientação de Marcia Nina Bernardes. Coorientação de Vanessa Santos do Canto. Departamento de Direito, PUC Rio. 2013.1 (<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22480/22480.PDF>)

SCHLESENER, Anita Helena. **Os tempos da história:** leituras de Walter Benjamin. Brasília: Liber Livro, 2011.

SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. A fala do indizível. In: \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos. (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos:** Debate, Lutas e Desafios. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

VALDEVINO; ANTUNES. 2014 <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-05/moradores-do-complexo-da-mare-relatam-supostas-torturas-de-militares.html> 29/4

CUNHA, Christina Vital da. 'Fio do tempo: uma construção sem fim' na Revista Comunicações do ISER - A Memória das Favelas. **Comunicações do ISER**. Rio de Janeiro, v. 59, p. 95-101, 2004.

CUNHA, Christina Vital da. A cidade para os civilizados: a ordem pública no combate aos favelados e à violência urbana. In: RASIA, José; SALLAS, Ana Luisa Fayet; SCALON, Celi. (Orgs.). **Temas da Sociologia Contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 75-92.

### **Documentos Consultados:**

Prefeitura do Rio de Janeiro: - “Implantação viária para corredor exclusivo de ônibus, ligando Santa Cruz à Barra da Tijuca – BRT Transoeste”.

<http://rioonwatch.org.br/?p=5042> sobre favela bairro

DOMÍNIO PÚBLICO. Documentário



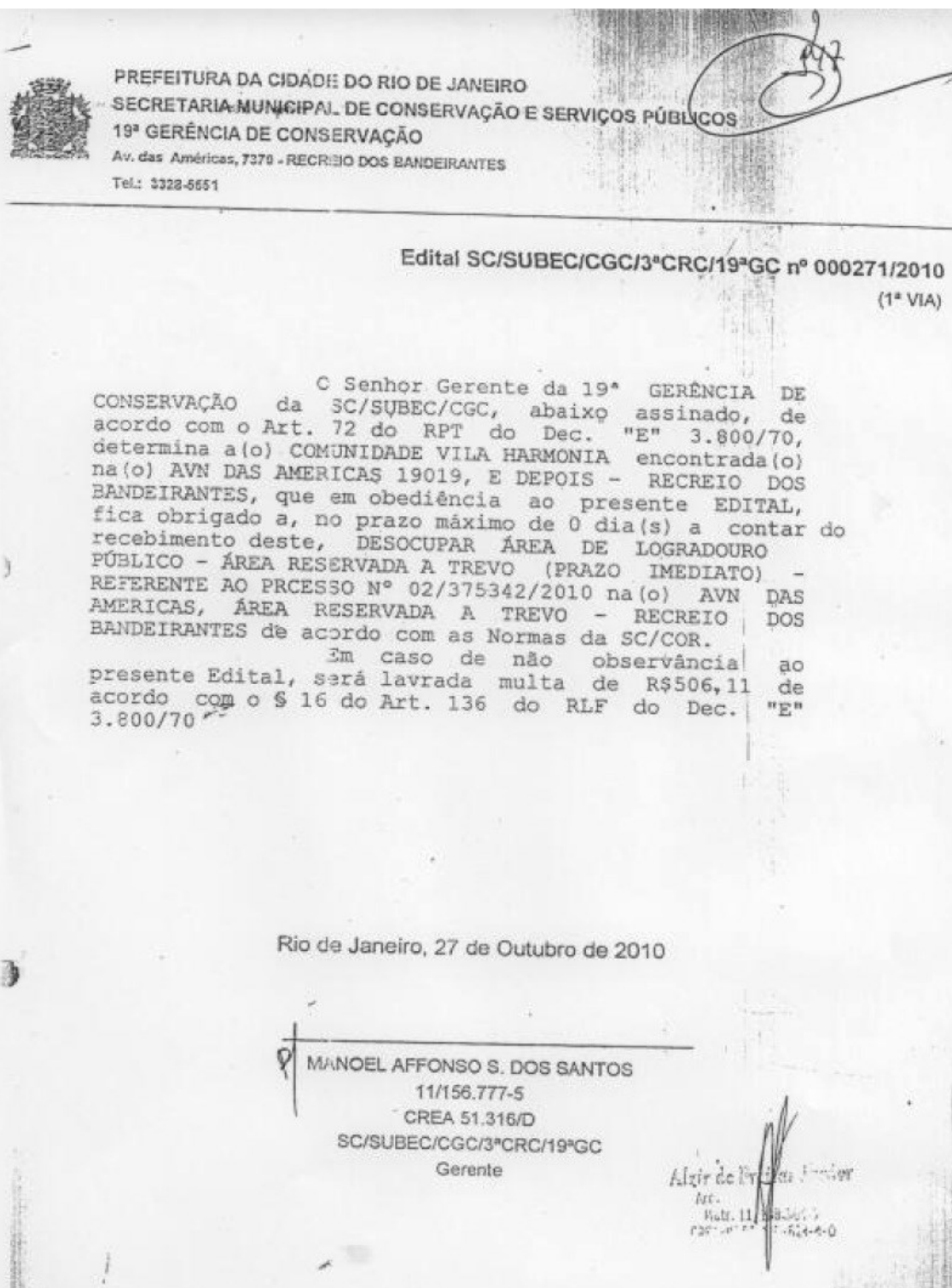
## 7 Anexos



**Imagem 1: Mensagem de boas vindas à cidade do Rio de Janeiro exibida no Aeroporto Santos Dumont - Arquivo pessoal, junho de 2012.**



**Imagem 2 – Slogans da Prefeitura e das empresas privadas nas obras olímpicas – Vila Residencial Olímpica no Rio Centro - Arquivo Pessoal, maio de 2012.**



**Imagem 3 – Edital de desocupação em 0 (ZERO) dias - Repositório Olimpicleaks**

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Removida	300	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado"associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	s/i	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca a Santa Cruz
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
11. Notre-dame	s/i	52	s/i	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo	s/i	50	s/i	50	BRT Transoeste
13. Vila Taboinha	1990	—	400	400	Reintegração de posse
14. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
15. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
16. Vila União (Curicica)	década de 1980	—	3.000	3.000	BRT Transolímpica
17. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
18. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
19. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	—	500	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
20. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
21. Favela do Sambódromo	s/i	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
22. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
24. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	Projeto Porto Maravilha
27. Quilombo das Guerreiras	2006	—	50	50	Projeto Porto Maravilha
28. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Removida	133	Projeto Porto Maravilha
29. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Removida	47	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Removida	70	Projeto Porto Maravilha
SUBTOTAL 1		2.434	5.916	8.350	COPA E OLIMPÍADAS
31. Tabajaras / Estradinha	1986	252	100	352	A Prefeitura alega que a área é de risco
32. Virgolândia	década de 1980	600		600	Faixa Marginal de Proteção
33. Pavão-Pavãozinho	1930	300	—	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
34. Santa Marta	1942		150	150	Área de risco no Pico do Santa Marta
35. Vidigal	1941		40	40	Área de risco
36. Horto	1811	3	520	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
37. Indiana	1957	110	517	627	Área de risco
SUBTOTAL 2		665	1.927	2.592	INTERESSE IMOBILIÁRIO, AMBIENTAL E ÁREA DE RISCO
<b>TOTAL</b>		<b>3.099</b>	<b>7.843</b>	<b>10.942</b>	

**Imagem 4 – Tabela de comunidades removidas até o ano de 2013 no Rio de Janeiro em razão dos Megaeventos. – Fonte: COMITÊ POPULAR DA**

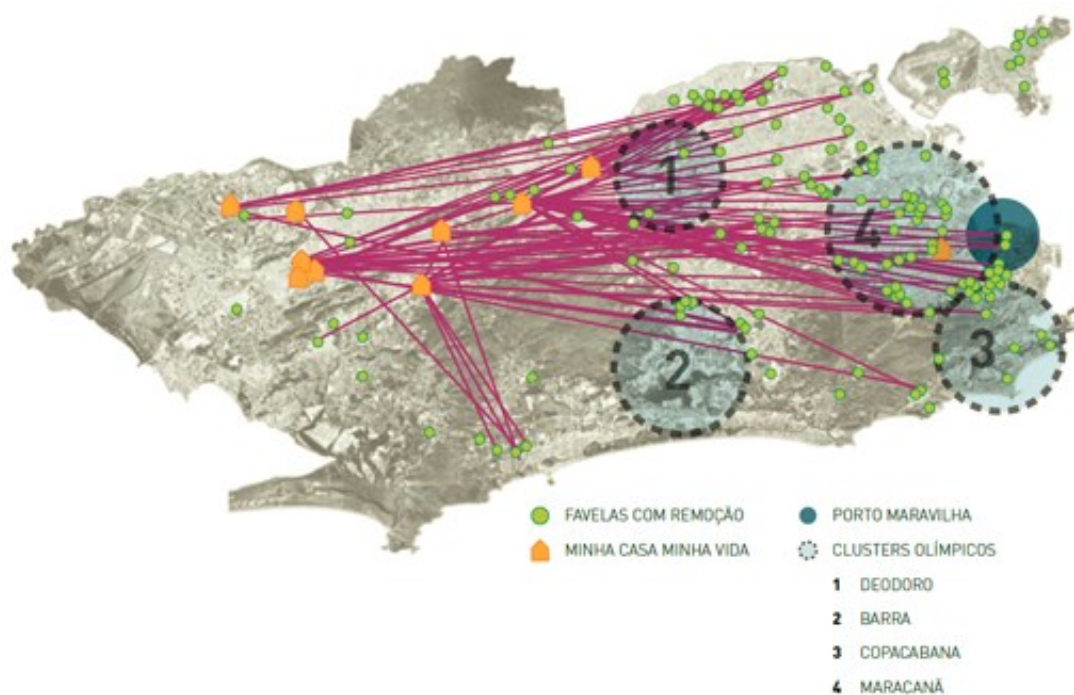




COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e Violações Dos Direitos Humanos no Rio De Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

**Imagem 5** – Foto: Carlo Wrede / Agência O Dia  
<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-05/moradores-do-complexo-da-mare-relatam-supostas-torturas-de-militares.html>





**Imagem 6** – Foto: Carlo Wrede / Agência O Dia  
<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-05/moradores-do-complexo-da-mare-relatam-supostas-torturas-de-militares.html>

**Imagem 7** – Extraído do livro de FAULHABER e AZEVEDO, p. 67.

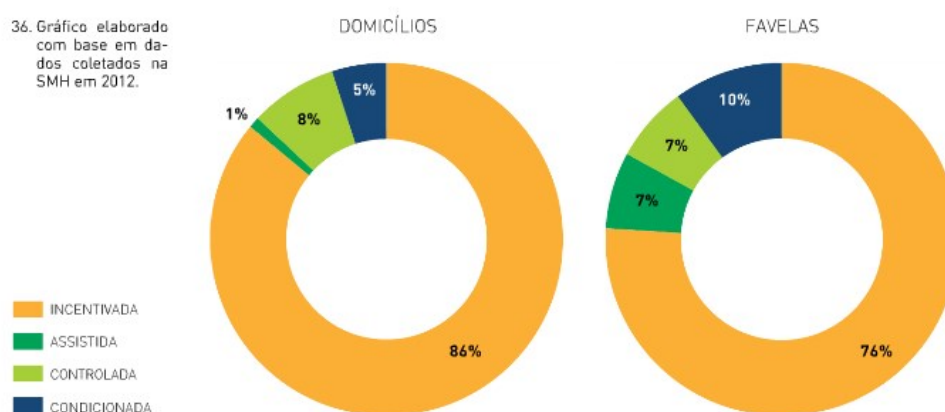




**Imagem 8** – Extraído de FAULHABER e AZEVEDO, 2015. p. 50

**Imagem 9** - Imagem de Guilherme Leporace. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/grupo-protesta-contra-obras-do-campo-de->

36. Gráfico elaborado com base em dados coletados na SMH em 2012.



[golfe-olimpico-em-canteiro-na-barra-14850894](#)



**Imagem 10** - Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/164119/Sem-dialogar-prefeito-do-Rio-prefere-expulsar-os-ativistas-do-Ocupa-Golfe.htm>

**Imagem 11** - Disponível em: <http://www.arrekade.com.br/ocupagolfe>





**Imagem 12** - Disponível em: <http://antissepticosocial.com/2014/12/30/feliz-2015-resiste-ocupa-golfe/>



**Imagem 13** - Disponível em: <http://boletimmstj.mst.org.br/boletim-cupula-dos-povos-2/>





Imagem 14 - Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=7236>



Imagem 15 - Disponível em: [www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila](http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila)



# VIVA A VILA AUTÓDROMO



## RIO SEM REMOÇÕES

Imagem

16

-

Disponível

em:

<https://comitepopulario.wordpress.com/2013/08/09/nota-publica-vila-autodromo-conquista-sua-permanencia/>



**Imagem 17 - Demolição sem autorização na cidade de Deus** - Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-05/familias-sao-removidas-a-troco-de-nada-nas-zonas-norte-e-oeste.html>